



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

## ÍNDICE

**Mensagem do Presidente do Conselho de Administração / 03**

**Órgãos Sociais / 05**

**Relatório do Conselho de Administração / 06**

- 1. Introdução / 07**
- 2. Missão / 07**
- 3. Enquadramento Macroeconómico / 07**
- 4. Atividade da Caravela / 11**
- 5. Impacto COVID-19 e Evolução para 2021 / 25**
- 6. Considerações Finais / 26**

**Relatório do Governo Societário / 28**

**Política de Remunerações dos Colaboradores / 36**

**Demonstrações Financeiras:**

- Posição Financeira / 39**
- Ganhos e Perdas / 43**
- Variações do Capital Próprio / 46**
- Rendimento Integral / 48**
- Fluxos de Caixa / 50**

**Anexo às Demonstrações Financeiras / 52**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**Certificação Legal de Contas**

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 ficou indelévelmente marcado pela Pandemia COVID-19.

A capacidade de adaptação e a resiliência demonstrada pelo ecossistema da Caravela, perante um conjunto de acontecimentos tão adversos, permitiram não só a continuidade da atividade, mas essencialmente a presença permanente junto dos nossos clientes e parceiros com os padrões de serviço existentes no pré-COVID-19.

O ano de 2020 iniciou-se num cenário de aceleração do investimento iniciado em 2019 para fazer face à ambição de ultrapassar os 200 milhões de euros de volume de negócios no período 2020-2024.

No entanto, após o aparecimento da Pandemia em Portugal e a determinação do Confinamento Geral no mês de março de 2020 fomos confrontados com um contexto totalmente desconhecido e sem previsão de termo.

Foi um momento em que foram testadas todas as valências desenvolvidas no Programa Digital 2020:

- 96% dos colaboradores estiveram em teletrabalho durante os períodos de confinamento geral, sem quebra de produtividade e com pleno acesso a todas as ferramentas informáticas e com novas ferramentas de comunicação;
- O “MyCaravela” possibilitou que todos os clientes tivessem acesso às operações do quotidiano: aquisição de seguros, participação de sinistros, pedidos de informação ou pagamento dos seus seguros;
- As empresas que integram o ecossistema de regularização de sinistros, o ExisGroup, a Trueclinic e a Mobility 24, mantiveram elevados níveis de qualidade ao nível das peritagens, averiguações, consultas clínicas, assistência em viagem e *contact-center*;
- Os nossos parceiros na mediação, através do “Caravelanet” e das novas metodologias de contacto digital desenvolvidas, mantiveram um contacto permanente com os clientes e com as equipas da Caravela.

Mas, em abril de 2020, face ao impacto que a Pandemia estava a causar no panorama económico e social foi necessário fazer uma revisão do plano de desenvolvimento inicialmente definido para 2020, quer ao nível do volume de negócios, quer no volume de investimentos quer, ainda, na tipologia de custos inicialmente previstos. Revimos o volume de negócios em baixa cerca de 20%, de 120 milhões de euros para 100 milhões de euros, tendo atingido no final de 2020 um volume de negócios de 100,7 milhões de euros, alcançando o 10º lugar no *ranking* da atividade Não Vida, face ao 13º lugar ocupado em 2019.

Também ao nível da rentabilidade foi necessário rever o plano em baixa. Apesar de todos os impactos ao nível das moratórias para o pagamento de prémios, à negociação de planos de pagamento, ao estorno de prémios, a empresas com paralisação parcial ou total da atividade e das políticas de

congelamento de aumentos e alargamento da política de descontos comerciais para fazer face ao contexto de Pandemia, foi possível manter níveis de rácio combinado semelhantes aos verificados em 2019, apresentando um rácio de 94,1% face a 94,5% de 2019.

O Resultado Líquido foi de 4,0 milhões de euros, uma queda de 6,2% face aos 4,2 milhões de euros de 2019.

O rácio SCR e MCR em Solvência II apresenta em 31 de dezembro de 2020 níveis bastante confortáveis de 261,1% e 469,0% respetivamente, traduzindo uma forte posição financeira para enfrentar os anos vindouros.

Agradecemos, naturalmente, a todos os *“stakeholders”* que compõem o nosso ecossistema.

Estas realizações têm como principais artífices o conjunto de colaboradores da Caravela que com a sua dedicação e empenho têm sabido contornar os obstáculos que vão aparecendo na rota.

Uma palavra de destaque aos empresários da mediação de seguros que temos connosco na nossa viagem, e que são cada vez mais e com maior vínculo ao projeto.

Também às empresas prestadoras de serviços o nosso agradecimento pois souberam não só interpretar o modelo operacional da Caravela, mas têm contribuído com inovação e qualidade de serviço para a melhoria da *“Experiência do Cliente”*.

Agradecemos à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a colaboração e as sugestões apresentadas no acompanhamento da atividade da Caravela.

Uma nota final de apreço aos acionistas da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio que têm dado ao projeto, cujo objetivo maior é proporcionar aos clientes uma nova experiência no que respeita a seguros, marcado pela inovação e pela resposta aos novos desafios.

Apesar das vicissitudes de 2020, a viagem continua, rumo a uma nova dimensão!

Luis Cervantes

## ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, a composição dos Órgãos Sociais da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. é a seguinte:

### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente** - Nuno Miguel Marques dos Santos Horta  
**Secretário** - Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

### Conselho de Administração

**Presidente** - Luís Filipe Sampaio Cervantes  
**Vice-Presidente** - David Angulo Rubio  
**Vogal** - António Manuel Nestor Ribeiro  
**Vogal** - Fabrizio Cesario  
**Vogal** - George Koulouris  
**Vogal** - Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa  
**Vogal** - José Paulo de Castro Trigo

### Conselho Fiscal

**Presidente** - Manuel Augusto Lopes de Lemos  
**Vogal** - Humberto Manuel Martins Carneiro  
**Vogal** - José Elísio Lopes da Silva Quintas – ROC nº 643  
**Suplente** - José António Truta Pinto Rabaça

### Revisores Oficiais de Contas

**Efetivo** - Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. - SROC nº 51,  
representada por Pedro Miguel Pires de Jesus - ROC nº 1930  
**Suplente** - Paulo Jorge Damião Pereira - ROC nº 1219



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO

## 1. Introdução

Em 12 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que a epidemia de COVID-19 atingiu o nível de uma pandemia.

A escalada da pandemia ao longo do ano provocou, também, um choque devastador sobre a economia, atingindo todos os países do mundo, sem exceção, colocando novos e desconhecidos desafios aos governos nas áreas sanitária, social e económica.

Obviamente que este contexto de elevada incerteza teve impactos significativos na atividade seguradora em Portugal. O volume da produção de seguro direto em Portugal foi de 9,7 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 18,8% relativamente a 2019.

O ramo Vida, à semelhança do ano anterior, registou um decréscimo de 34,8%, situação resultante da redução da produção de seguros de vida financeiros. Quanto aos ramos Não Vida e seguindo a tendência dos últimos anos, voltaram a crescer, neste caso em 3,0%.

Por seu turno, a Caravela manteve o crescimento orgânico e consistente, alicerçado em projetos inovadores baseados na economia digital. O crescimento da produção de seguro direto foi de 31,8%, em relação ao exercício anterior, com um montante final de 100,7 milhões de euros de prémios brutos emitidos, sendo de realçar ainda a entrada no grupo das 10 maiores seguradoras Não Vida a operar em Portugal.

## 2. Missão

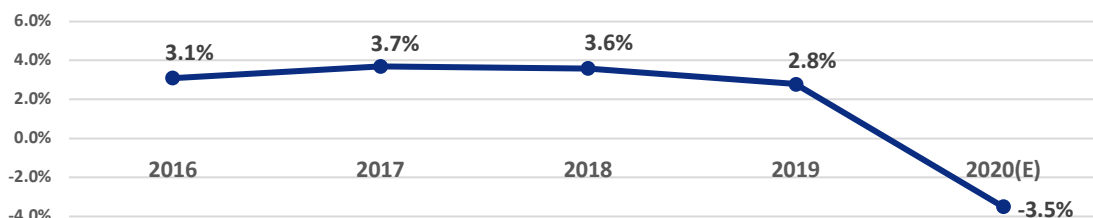
A Caravela além do objetivo de apoiar a construção de uma sociedade sustentável tem por missão defender valores fundamentais como sejam o profissionalismo, a integridade, a confiança, o rigor e a dedicação, assentes em parcerias com a mediação de qualidade e com todos os seus fornecedores e colaboradores sob o signo de sentimentos de pertença e partilha, para bem servir a comunidade na importante área da assunção de riscos.

## 3. Enquadramento Macroeconómico

### 3.1. Conjuntura Internacional<sup>1</sup>

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia que provocou um forte impacto na atividade económica, a nível mundial. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), é estimada uma contração no crescimento da economia global em cerca de 3,5%, evidenciando um forte contraste face ao valor estimado pré-pandemia, de +3,3%, assim como face ao valor registado em 2019, de +2,8%:

#### Evolução do PIB Mundial



Fonte:

Fundo Monetário Internacional (Janeiro 2021) – “World Economic Outlook Update, January 2021” Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/01/26/2021-world-economic-outlook-update>

European Central Bank (No. 8 January 2021) – “Economic Bulletin”. Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ecbu/eb202008.en.pdf>. Economic and monetary developments (pp.2)

Ao longo de 2020, a crise pandémica representou sérios riscos para a saúde pública e para as economias, a nível global. Ainda assim, no segundo semestre do ano, notou-se uma ligeira recuperação da atividade económica e surgiram perspetivas encorajadoras devido à aprovação de várias vacinas, de diferentes laboratórios. Estas perspetivas foram revertidas após o aparecimento de novas variantes do coronavírus COVID-19 e, conseqüentemente, novas medidas de contenção que voltaram a restringir a atividade económica no final do ano.

Em geral, as economias avançadas têm conseguido dar apoios financeiros abrangentes para as famílias e empresas, e os bancos centrais têm conseguido também reforçar este suporte. No entanto, estima-se uma retração no crescimento do PIB das economias avançadas de 4,9%.

Particularizando algumas economias, destacam-se:

- A contração no crescimento económico dos EUA é estimada em 3,4%, causada principalmente pelo número elevado de infeções por Covid-19 e de hospitalizações. Adicionalmente, destaca-se o enfraquecimento do estímulo fiscal e a queda dos preços da energia;
- No Japão estima-se um decréscimo do PIB em 5,1%, ainda que tenha existido um significativo apoio estatal na recuperação da economia. Em particular, notou-se um abrandamento das medidas de contenção, uma forte resposta política e uma recuperação da procura externa, que apoiaram o consumo privado e as exportações. No entanto, a atividade relacionada com a área de investimentos permaneceu moderada num contexto de incerteza ainda elevado;
- Apesar de se ter notado uma recuperação da economia do Reino Unido no terceiro trimestre de 2020, devido a uma forte recuperação do consumo, é estimada uma retração no crescimento económico de 10,0%. Destaca-se o impacto negativo das atividades dos setores de retalho, alimentação, alojamento e lazer, causado pelo confinamento imposto pelo governo, em novembro. Como consequência do acordo relacionado com o *Brexit*, salientam-se as perspetivas relacionadas com o mercado de trabalho, que limitaram o consumo e a incerteza relativa às relações comerciais, incluindo serviços, que restringiram o investimento privado.

Nos países em desenvolvimento e nos mercados emergentes, a China destaca-se pela positiva devido, principalmente, às medidas eficazes de contenção da pandemia, ao investimento público e ao apoio de liquidez do banco central, facilitando a recuperação desta economia, que apresenta um crescimento estimado de 2,3%, contrariamente à generalidade dos outros países.

Na Zona Euro, estima-se que o PIB diminua 7,2%, um contraste significativo quando comparado com o resultado registado em 2019, de 1,3%. O impacto da pandemia foi a principal razão para a redução na economia na Zona Euro, no entanto notou-se uma forte recuperação da atividade económica à medida que as restrições para travar o agravamento da pandemia foram sendo levantadas, em maio de 2020.

O levantamento das restrições refletiu-se em contribuições positivas para o crescimento do PIB provenientes do consumo privado, do investimento e do comércio.



No entanto, no último trimestre de 2020 voltou a verificar-se uma queda significativa na atividade, devido ao forte ressurgimento da pandemia e, conseqüentemente, à necessidade de reintrodução das medidas de contenção.

As projeções para 2021 apontam para uma aceleração da atividade económica mundial, em que se prevê que o PIB cresça 5,5%, estando as economias emergentes na linha da frente deste crescimento, com 6,3%, enquanto que as economias avançadas terão um crescimento mais moderado, prevendo-se que este se situe nos 4,3%. É projetado que a economia na Zona Euro cresça 4,2%, destacando-se Espanha cujas projeções apontam para um crescimento de 5,9%, superior ao da Alemanha (3,5%) e ao da França (5,5%).

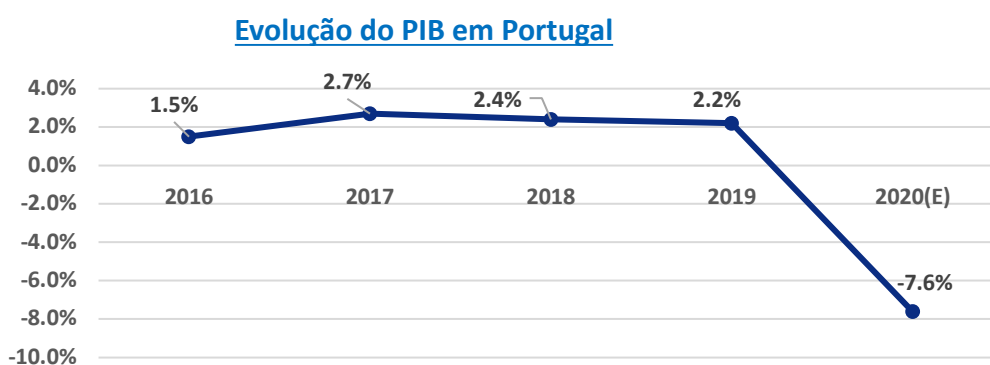
O lançamento de várias vacinas e o início das campanhas de vacinação aumentam a esperança num eventual fim da pandemia e são, por isso, o principal fator impulsionador do crescimento económico para o próximo ano.

### 3.2. Conjuntura Nacional<sup>2</sup>

Como seria natural, a economia portuguesa foi fortemente afetada pela pandemia em 2020, tal como se verificou no resto do mundo. Devido à crise de saúde pública causada pela pandemia, foi necessário aplicar medidas de contenção que impactaram negativamente a atividade económica, principalmente nas exportações e importações de bens e de serviços, com destaque para o turismo.

Neste sentido, estima-se uma quebra da economia portuguesa na ordem dos 7,6%, evidenciando um forte contraste face a 2019, em que tinha apresentado um crescimento de 2,2%, e abaixo do valor estimado para a Zona Euro.

De notar que, em 2020, o PIB português registou a maior queda desde o início do século XX:



Relativamente à dívida pública, estima-se que o rácio da dívida pública em percentagem do PIB registre um aumento significativo em 2020, de 117,2% para 134,4%, efeito das conseqüências macroeconómicas da crise sanitária.

<sup>2</sup> Fonte:

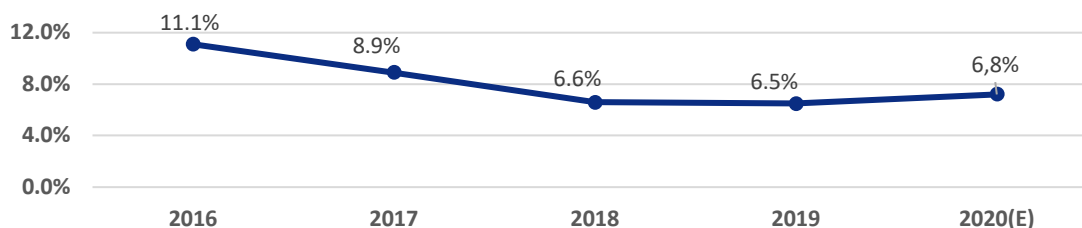
Banco de Portugal (dezembro 2020) – “Boletim Económico”.

Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2021”.

Instituto Nacional de Estatística (fevereiro 2021) – “Contas Nacionais Trimestrais - Estimativa Rápida”. Disponível em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=415333651&DESTAQUESmo](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=415333651&DESTAQUESmo)

A diminuição da atividade económica impactou negativamente o mercado de trabalho. No entanto, este efeito foi atenuado devido às diversas medidas de apoio à manutenção do emprego adotadas durante a pandemia, salvaguardando os rendimentos dos trabalhadores e o funcionamento das empresas. Neste sentido, estima-se que a taxa de desemprego em Portugal aumente em 2020, de 6,5% registados em 2019, para 6,8%:

#### Evolução da taxa de Desemprego em Portugal



### 3.3. Sistema Financeiro<sup>3</sup>

Em 2020, houve uma clara continuidade, dos principais bancos centrais, EUA e Zona Euro, em políticas monetárias expansionistas, devido, sobretudo, ao impacto que a pandemia teve na economia mundial.

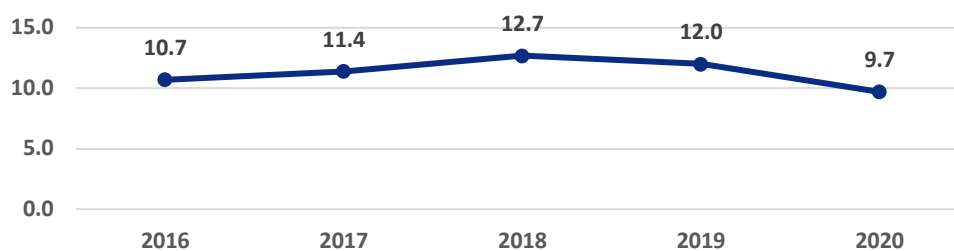
Desde o início da pandemia, nos EUA as taxas de juro de curto prazo apresentaram uma tendência descendente mais acentuada, situando-se em mínimos no intervalo entre 0% e 0,25%, enquanto que o Banco Central Europeu (BCE), na Zona Euro, reforçou e prolongou os estímulos que oferece à economia, nomeadamente o programa de compra de dívida e as taxas de juro nulas ou negativas que aplica no financiamento aos bancos. Na área Euro, as condições financeiras permanecem favoráveis, com medidas de apoio à liquidez.

Relativamente ao mercado cambial, as hipóteses de exercício incorporam uma apreciação do euro, em 2020, face ao dólar, de 1,8%.

### 3.4. Tendências do setor segurador e perspetivas de evolução<sup>4</sup>

Em 2020, no setor segurador português, o volume da produção de seguro direto foi de 9,7 mil milhões de euros tendo tido uma variação negativa, face a 2019, de 18,8%:

#### Evolução da produção de seguro direto em mil milhões de euros



<sup>3</sup> Fonte:  
 Banco de Portugal (dezembro 2020) – “Boletim Económico”.  
 Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2021”.

<sup>4</sup> Fonte:  
 APS – Base de dados, da Segurdata, a 2020.12

Esta evolução negativa teve um forte contributo do ramo Vida, que registou uma variação de -34,8%, face a 2019, representado agora 46% do total da produção do setor. É de realçar a modalidade PPR, uma vez que foi nela onde se registou a maior variação, que foi de -62,3%.

No mercado Não Vida, o volume da produção de seguro direto foi de 5,2 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva de 3,1%, face a 2019.

A taxa de sinistralidade Não Vida melhorou ligeiramente em 2019, passando de 62,9% para 59,2%.

Nos principais ramos do subsetor Não Vida, registaram-se as seguintes evoluções:

- A pandemia provocou uma forte quebra na venda de automóveis em Portugal no ano de 2020, sendo este um dos anos mais desfavoráveis para o setor, com uma variação negativa de 33,9% face a 2019. No entanto, apesar desta situação negativa, o mercado segurador finalizou o ano com uma ligeira oscilação positiva de 2,5%, no ramo Automóvel, registando também uma melhoria da taxa de sinistralidade que passou de 66,7% para 57,4%;
- No ramo Doença registou-se um crescimento de 8,3%, confirmando a tendência dos últimos anos, tendo a taxa de sinistralidade atingido os 66,8%, face aos 72,0% de 2019;
- O ramo Acidentes de Trabalho manteve a propensão de crescimento já observada nos exercícios anteriores, com uma variação positiva de 1,2%, tendo havido, também, uma melhoria da taxa de sinistralidade, que se quedou em 74,6% face aos 82,8% registados em 2019. Este ramo foi um dos que menos cresceu, em Não Vida, tendo como um dos principais fatores, para este fraco crescimento, o surgimento da pandemia Covid-19, com forte impacto na atividade económica;
- Incêndio e Outros Danos, verificou um crescimento na ordem dos 4,4%, sendo de realçar a trajetória ascendente dos seguros de Riscos Múltiplos, 5,0%. Ao nível de sinistralidade atingiu em 2020 uma taxa de 50,6%, valor superior ao verificado em 2019, que foi de 40,9%;
- O ramo Transportes apresentou um decréscimo de 1,0%, sendo que em termos de sinistralidade se verificou uma evolução bastante favorável fixando-se em 21,1% contra os 41,0% do ano anterior;
- O ramo Responsabilidade Civil Geral apresentou um crescimento de 2,6%, enquanto que a sua sinistralidade se fixou em 43,2%, comparativamente aos 31,2% de 2019.

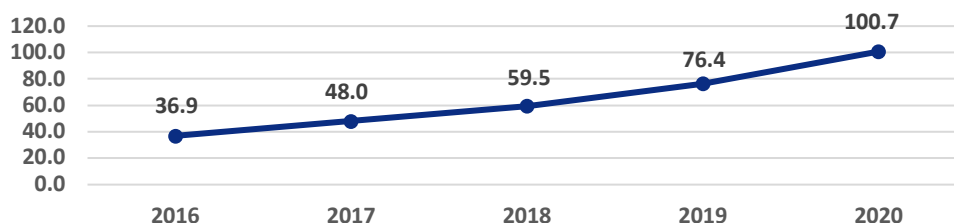
## 4. Atividade da Caravela

### 4.1. Principais Indicadores

Desde 2015 que a atividade da Caravela se tem pautado por um constante aumento da produção de seguro direto, uma firme e sustentada melhoria dos seus indicadores de gestão e por um importante equilíbrio dos resultados.

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de 31,8%, mantendo a tendência dos últimos anos e terminando 2020 com um total de 100,7 milhões de euros:

#### Evolução da produção de seguro direto em milhões de euros



Realça-se que o acentuado crescimento tem sido concretizado sem prejuízo da manutenção do critério central de equilíbrio técnico.

Destacou-se ainda, a variação favorável da taxa de sinistralidade, líquida de resseguro, que apresentou um decréscimo de 0.7 p.p., face ao ano anterior.

Quanto às componentes do balanço, é de notar que o peso das provisões técnicas, que representam agora 80,6% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, manteve-se em linha com o do ano anterior, contribuindo para esta situação o forte crescimento da Companhia.

Deve, ainda, salientar-se a melhoria do Capital Próprio, com uma variação de +45,4%, face ao período homólogo, devido ao vencimento da segunda prestação do aumento de capital subscrito em 2019 (10.000 milhares de euros).

O resultado líquido foi de 3.960 milhares de euros, representando 3,9% dos prémios brutos emitidos, dando assim continuidade aos bons resultados registados desde 2015.

Quanto ao rácio combinado verifica-se uma melhoria do mesmo, atingindo os 94,1%, com um decréscimo de 0,4 p.p., face a 2019.

No quadro da página seguinte discriminam-se, para uma análise mais minuciosa, os principais indicadores da Companhia:

### Indicadores sintéticos

U: Milhares de euro

	2020	2019	VAR 20/19%
<b>Balanço</b>			
Ativo líquido	143 436	106 703	34,4%
Capital próprio (1)	47 083	32 387	45,4%
Provisão para prémios não adquiridos	20 368	15 875	28,3%
Provisão para sinistros	60 522	45 285	33,6%
Provisão para sinistros líquido de resseguro	35 864	28 832	24,4%
Provisões técnicas	81 156	61 395	32,2%
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	100 719	76 437	31,8%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	71 621	56 211	27,4%
Custos com sinistros de seguro direto	62 557	46 235	35,3%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	45 920	36 430	26,1%
Custos Operacionais	25 667	20 931	22,6%
Rendimentos	801	1 103	-27,3%
Resultado líquido	3 960	4 220	-6,2%
<b>Indicadores</b>			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	781	637	22,6%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	65,2%	64,2%	1,7%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	64,1%	64,8%	-1,1%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	3,9%	5,5%	-28,8%
Provisões para sinistros / prémios brutos emitidos	60,1%	59,2%	1,4%
Provisões técnicas / prémios brutos emitidos	80,6%	80,3%	0,3%
Resultado líquido / capital próprio	8,4%	13,0%	-35,5%
Resultado líquido / capital social	11,5%	17,3%	-33,5%
Rácio combinado	94,1%	94,5%	-0,4%

(1) O capital social foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro, para 44.388.315,20 de euros, tendo em 27 de dezembro último sido realizada a 2ª prestação no valor de 10.000.000,00 de euros.

Assim, a situação em 31 de dezembro de 2020 era a seguinte:

⇒ Capital social subscrito: 44.388.315,20 de euros;

⇒ Capital social realizado: 34.388.315,20 de euros.

⇒ Capital social a realizar em 2021: 10.000.000,00 euros.

## 4.2. Gestão Técnica

### 4.2.1. Produção e Apólices

Conforme já mencionado, a Caravela encerrou o exercício de 2020 com um volume de prémios brutos emitidos de 100,7 milhões de euros, representando um acréscimo de produção de 24,2 milhões de euros, em valor absoluto, e uma taxa de crescimento de +31,8%, relativamente ao valor apurado em 2019.



O forte crescimento orgânico e consolidado, verificado nos últimos anos, está sustentado nos segmentos de clientes particulares e de pequenas empresas e numa rigorosa e criteriosa subscrição de riscos, orientada para a rentabilidade de todas as linhas de negócio.

A pandemia conduziu à aplicação de um conjunto de medidas que têm tido um importante impacto no mercado segurador, em especial se considerarmos o período de confinamento decretado com vista a limitar a propagação do vírus.

A diminuição da atividade económica, em alguns casos, e a limitação de circulação, noutros, esteve na base de ajustamentos nas condições dos contratos de seguros em resultado da alteração do perfil de risco da carteira da Caravela.

A análise do impacto da alteração do risco nas condições contratuais, entre as quais as relativas ao valor dos prémios, tem em consideração a análise de eventuais alterações do risco durante um período suficientemente alargado, de modo a assegurar que os diversos efeitos que se possam vir a verificar são considerados e não ficam condicionados por eventuais dificuldades de natureza operacional que podem gerar dilações no conhecimento de sinistros.

Neste contexto, a título ilustrativo, indicam-se algumas medidas implementadas pela Caravela de mitigação dos efeitos causados pela pandemia:

- Redução nos prémios aplicáveis no ramo de Acidentes de Trabalho e, na modalidade prémio variável, adiamento dos acertos nos prémios que decorrem das folhas de férias, bem como suspensão de ajustamentos tarifários nas renovações.
- Redução nos prémios aplicáveis no ramo Automóvel e suspensão de ajustamentos tarifários nas renovações.
- Redução dos prémios aplicáveis nos restantes ramos em carteira e suspensão de ajustamentos tarifários nas renovações.

Ainda assim, foi mantida a boa performance, transversal a todos os ramos, com exceção do ramo Marítimo em que os efeitos causados pela pandemia foram bastante impactantes, resultando num decréscimo de produção de 23,6% nos ramos Marítimo e Mercadorias Transportadas, decréscimo esse que acompanhou a tendência do mercado neste ramo.

Em continuidade com os exercícios anteriores, verifica-se que o ramo Automóvel foi o que mais contribuiu para a dinamização do crescimento, com um acréscimo de 43,8%. Em geral e especificamente no ramo Automóvel, o crescimento está suportado na continuidade da estratégia, baseada no aumento da cadência da produção nova, no aumento da base de distribuição, na subscrição de negócio de clientes particulares e pequenas empresas e, particularmente em 2020, com o alargamento do segmento alvo às médias e grandes empresas, resultando na captação de carteira enquadrada neste segmento.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e variação dos prémios brutos emitidos por ramos, onde se confirma que, exceção feita aos ramos Marítimo e Mercadorias Transportadas, todos exibem evoluções positivas:

### Estrutura e variação da produção

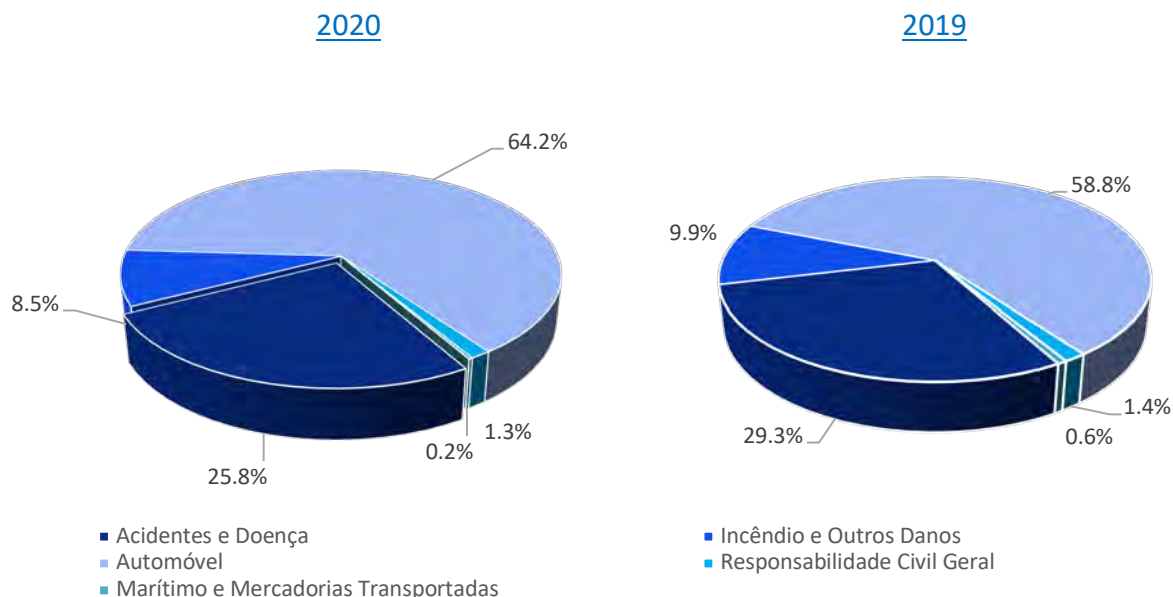
U: Euros

RAMOS	PBE			
	Δ	2020	Δ	2019
Acidentes e Doença	17,0%	26 095 184	21,6%	22 297 640
Incêndio e Outros Danos	12,0%	8 703 919	11,6%	7 771 636
Automóvel	43,8%	64 145 114	37,0%	44 606 632
Responsabilidade Civil Geral	13,3%	1 318 675	7,0%	1 163 594
Marítimo e Mercadorias Transportadas	-23,6%	456 004	10,1%	597 160
<b>TOTAL</b>	<b>31,8%</b>	<b>100 718 896</b>	<b>28,5%</b>	<b>76 436 663</b>

Relativamente à estrutura dos prémios da carteira, a Caravela apresenta a mesma tendência de distribuição verificada no ano anterior, tendo havido um aumento do peso do ramo Automóvel de 58,8% em 2019, para 64,2% em 2020, reforçando assim a predominância deste ramo, muito baseada em parcerias entretanto contratadas.

Apresenta-se de seguida o peso relativo dos vários ramos, na estrutura da carteira:

### Estrutura da carteira em %



O quadro da página seguinte, mostra as variações da carteira em vigor, por ramos, no fecho dos dois exercícios em análise:

### Varição da carteira em vigor

U: Euros

RAMOS	CARTEIRA			
	Δ	2020	Δ	2019
Acidentes e Doença	16,6%	26 918 154	20,0%	23 088 322
Incêndio e Outros Danos	14,6%	8 924 586	11,7%	7 784 650
Automóvel	44,6%	67 058 512	37,8%	46 365 557
Responsabilidade Civil Geral	20,8%	1 370 735	9,7%	1 134 500
Marítimo e Mercadorias Transportadas	-47,6%	252 556	13,6%	481 935
<b>TOTAL</b>	<b>32,6%</b>	<b>104 524 543</b>	<b>28,6%</b>	<b>78 854 964</b>

Como referido anteriormente, o forte aumento da cadência na subscrição de produção nova no ramo Automóvel, suportada no segmento de clientes particulares e pequenas empresas, resultou no reforço, também ao nível do número de apólices em carteira deste ramo, passando de 79,1% em 2019, para 82,1% em 2020.

Embora tenha diminuído o peso no número de apólices em carteira, resultado do forte incremento do ramo Automóvel, destaca-se o peso dos ramos Incêndio e Outros Danos, com 12,0%, totalizando estes dois ramos 94,1% das apólices em carteira na Caravela.

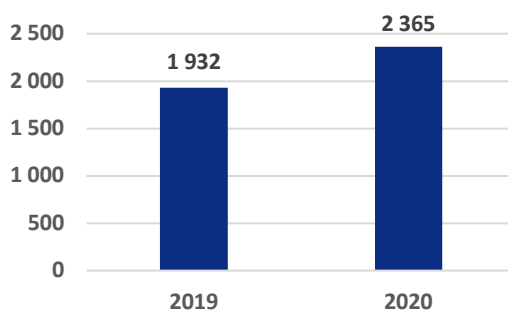
No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e número de apólices em vigor, no encerramento dos exercícios de 2019 e 2020:

### Distribuição da carteira em número de apólices

RAMOS	APÓLICES EM VIGOR			
	2020	Peso	2019	Peso
Acidentes e Doença	11 892	3,9%	10 417	4,5%
Incêndio e Outros Danos	36 532	12,0%	32 766	14,1%
Automóvel	250 632	82,1%	183 328	79,1%
Responsabilidade Civil Geral	4 867	1,6%	4 381	1,9%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	1 168	0,4%	967	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>305 091</b>	<b>100,0%</b>	<b>231 859</b>	<b>100,0%</b>

Esta evolução levou, também, a uma melhoria significativa no que diz respeito à análise da relação apólice por trabalhador:

### Apólices por trabalhador



#### 4.2.2. Sinistros

A taxa de sinistralidade global da Caravela em 2020, calculada em função dos prémios adquiridos, situou-se nos 65,2%, um pouco superior aos 64,2% do exercício anterior.

Em 2020, os custos com sinistros totalizaram 62.557 milhares de euros, antes de imputação de outros custos, o que constitui um aumento de 35,3% (+16.322 milhares de euros, em valor absoluto) em relação ao ano de 2019.

Todos os segmentos de negócio contribuíram para este aumento, mas foi no ramo Automóvel, com 44,6%, que o crescimento teve uma expressão mais impactante no rácio global.

Nos ramos de Acidentes e Doença, o aumento atingiu 15,5% (2.273 milhares de euros em valor absoluto).

A sinistralidade na linha de negócio de Incêndio e Outros Danos também aumentou, tendo-se fixado em 26,9%.

Nos ramos menos representativos, verificou-se um aumento de 151,2% em Responsabilidade Civil Geral, e 198,5% em Marítimo e Mercadorias Transportadas, mas que atendendo à sua pouca expressão tiveram uma influência limitada na taxa de sinistralidade global:

#### Custos com sinistros

U: Euros

<u>RAMOS</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Δ</u>
Acidentes e Doença	16 959 347	14 686 253	15,5%
Incêndio e Outros Danos	4 256 135	3 354 969	26,9%
Automóvel	40 021 912	27 680 928	44,6%
Responsabilidade Civil Geral	1 119 905	445 741	151,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	200 046	67 014	198,5%
<b>TOTAL</b>	<b>62 557 345</b>	<b>46 234 905</b>	<b>35,3%</b>

Para uma análise mais detalhada, no quadro seguinte são apresentadas as taxas de sinistralidade por grupo de ramos:

#### Taxa de sinistralidade

<u>RAMOS</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Δ</u>
Acidentes e Doença	67,9%	67,1%	1,2%
Incêndio e Outros Danos	50,9%	45,3%	12,3%
Automóvel	66,9%	67,9%	-1,6%
Responsabilidade Civil Geral	88,6%	39,5%	124,0%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	44,1%	11,5%	282,8%
<b>TOTAL</b>	<b>65,2%</b>	<b>64,2%</b>	<b>1,7%</b>

Outro aspeto a realçar nesta área é o do número de sinistros abertos que teve um aumento de 19,1% face ao exercício anterior, resultado, sobretudo, da evolução verificada no ramo Automóvel cuja oscilação representou um crescimento de 29,4%.

No grupo de ramos de Acidentes e Doença, verificou-se uma redução considerável no número de sinistros abertos, 18,2%, comparativamente com 2019, facto diretamente relacionado com a redução da atividade económica e empresarial decorrente do confinamento geral decretado para mitigação das consequências da pandemia.

Ao nível dos ramos de Incêndio e Outros Danos, o exercício encerrou com um aumento de 9,7%, pouco representativo, face à evolução de 11,5% no número de apólices em vigor.

Nas restantes linhas de negócio, verificou-se uma redução de 9,0% em Responsabilidade Civil Geral, enquanto em Marítimo e Mercadorias Transportadas se atingiu um aumento de 75,0%, em ambos os casos, evoluções com pouco relevo, dado o reduzido número de sinistros registados:

#### Sinistros abertos

<u>RAMOS</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Δ</u>
Acidentes e Doença	3 979	4 865	-18,2%
Incêndio e Outros Danos	3 319	3 026	9,7%
Automóvel	27 457	21 224	29,4%
Responsabilidade Civil Geral	335	368	-9,0%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	77	44	75,0%
<b>TOTAL</b>	<b>35 167</b>	<b>29 527</b>	<b>19,1%</b>

Tendo as apólices em vigor registado um crescimento de +31,6% face a 2019, o aumento do número de sinistros abertos foi menos expressivo, fixando-se em +19,1%, como se pode verificar no quadro supra.

Assim, a Caravela registou uma frequência de sinistros global de 13,1%, constituindo uma redução comparativamente com o ano anterior, contribuindo para esse facto a diminuição em quase todas as linhas de negócio.

No ramo Automóvel, segmento mais representativo, o exercício encerrou com uma frequência de sinistros de 12,7%.

#### Frequência de sinistros

<u>RAMOS</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Δ</u>
Acidentes e Doença	35,7%	48,8%	-27,0%
Incêndio e Outros Danos	9,6%	9,8%	-2,6%
Automóvel	12,7%	13,1%	-3,7%
Responsabilidade Civil Geral	7,2%	8,8%	-17,3%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	7,2%	4,7%	51,9%
<b>TOTAL</b>	<b>13,1%</b>	<b>14,2%</b>	<b>-8,0%</b>



É de salientar, finalmente, que sendo a capacidade de resposta das companhias de seguros no tratamento de sinistros uma das principais áreas de avaliação de satisfação dos clientes, parceiros e sinistrados, a aposta que a Caravela tem desenvolvido na melhoria dos seus processos e procedimentos levou a que o Departamento de Gestão de Reclamações tenha registado apenas 195 reclamações referentes a esta área, durante o ano 2020.

#### 4.2.3. Resseguro

Na política de resseguro da Caravela existem Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo e outras modalidades de Resseguro adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela Caravela para o ano de 2020, sofreu pequenas alterações na sua estrutura quando comparado com o ano anterior, em relação aos Resseguradores de 2019 envolvidos nos seus tratados.

No que respeita aos tratados proporcionais, que englobam os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente, à exceção do Tratado de Incêndio e Multirriscos, cujo limite de excedente aumentou para 15.000.000 de euros.

Relativamente aos tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil Geral não sofreram qualquer alteração, nem ao nível da prioridade nem na sua capacidade, à exceção do limite anual agregado que aumentou para 4.000.000 de euros no Tratado Automóvel – Danos Próprios. O Tratado CAT XL também aumentou para 10.000.000 de euros.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentada. Neste seguimento decidiu-se manter a Nacional Re como líder, na maioria dos tratados, com 40% de participação.

Desta forma, nas renovações dos tratados, o *rating* mínimo exigido a um Ressegurador é de “A-”, de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best.

No quadro subsequente é apresentado o leque dos principais resseguradores, bem como o respetivo *rating* a 31/12/2020:

RESSEGURO 2020	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional Re	A
Covea	A+
CCR Re	AA
DEVK Re	A+
Hannover Re	AA-
Qbe	A+
R+V	AA-

### 4.3. Gestão Financeira

#### 4.3.1. Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, cresceram 20.952 milhares de euros em 2020, traduzindo um crescimento de 29% face a 2019.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a OFI Asset Management, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer da EIOPA quer da Autoridade de Supervisão nacional.

No quadro abaixo é apresentado o resumo da situação, registada a 31 de dezembro de 2020:

#### Carteira de ativos

U: Milhares de euros

CARTEIRA DE ACTIVOS	2020			2019			Var 20/19 %
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	
<b>1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO</b>							
Ativos Mobiliários							
Dívida Pública (1)	11 967	13%	12%	15 716	22%	20%	-24%
Obrigações Diversas (1)	46 389	50%	47%	39 774	55%	52%	17%
Ações e Fundos de Investimentos	3 072	3%	3%	1 930	3%	3%	59%
Empréstimos Concedidos	252	0%	0%	447	1%	1%	-44%
Liquidez (2)	31 660	34%	32%	14 520	20%	19%	118%
Sub-total	93 340	100%	95%	72 387	100%	94%	29%
Outros Ativos não Mobiliários							
Imóveis	1 232		1%	1 232		2%	0%
Sub-total	1 232		1%	1 232		2%	0%
<b>TOTAL (1)</b>	<b>94 571</b>		<b>97%</b>	<b>73 619</b>		<b>96%</b>	<b>28%</b>
<b>2. INVESTIMENTO OPERACIONAL</b>							
Equipamento, Mobiliário e Material	3 241		3%	3 250		4%	0%
<b>TOTAL (2)</b>	<b>3 241</b>		<b>3%</b>	<b>3 250</b>		<b>4%</b>	<b>0%</b>
<b>TOTAL (1) + (2)</b>	<b>97 812</b>		<b>100%</b>	<b>76 869</b>		<b>100%</b>	<b>27%</b>

**Observações:**

(1) Valorização com juros decorridos

(2) Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública diminuiu 24%, face ao ano anterior, enquanto a exposição à dívida *Corporate* aumentou 17%. Esta exposição em aplicações *Corporate*, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, aumentou significativamente, face a 2019, justificado pelo aumento de capital concretizado no final do ano, estando, no entanto, em linha com os parâmetros de risco e gestão de capital.

### 4.3.2. Resultados dos Investimentos Financeiros

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 0,6%.

Conforme se constata no quadro seguinte, os resultados financeiros apresentam, em 2020, um decréscimo, face ao período homólogo, de 302 milhares de euros (-27,3%), devido, essencialmente, a uma menor realização de mais-valias enquanto que os rendimentos gerados apresentam um acréscimo de 8,2%:

#### Resultados financeiros

U: Milhares de euros

	2020	2019	VAR 20/19%
Rendimentos de investimentos	481	444	8,2%
Ganhos ou perdas de investimentos	321	659	-51,3%
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>801</b>	<b>1 103</b>	<b>-27,3%</b>

Realce, ainda, para o facto de não se ter registado qualquer imparidade durante os últimos seis anos em ativos financeiros, demonstrando a elevada prudência na escolha das aplicações que compõem a carteira de investimentos da Caravela.

## 4.4. Custos de Exploração

### 4.4.1. Custos por Natureza a Imputar

O total de custos por natureza a imputar, atingiu os 13.362 milhares de euros, o que representa um aumento de 20,9%, face a 2019, devido a um aumento generalizado das rubricas de gastos:

#### Custos por natureza

U: Milhares de euros

Custos por Natureza	2020	2019	VAR 20/19%
Custos com o Pessoal	6 691	5 992	11,7%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 173	3 563	17,1%
Impostos e Taxas	971	590	64,6%
Amortizações do Exercício	1 237	652	89,7%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	-
Juros Suportados	29	29	0,4%
Comissões	260	224	15,9%
<b>TOTAL</b>	<b>13 362</b>	<b>11 051</b>	<b>20,9%</b>

#### 4.4.2. Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal passou de 120 para 129 efetivos:

##### Evolução do quadro de pessoal

	2020	2019	VAR 20/19%
Efetivos no início do período	120	112	7,1%
Entradas	12	12	0,0%
Saídas	3	4	-25,0%
<b>Efetivos no final do período</b>	<b>129</b>	<b>120</b>	<b>7,5%</b>

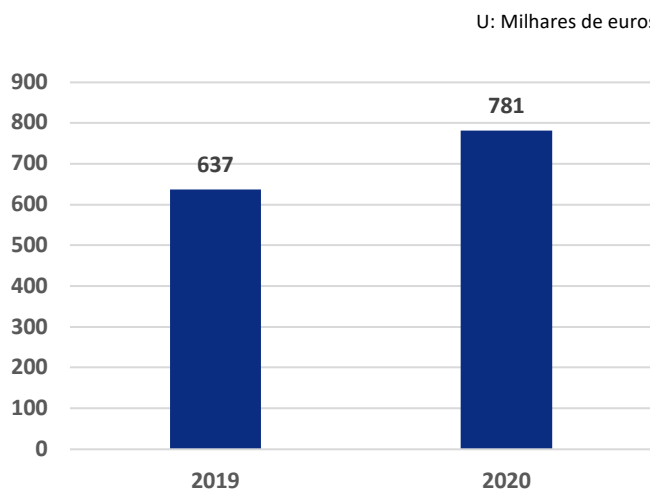
Destes 129, 69 são do sexo masculino e 60 do sexo feminino:

##### Distribuição etária por sexo

Faixa Etária	Homens	Mulheres
Até 29 anos	12	3
De 30 a 39 anos	12	13
De 40 a 49 anos	26	37
De 50 a 59 anos	14	6
Mais de 60 anos	5	1
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>60</b>
<b>Idade Média</b>	<b>43 anos</b>	

Salienta-se a variação positiva de 22,6% do rácio de prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo de 637 milhares de euros para 781 milhares de euros, devido, essencialmente, ao crescimento da produção:

##### Prémios brutos por trabalhador



#### 4.5. Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Entretanto, com a entrada em vigor do regime de Solvência II a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros, aumentou de modo muito significativo. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar N.º 8/2016-R, de 16 de agosto, alterada pela Norma Regulamentar N.º 10/2020-R, de 3 de novembro, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com o RJASR.

No domínio da solvência II, no decurso de 2020, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Participação nas sessões do Grupo de Trabalho “Gestão de Riscos e Atuariado” da Comissão Técnica “Economia e Finanças” da Associação Portuguesa de Seguradores;
- Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de final de ano com data de referência de 31 de dezembro de 2019 e numa base trimestral para o último trimestre de 2019 e os três primeiros trimestres de 2020;
- Reporte à ASF do Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2019, previsto no artigo 35.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 21.º do RJASR e nos artigos 304.º a 314.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- Divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira relativo ao ano de 2019, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do RJASR e nos artigos 290.º a 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão;
- Reporte à ASF do Relatório ORSA 2020, referente ao sexénio 2020-2025.

#### 4.6. Estimativa da Margem de Solvência

A Companhia estimou os rácios de Solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 31 de dezembro de 2020 e para o dia 1 de janeiro de 2021, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.



O rácio de capital de solvência, verificado em 2020, teve uma evolução bastante favorável face ao período homólogo, passando de 178% para 261%.

Este rácio foi influenciado positivamente pelo aumento de capital realizado em dezembro de 2020, apesar do aumento do requisito de capital originado pelo crescimento orgânico da Caravela.

Com estes valores, a Companhia supera confortavelmente o objetivo de capital e, conseqüentemente, o requisito regulamentar.

O quadro seguinte apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital de Solvência II, em cada uma daquelas datas:

### Requisito de capital de solvência

U: Milhares de euros

	31.12.2019	31.12.2020	01.01.2021
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>30 225</b>	<b>54 820</b>	<b>54 726</b>
Capital Social	24 388	34 388	34 388
<b>Requisito de Capital de Solvência</b>	<b>16 927</b>	<b>20 999</b>	<b>20 999</b>
Ajustamento por Impostos	-4 537	-4 538	-4 538
Risco Operacional	2 322	3 159	3 159
<b>Requisito de Capital de Base</b>	<b>19 143</b>	<b>22 378</b>	<b>22 378</b>
Efeito de diversificação	-8 486	-10 616	-10 616
Soma das componentes de risco	27 629	32 994	32 994
Risco de Mercado	3 932	4 864	4 864
Risco de incumprimento da contraparte	1 652	2 955	2 955
Risco de subscrição saúde	7 263	9 243	9 243
Risco de subscrição não vida	14 782	15 931	15 931
<b>Rácio de Solvência</b>	<b>178,6%</b>	<b>261,1%</b>	<b>260,6%</b>

Como se pode constatar no quadro abaixo, que apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital para cálculo do capital mínimo de solvência (MCR), nas mesmas datas, registou-se uma melhoria significativa relativamente a 31 de dezembro de 2019:

### Requisito de capital mínimo exigido

U: Milhares de euros

	31.12.2019	31.12.2020	01.01.2021
Fundos Próprios Elegíveis	28 911	44 320	44 227
Requisito de Capital Mínimo	7 617	9 450	9 450
<b>Rácio de Capital Mínimo</b>	<b>379,5%</b>	<b>469,0%</b>	<b>468,0%</b>

## 4.7. Capital Social e Resultado

### 4.7.1. Evolução do Capital Social

A 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito da Caravela era de 44.388.315,20 de euros, representado por 79.056.677 ações sem valor nominal.

À data de encerramento das contas encontra-se por realizar uma prestação do aumento de capital subscrito em 9 de julho de 2019, no montante de 10.000.000,00 de euros, que se vence no final do ano corrente.

### 4.7.2. Resultado do Exercício de 2020

O resultado bruto apurado no final de 2020 foi de 4.128.388,23 euros, o qual deduzido dos impostos sobre o rendimento estimados conduziu a um resultado líquido de 3.959.651,29 euros, representando um decréscimo de 4,1% em relação ao exercício anterior.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- 395.965,13 euros (10 % do Resultado Líquido) para a conta de Reserva Legal;
- 3.563.686,16 euros, valor restante, para a conta de Reservas Livres.

Com a aprovação da aplicação dos resultados nos termos propostos, o Capital Próprio da Companhia fixar-se-á em 47.083.394,00 euros e, incluindo a realização da prestação vincenda do aumento de capital subscrito, atingirá 57.083.394,00 euros.

## 5. Impacto COVID-19 e Evolução para 2021

Os efeitos da Pandemia COVID-19 que se sentiram em 2020, irão manter-se em 2021 e terão um forte impacto no período Pós-Pandemia.

O impacto já sentido em 2020 pode se dividido em 3 grandes áreas:

- Redução do volume de negócio resultante da devolução de prémios de seguros nas atividades que tiveram paralisação parcial ou total da atividade, renegociação e alteração dos contratos em vigor, atingindo cerca de 81% dos contratos em vigor, e aumento do nível de descontos comerciais como forma de retenção dos clientes neste momento adverso;
- Decréscimo dos índices de cobrança e aumento dos respetivos prazos como consequência direta da implementação de moratórias para pagamento de prémios de seguro e negociações de planos de pagamento;
- Necessidade de reforço dos níveis de provisionamento de sinistros para os ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, para fazer face a um aumento inevitável da frequência no período pós-Pandemia.

Os impactos descritos, prolongar-se-ão durante o ano de 2021, sendo previsível que a recuperação nos níveis de atividade do setor segurador do período pré-pandemia só se verifique em 2022.

As principais prioridades para 2021 são:

- Manter um elevado nível de qualidade na satisfação das necessidades dos nossos clientes;
- Desenvolver soluções que possam ir ao encontro dos novos desafios pós-pandemia;
- Manter uma política de prudência ao nível do Investimentos Financeiros;
- Desenhar uma nova estratégia comercial de modo a posicionar a Caravela no apoio aos clientes e parceiros de negócio no paradigma pós-pandemia;
- Finalmente, sendo a responsabilidade social um objetivo intrínseco à atividade seguradora, é intenção da Caravela, num momento socialmente complicado como aquele em que vivemos, manter o seu empenhamento em implementar princípios orientadores nas áreas de bem-estar social e ambiental, quer a nível interno quer estendendo essa ação à comunidade.

## 6. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Agentes e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva na vida da Companhia.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal no acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício.

O Conselho de Administração reitera o agradecimento à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões por todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o exercício agora terminado.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2021

O Conselho de Administração,

---

Luís Cervantes  
Presidente

---

David Angulo  
Vice-Presidente

---

António Nestor Ribeiro  
Vogal

---

Fabrizio Cesario  
Vogal

---

George Koulouris  
Vogal

---

Gonçalo Ramos e Costa  
Vogal

---

Paulo Trigo  
Vogal



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

RELATÓRIO DO  
GOVERNO  
SOCIETÁRIO

## 1. Introdução

A Caravela-Companhia de Seguros, S.A., elabora o seu Relatório do Governo Societário, de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis no mercado.

## 2. Estrutura Acionista

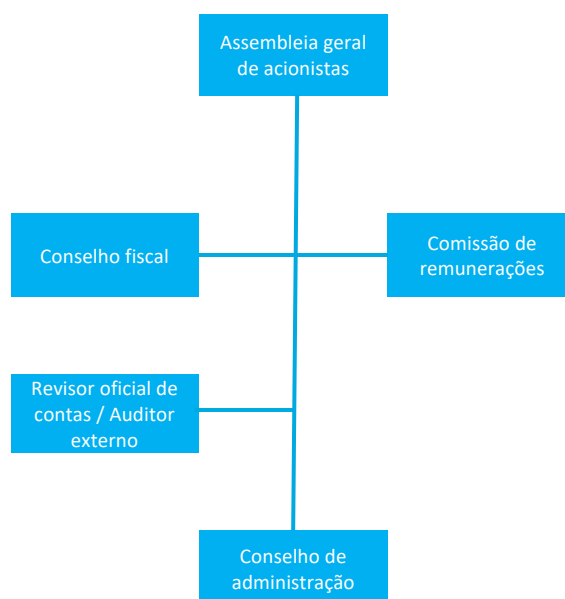
O capital social da Sociedade, integralmente subscrito e parcialmente realizado, é de 44.388.315,20 euros, representado por 79.056.677 ações, sem valor nominal. À data de encerramento das contas encontra-se por realizar uma prestação do aumento de capital subscrito em 9 de julho de 2019, no montante de 10.000.000,00 de euros, que se vence em dezembro de 2021.

## 3. Estrutura de Governo

O modelo de governo da sociedade, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização segue o tradicional modelo latino e é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo

O organigrama abaixo, apresenta essa estrutura organizacional:





Ainda de acordo com o art.º 11 dos Estatutos da Sociedade a gestão corrente é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete membros, nomeados pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Assim, o atual Conselho de Administração que tem um mandato de 2019 a 2022, é composto por sete administradores, sendo um deles Presidente, outro Vice-presidente e cinco Vogais.

O Conselho de Administração, como órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade.

Nos termos do art.12º dos estatutos da Caravela cabe-lhe, em especial:

- A gestão da Sociedade, praticando todos os atos que se enquadrem no seu objeto social;
- A aquisição, oneração e alienação de todos os bens e direitos da Sociedade;
- A celebração de quaisquer contratos de financiamento e a realização de outras operações de crédito;
- A definição da organização e dos métodos de trabalho da Sociedade;
- A aprovação dos planos anuais e respetivos orçamentos;
- A delegação dos seus poderes a um ou mais dos seus membros e/ou procuradores;
- A criação de conselhos consultivos;
- A execução e o cumprimento das disposições legais, bem como as deliberações da Assembleia Geral.

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, de entre os quais pelo menos um deverá possuir formação superior adequada ao exercício das suas funções e um membro suplente, com mandatos iguais aos do Conselho de Administração, sendo também reelegíveis.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é determinada pela Comissão de Remunerações que é composta por três membros - sendo um deles o Presidente - designados pela Assembleia Geral e também eles por períodos de quatro anos, com possibilidade de reeleição.

#### **4. Composição dos Órgãos Sociais**

##### **Mesa da Assembleia Geral:**

Presidente: Nuno Miguel Marques dos Santos Horta

Secretário: Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcamo Lobo

**Conselho de Administração:**

Presidente: Luís Filipe Sampaio Cervantes

Vice-Presidente: David Angulo Rubio

Vogal: António Manuel Nestor Ribeiro

Vogal: Fabrizio Cesario

Vogal: George Koulouris

Vogal: Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa

Vogal: José Paulo de Castro Trigo

**Conselho Fiscal:**

Presidente: Manuel Augusto Lopes de Lemos

Vogal: Humberto Manuel Martins Carneiro

Vogal: José Elísio Lopes da Siva Quintas, ROC n.º 643

Suplente: José António Truta Pinto Rabaça

**Revisor Oficial de Contas:**

Efetivo: Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., SROC n.º 51,  
representada por Pedro Miguel Pires de Jesus - ROC n.º 1930

Suplente: Paulo Jorge Damião Pereira, ROC n.º 1219

## **5. Qualificação profissional dos membros do Conselho de Administração e atividade exercida nos últimos anos**

**Luís Cervantes - Presidente**

- Qualificação académica:
  - Licenciado em Economia
  - Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Produtos Derivados
- Atividade nos últimos anos:
  - Diretor do BES (1993-2005)
  - Administrador da Crediflash (2004-2006)
  - Assessor de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade (2005-2006)
  - Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros AXA Portugal (2006-2010)
  - Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros Seguro Direto Gere (2008)
  - Administrador da Sabseg Seguros (2010-2017)
  - Presidente do Conselho de Administração da AAA-SGPS, S.A. (novembro 2016-junho 2017)
  - Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

**David Angulo - Vice-Presidente**

- Qualificação académica:
  - Licenciado em Administração de Empresas
  - Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:

Analista Financeiro da Gescapital, S.A. (1992-1993)  
Diretor de Divisão do Bankinter, S.A. (1993-1996)  
Diretor Financeiro da Aegon Union Asseguradora (1997-2001)  
Diretor Geral da Aegon Union Asseguradora (2001-2005)  
Diretor Geral de Seguros do Santander UK Bank, plc (2005-2007)  
Chairman da AVIVA plc, London and Madrid (2007-2014)  
Chairman Executivo da Dunas Capital España, S.S. (2014-)  
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

#### António Nestor Ribeiro - Vogal

- Qualificação académica:
  - Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática
  - Mestre em Informática - Sistemas distribuídos, Arquitetura de Computadores e Comunicações por Computador
  - Doutorado em Informática - Fundamentos da Computação
- Atividade nos últimos anos:
  - Diretor Adjunto do curso da Licenciatura em Engenharia Informática (2008-2010)
  - Membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Ciências da Computação (2008-2010)
  - Membro do Conselho Pedagógico da Escola de Engenharia (2010-2013)
  - Diretor da Licenciatura em Engenharia Informática (2010-2013)
  - Diretor Adjunto do Departamento de Informática (2012-2016)
  - Membro da Comissão Diretiva do Departamento de Informática (2010-2016)
  - Professor auxiliar da Universidade do Minho
  - Administrador fundador da MobiComp (2008)
  - Co-fundador da iMobileMagic (2011-2016)
  - Vice-presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2019)
  - Vogal do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

#### Fabrizio Cesario - Vogal

- Qualificação académica:
  - Licenciado em Economia
  - Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
  - Analista Financeiro da Rothschild Itália (1992-1995)
  - Diretor Executivo/Diretor Geral/Vice-Presidente do Lehman Brothers Europe (1995-2008)
  - Diretor Geral da Lazard Capital International Limited (2009-2010)
  - Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2010-2017)
  - Partner do Toscafund Asset Management (2017-)
  - Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

George Koulouris - Vogal

- Qualificação académica:  
Licenciado em Economia  
Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:  
Analista/Associado da UBS, AG London (1999-2002)  
Associado do Credit Suisse, AG London (2003-2005)  
Vice-Presidente das Instituições Financeiras do Deutsche Bank AG London (2006-2007)  
Supervisor/Chefe da Divisão de M&A do Marfin Investment Group Holding, S.A. (2007-2013)  
Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2013-2017)  
Partner do Toscafund Asset Management (2017-)  
Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Gonçalo Ramos e Costa – Vogal executivo

- Qualificação académica:  
Licenciado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:  
Gestor de Marketing na Lusitania (1993-1998)  
Diretor de Marketing na Lusitania (1998-2001)  
Administrador-delegado da Moçambique-Companhia de Seguros S.A. com sede em Maputo (2001-2004)  
Administrador da Moçambique-Companhia de Seguros, S.A. (2004-2014)  
Diretor coordenador da Direção Financeira, Administrativa e de Património da Lusitania (2007-2014)  
Diretor Geral da AAA - SGPS (2014-2017)  
Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

Paulo Trigo – Vogal executivo

- Qualificação académica:  
Licenciado em Engenharia Civil  
Pós-graduado em Engenharia e Segurança Industrial  
Cursos de Analista de Riscos, Técnico de Prevenção e Segurança e Técnico de Prevenção de Incêndios em empresas industriais
- Atividade nos últimos anos:  
Diretor do Gabinete de Análise de Riscos na Tranquilidade (1990-1998)  
Diretor coordenador da Direção de Exploração Regional Norte na Tranquilidade (1998-2005)  
Diretor coordenador da Direção de Grandes Clientes da Tranquilidade (2005-2014)  
Administrador-Delegado da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2017)  
Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

## 6. Composição da Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações é composta por três elementos:

Presidente: Fabrizio Cesario

Vogal: George Koulouris

Vogal: António Nestor Ribeiro

Os membros da Comissão de Remunerações não são remunerados, não tendo qualquer vínculo familiar entre eles.

## 7. Remunerações dos órgãos sociais

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização segue a política de remuneração aprovada pela Comissão de Remunerações.

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

A Comissão de Remunerações deve reunir em sessão plenária, sempre que seja necessária a discussão e fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no contrato de prestação de serviços e obedece à prática corrente do mercado.

## 8. Remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art.º 29º da lei n.º 28/2009 de 1 de 19 de setembro)

As remunerações base dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas no quadro seguinte:

### 8.1. Agregado

U: euros

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Conselho de Administração	652 000,00	216 061,72	868 061,72
Conselho Fiscal	13 500,00	0,00	13 500,00
<b>TOTAL</b>	<b>665 500,00</b>	<b>216 061,72</b>	<b>881 561,72</b>

## 8.2. Individual

U: euros

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Luís Filipe Sampaio Cervantes	210 000,00	85 893,56	295 893,56
David Angulo Rubio	50 000,00	0,00	50 000,00
Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa	196 000,00	65 471,08	261 471,08
José Paulo de Castro Trigo	196 000,00	64 697,08	260 697,08
<b>TOTAL</b>	<b>652 000,00</b>	<b>216 061,72</b>	<b>868 061,72</b>

U: euros

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Manuel Augusto Lopes de Lemos	7 200,00	0,00	7 200,00
Humberto Manuel Martins Carneiro	3 600,00	0,00	3 600,00
José Elísio Lopes da Silva Quintas <sup>1</sup>	2 700,00	0,00	2 700,00
<b>TOTAL</b>	<b>13 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13 500,00</b>

<sup>1</sup> Nomeado em março de 2020

## 9. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL nº 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo D.L. nº 224/2008 de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os valores pagos em 2020, incluindo o IVA foram os seguintes:

U: Euro

Descrição dos Honorários MAZARS	Valor	Valor
Solvência II		18 450
Revisão Oficial Contas		
	ano 2019	36 900
	ano 2020	24 600
<b>TOTAL</b>		<b>79 950</b>

## 10. Participação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Seguradora (Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho de Administração com participação no capital da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.:

Nome	Número de ações detidas a 31/12/2020
Luís Filipe Sampaio Cervantes (participação através da Ancoras de Jupiter Unipessoal, Lda.)	3 288 760
António Manuel Nestor Ribeiro (participação através da Blue Wave, S.A.)	1 541 606



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

POLÍTICA DE  
REMUNERAÇÃO  
DOS  
COLABORADORES

## 1. Introdução

A política de remuneração da Caravela-Companhia de Seguros, S.A., tem como objetivo que todos os seus colaboradores tenham uma retribuição de acordo com as funções que desempenham e com o efetivo resultado da sua atividade.

A remuneração dos trabalhadores da Caravela engloba obrigatoriamente uma componente fixa, podendo em algumas funções ser também considerada uma componente variável.

Em termos práticos, a componente fixa resulta da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho afetos ao setor segurador, sendo adequada ao pagamento do trabalho realizado.

A política global de remuneração tem em conta o diferente contributo dos diversos órgãos e funções para a concretização dos objetivos anuais ou plurianuais da Caravela.

Neste pressuposto, as funções são descritas e avaliadas através de metodologias e critérios de avaliação específicos, que garantem transparência e isenção em linha com as melhores práticas do mercado em termos de credibilidade e de fiabilidade no alinhamento dos objetivos e apuramento dos resultados.

As bandas existentes permitem garantir o respeito pela equidade interna ao nível da política de remuneração e igualmente servem de garante relativamente à remuneração fixa e à eventual remuneração variável.

O ajustamento dos fundamentos da política de remuneração tem necessariamente como referência, quer a situação económica nacional, quer a estratégia a curto e médio prazo da Caravela, referenciais determinantes e basilares para uma justa e correta implementação dessa política.

## 2. Enquadramento legal

Esta política é baseada no cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, das quais se destacam os seguintes diplomas:

- Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Circular n.º 6/2010, de 1 de abril (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015;
- Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação das Empresas de Seguros.

Tem, também, como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com as políticas de crescimento, rentabilidade e produtividade definidas pelos acionistas da Sociedade.

### **3. Competência**

A política de remuneração dos trabalhadores deve ser proposta pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

### **4. Divulgação**

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

### **5. Componentes da remuneração**

Os colaboradores da Caravela poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável, cujos principais pressupostos serão:

- Equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;
- A remuneração variável deverá resultar de um sistema de objetivos e desempenho que dará um enfoque especial aos objetivos da Caravela que devem ser claros, precisos, determináveis e exequíveis.

### **6. Outros benefícios**

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela auferem também os seguintes benefícios:

- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Acidentes Pessoais;
- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Prémio de Permanência (cláusula 42ª do ACT 2016);
- Plano Individual de Reforma (PIR).



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO  
FINANCEIRA

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (1/2)

U: euros

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2020	Exercício		Exercício anterior	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
	<b>ATIVO</b>				
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 202 233,01		5 202 233,01	2 267 710,71
1	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5 000,00		5 000,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00		0,00	0,00
	Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
5	Ativos disponíveis para venda	90 321 930,47	233 843,54	90 088 086,93	68 981 211,80
3.2.2	Empréstimos e contas a receber	3 095 374,21	0,00	3 095 374,21	3 297 447,57
	Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
3.2.2	Outros depósitos	2 843 833,11		2 843 833,11	2 850 906,58
3.2.2	Empréstimos concedidos	251 541,10		251 541,10	446 540,99
	Contas a receber	0,00		0,00	0,00
	Outros	0,00		0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios	1 231 882,32	0,00	1 231 882,32	1 231 882,32
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios de rendimento	1 231 882,32		1 231 882,32	1 231 882,32
8	Outros ativos tangíveis	3 240 748,76	1 067 132,09	2 173 616,67	2 303 684,02
	Inventários	86 469,47		86 469,47	88 098,77
	Goodwill	0,00		0,00	0,00
3.4-10	Outros ativos intangíveis	4 101 572,59	1 813 025,29	2 288 547,30	2 179 835,18
4.1.3	Provisões técnicas de resseguro cedido	26 351 659,72	0,00	26 351 659,72	17 970 091,00
4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	1 693 928,82		1 693 928,82	1 517 245,58
	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
4.1.1-4.1.3	Provisão para sinistros	24 657 730,90		24 657 730,90	16 452 845,42
	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00		0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00		0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0,00		0,00	0,00
3.9.1-11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	12 260 225,40	861 416,74	11 398 808,66	6 952 276,60
3.8.1-3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por operações de seguro directo	10 964 835,69	820 043,38	10 144 792,31	6 336 742,14
3.9.1-4.4-11	Contas a receber por outras operações de resseguro	306 459,26	0,00	306 459,26	352 065,54
3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por outras operações	988 930,45	41 373,36	947 557,09	263 468,92
20	Ativos por impostos	1 166 793,38	0,00	1 166 793,38	1 198 570,74
20	Ativos por impostos correntes	310 952,96		310 952,96	308 854,12
20	Ativos por impostos diferidos	855 840,42		855 840,42	889 716,62
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	347 511,64		347 511,64	232 109,54
	Outros elementos do ativo	0,00		0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
	<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>147 411 400,97</b>	<b>3 975 417,66</b>	<b>143 435 983,31</b>	<b>106 702 918,25</b>

### Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

### Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (2/2)

U: euros

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2020	Exercício	Exercício anterior
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
4.1.3	Provisões técnicas	81 156 183,79	61 394 795,17
3.7.1-4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	20 367 529,74	15 874 669,94
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
3.7.2-4.1.3	Provisão para sinistros	60 521 587,98	45 284 731,98
	De vida	0,00	0,00
4.1.3	De acidentes de trabalho	33 620 036,03	25 637 247,95
4.1.3	De outros ramos	26 901 551,95	19 647 484,03
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00
3.7.4-4.1.3	Provisão para desvios de sinistralidade	267 066,07	235 393,25
3.7.3-4.1.3	Provisão para riscos em curso	0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00
3.2.3.	Outros passivos financeiros	2 264 299,00	2 852 812,53
	Derivados de cobertura	0,00	0,00
	Passivos subordinados	0,00	0,00
3.2.3	Depósitos recebidos de resseguradores	517 450,96	816 431,93
3.2.3-3.8.6	Outros	1 746 848,04	2 036 380,60
3.6-19	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	150 130,82	159 687,13
3.9.2	Outros credores por operações de seguros e outras operações	7 779 032,13	6 246 136,30
3.9.2	Contas a pagar por operações de seguro directo	4 987 742,27	3 438 781,25
3.9.2	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2 006 162,73	2 271 444,13
3.9.2	Contas a pagar por outras operações	785 127,13	535 910,92
20	Passivos por impostos	3 597 552,68	2 486 020,30
20	Passivos por impostos correntes	3 228 760,65	2 331 084,40
20	Passivos por impostos diferidos	368 792,03	154 935,90
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	1 405 390,89	1 176 366,35
	Outras Provisões	0,00	0,00
	Outros elementos do passivo	0,00	0,00
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>96 352 589,31</b>	<b>74 315 817,78</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO<sup>1</sup></b>		
21	Capital	34 388 315,20	24 388 315,20
	(Acções Próprias)	0,00	0,00
	Outros instrumentos de capital	0,00	0,00
22	Reservas de reavaliação	1 639 102,35	688 603,98
22	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1 639 102,35	688 603,98
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00
22	Reserva por impostos diferidos	-368 792,03	-154 935,90
22	Outras reservas	6 524 324,30	2 304 358,85
21	Resultados transitados	940 792,89	940 792,89
	Resultado do exercício	3 959 651,29	4 219 965,45
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>47 083 394,00</b>	<b>32 387 100,47</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>143 435 983,31</b>	<b>106 702 918,25</b>

O capital social foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro, para 44.388.315,20 de euros, tendo em 27 de dezembro último sido realizada a 2ª prestação no valor de 10.000.000,00 de euros.

Assim, a situação em 31 de dezembro de 2020 era a seguinte:

⇒ Capital social subscrito: 44.388.315,20 de euros;

⇒ Capital social realizado: 34.388.315,20 de euros.

⇒ Capital social a realizar em 2021: 10.000.000,00 euros.



Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

# RELATÓRIO E CONTAS 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTAS DE GANHOS  
E PERDAS

## CONTAS DE GANHOS E PERDAS (1/2)

U: euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2020	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		71 707 654,15		71 707 654,15	56 303 543,22
12	Prémios brutos emitidos		100 718 896,32		100 718 896,32	76 436 662,72
	Prémios de resseguro cedido		24 434 960,77		24 434 960,77	16 055 230,54
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		4 839 286,15		4 839 286,15	4 373 987,64
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		263 004,75		263 004,75	296 098,68
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		0,00		0,00	0,00
4.1.1	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		48 648 642,76		48 648 642,76	38 578 580,21
4.1.1	Montantes pagos		42 127 151,44		42 127 151,44	36 839 153,56
4.1.1	Montantes brutos		50 356 865,72		50 356 865,72	43 666 774,36
4.1.1	Parte dos resseguradores		8 229 714,28		8 229 714,28	6 827 620,80
4.1.1	Provisão para sinistros (variação)		6 521 491,32		6 521 491,32	1 739 426,65
4.1.1	Montante bruto		14 929 372,07		14 929 372,07	4 717 174,78
4.1.1	Parte dos resseguradores		8 407 880,75		8 407 880,75	2 977 748,13
4.1.3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		31 672,82		31 672,82	-391 418,92
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				0,00	0,00
	Montante bruto				0,00	0,00
	Parte dos resseguradores				0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00		0,00	0,00
12-17	Custos e gastos de exploração líquidos		18 845 868,98		18 845 868,98	14 648 618,58
12-17	Custos de aquisição		19 250 507,30		19 250 507,30	15 662 500,42
12-17	Custos de aquisição diferidos (variação)		-260 104,84		-260 104,84	-826 308,11
12-17	Gastos administrativos		3 390 924,52		3 390 924,52	2 846 939,73
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		3 535 458,00		3 535 458,00	3 034 513,46
13	Rendimentos		480 793,01	0,00	480 793,01	444 169,80
13	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		480 793,01	0,00	480 793,01	444 169,80
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.5	Gastos financeiros		296 735,63	0,00	296 735,63	272 695,97
3.9.5	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		296 735,63	0,00	296 735,63	272 695,97
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00

### Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

### Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

## CONTAS DE GANHOS E PERDAS (2/2)

U: euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2020	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
14	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		170 095,32	0,00	170 095,32	658 886,25
14	De activos disponíveis para venda		170 095,32	0,00	170 095,32	658 886,25
	De empréstimos e contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		0,00	0,00	0,00	0,00
15	Perdas de imparidade (líquidas reversão)		-150 560,90	0,00	-150 560,90	0,00
15	De activos disponíveis para venda		-150 560,90	0,00	-150 560,90	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras provisões (variação)		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.4	Outros rendimentos/gastos		0,00	-557 794,96	-557 794,96	63 542,65
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		4 686 183,19	-557 794,96	4 128 388,23	4 361 666,08
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		0,00	134 860,74	134 860,74	141 700,63
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		0,00	33 876,20	33 876,20	0,00
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		4 686 183,19	-726 531,90	3 959 651,29	4 219 965,45

### Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

### Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES  
DO CAPITAL PRÓPRIO

## DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

2020

U: euros

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2019</b>	24 388 315,20	688 603,98	-154 935,90	1 599 552,57	704 806,28	940 792,89	4 219 965,45	32 387 100,47
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
21	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	24 388 315,20	688 603,98	-154 935,90	1 599 552,57	704 806,28	940 792,89	4 219 965,45	32 387 100,47
	Aumentos/reduções de capital	10 000 000,00							10 000 000,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		950 498,37						950 498,37
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			-213 856,13					-213 856,13
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				421 996,55	3 797 968,90	-4 219 965,45		0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos								0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio								0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						4 219 965,45	-4 219 965,45	0,00
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	10 000 000,00	950 498,37	-213 856,13	421 996,55	3 797 968,90	0,00	-4 219 965,45	10 736 642,24
21	Resultado líquido do período							3 959 651,29	3 959 651,29
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2020</b>	34 388 315,20	1 639 102,35	-368 792,03	2 021 549,12	4 502 775,18	940 792,89	3 959 651,29	47 083 394,00

2019

U: euros

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2018</b>	19 566 101,96	-18 789,14	4 227,56	1 293 199,69	1 370 635,40	-5 843 615,88	3 063 528,75	19 435 288,34
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
21	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	19 566 101,96	-18 789,14	4 227,56	1 293 199,69	1 370 635,40	-5 843 615,88	3 063 528,75	19 435 288,34
	Aumentos/reduções de capital	4 822 213,24				-665 829,12	5 843 615,88		10 000 000,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		707 393,12						707 393,12
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			-159 163,46			-274 379,42		-433 542,88
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				306 352,88			-306 352,88	0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos							-1 500 000,00	-1 500 000,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio						-42 003,56		-42 003,56
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						1 257 175,87	-1 257 175,87	0,00
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	4 822 213,24	707 393,12	-159 163,46	306 352,88	-665 829,12	6 784 408,77	-3 063 528,75	8 731 846,68
21	Resultado líquido do período							4 219 965,45	4 219 965,45
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2019</b>	24 388 315,20	688 603,98	-154 935,90	1 599 552,57	704 806,28	940 792,89	4 219 965,45	32 387 100,47

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO  
RENDIMENTO INTEGRAL

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

U: euros

Notas do Anexo	Total	
	Exercício	Exercício anterior
Resultado líquido do exercício	3 959 651,29	4 219 965,45
Outro rendimento integral do exercício	736 642,24	548 229,66
Activos financeiros disponíveis para venda	950 498,37	707 393,12
22 Ganhos e perdas líquidos	950 498,37	707 393,12
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	0,00	0,00
Imparidade	0,00	0,00
Alienação	0,00	0,00
22 Impostos	213 856,13	159 163,46
Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Outros movimentos	0,00	0,00
Total do rendimento integral líquido de impostos	4 696 293,53	4 768 195,11

### Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

### Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

# RELATÓRIO E CONTAS 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS  
DE CAIXA



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

U: euros

	2020		2019	
<b>Atividades Operacionais:</b>				
Recebimento de clientes	101 099 400		80 929 560	
Pagamentos a fornecedores	-5 192 352		-4 766 932	
Pagamentos ao pessoal	-6 400 771		-5 867 121	
Contribuições para o fundo de pensões	-69 754		-53 728	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>89 436 523</b>	89 436 523	<b>70 241 780</b>	70 241 780
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-166 402		-243 207	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional:				
Pagamentos de sinistros	-47 627 973		-41 517 731	
Recebimentos/pagamentos de resseguro	-12 135 952		-5 310 964	
Recebimentos/pagamentos de co-seguro	282 850		-214 117	
Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas	-12 834 073		-10 012 663	
Outros recebimentos/pagamentos	-3 838 370		-3 336 253	
<b>Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>13 116 603</b>	13 116 603	<b>9 606 844</b>	9 606 844
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0		0	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-1 208	-1 208	-55 365	-55 365
<b>Fluxo das actividades operacionais (1)</b>	<b>13 115 395</b>		<b>9 551 479</b>	9 551 479
<b>Atividades de Investimento:</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Investimentos financeiros	27 178 189		60 515 743	
Ativos Tangíveis	17 000		0	
Ativos Intangíveis	0		0	
Subsídios de investimento	0		0	
Juros e proveitos similares	846 515		794 092	
Dividendos	6 295		7 901	
Outros recebimentos relativos à actividade de investimento	30 000	28 077 999	56 025	61 373 761
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Investimentos financeiros	47 305 103		76 789 403	
Ativos Tangíveis	105 332		104 976	
Ativos Intangíveis	606 410		971 275	
Outros pagamentos relativos à actividade de investimento	121 628	48 138 473	123 098	77 988 752
<b>Fluxo das actividades de investimento (2)</b>	<b>-20 060 474</b>		<b>-16 614 991</b>	-16 614 991
<b>Atividades de Financiamento:</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Empréstimos obtidos	0		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	10 000 000		10 000 000	
Subsídios e doações	0		0	
Venda de acções próprias	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento	0	10 000 000	0	10 000 000
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Empréstimos obtidos	0		0	
Amortização de contratos de locação financeira	84 364		47 544	
Juros e custos similares	3 859		2 500	
Dividendos	0		1 500 000	
Redução de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções próprias	0		0	
Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento	36 900	125 123	36 183	1 586 227
<b>Fluxo das actividades de financiamento (3)</b>	<b>9 874 877</b>		<b>8 413 773</b>	8 413 773
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		2 929 798		1 350 261
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0		0
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		5 116 268		3 766 008
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>8 046 066</b>		<b>5 116 268</b>

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

## 1. Informações Gerais

A CARAVELA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., adiante designada por Caravela ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503.640.549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A. em 8 de janeiro de 2015, conforme registo efetuado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap – Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A. e no ano de 2010 para Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A., tendo em 12 de novembro de 2014 sido adquirida na sua totalidade pela Sociedade AAA, SGPS, S.A.

No dia 26 de junho de 2017 teve lugar a transmissão das 26.600.000 ações do Acionista AAA, SGPS, S.A., representativas de 100% do capital social, a diversos Acionistas e, adicionalmente, foi efetuado um aumento de capital, no montante de 6.000.101,96€, através da emissão de 14.509.472 novas ações ao valor unitário de 0,413530€.

Por decisão da Assembleia Geral realizada no dia 9 de julho de 2019, foi efetuado um aumento de capital no dia 18 de dezembro de 2019, no montante de 30.000.000,00€, mediante a emissão de 37.947.205 novas ações sem valor nominal, tendo sido realizado em 27 de dezembro de 2019 o montante de 10.000.000,00€, e em 23 de dezembro de 2020 igual montante de 10.000.000,00€, em dinheiro, tendo ficado por realizar os restantes 10.000.000,00€, a concretizar no mês de dezembro de 2021, conforme decidido nessa Assembleia Geral.

O capital social da Companhia é representado por 79.056.667 ações nominativas sem valor nominal, no montante total de 44.388.315,20€, sendo detido em 48% pelo Acionista TPIF Douro BidCo S.à.r.l. com 37.947.205 ações.

A Caravela constituiu em 15 de julho de 2020 uma sociedade de mediação e distribuição de seguros sob a denominação social de Powerful Caravel – Unipessoal, Lda., com sede social na Avenida da Boavista, nº 1002, no Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o NIPC 516.035.126, e com o capital social de 5.000,00 euros.

A constituição desta sociedade teve como objetivo o início da colaboração com uma seguradora do ramo vida, sediada em Espanha, para a distribuição de produtos daquele ramo. Contudo, a empresa não teve atividade durante o ano de 2020, e não se perspetiva que venha a ter em 2021, em virtude do agravamento da situação económica, resultante da situação de pandemia que Portugal e Espanha atravessam.

Com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, nº 14, a Caravela dispõe de escritórios no Porto, Leiria e Faro, exercendo a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização nº 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).



O volume de prémios do seguro direto da Companhia atingiu o montante de 100.719 mil euros, correspondente a um aumento de 31,8% face ao ano anterior (76.437 mil euros em 2019), sendo o ramo Automóvel o que continua a ter maior expressão, com 58.284 mil euros de prémios brutos emitidos, representando 57,9% do volume total de prémios (52,4% em 2019), seguido do ramo de Acidentes de Trabalho com 24.308 mil euros de prémios brutos emitidos, correspondendo a 24,1% do total (27,8% em 2019).

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foram analisadas pelo Conselho de Administração em reunião do dia 26 de fevereiro de 2021.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vão ser submetidos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no dia 30 de março de 2021.

## 2. Informação por Segmentos

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um Segmento Geográfico, sendo a distribuição por linhas de negócios em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentada na página seguinte:

2020								
U: Euro								
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	26 097 628	8 676 000	58 284 314	193 670	259 789	1 306 001	5 901 495	100 718 896
Prémios resseguro cedido	8 846 214	6 564 240	8 719 972	89 699	177 416	37 419	0	16 055 231
Prémios brutos adquiridos	25 930 306	8 340 581	54 560 753	184 174	266 084	1 261 822	5 335 890	72 062 675
Prémios brutos adquiridos de resseguro	8 844 309	6 303 124	8 722 052	83 042	182 009	37 419	0	15 759 132
Resultado dos Investimentos	284 332	23 959	173 439	556	473	8 355	13 600	830 360
Custos com sinistros brutos	18 308 209	4 473 953	37 422 397	116 490	87 271	1 147 449	3 730 469	48 383 949
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	8 067 764	3 415 619	4 944 131	113 018	81 917	15 147	0	9 805 369
Variação de outras provisões técnicas	2 443	114 880	0	2 279	-1 608	0	0	-298 984
Custos e gastos de exploração brutos	5 698 218	2 263 654	13 463 761	42 064	65 851	329 105	432 352	17 590 697
Comissões e participação nos resultados de resseguro	876 005	2 237 039	305 984	49 571	66 617	243	0	3 034 513
<b>Resultado técnico</b>	<b>2 305 227</b>	<b>861 585</b>	<b>376 096</b>	<b>103 444</b>	<b>81 567</b>	<b>-228 406</b>	<b>1 186 670</b>	<b>4 686 183</b>
Outros rendimentos/gastos não técnicos								-557 795
<b>Resultado não técnico</b>								<b>-557 795</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>								<b>4 128 388</b>
Provisões técnicas de seguro directo	35 098 189	5 659 132	39 998 340	126 424	107 398	1 835 238	3 073 593	85 898 313

2019								
U: Euro								
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	22 291 898	7 748 083	40 062 843	351 205	243 749	1 154 892	4 583 993	76 436 663
Prémios resseguro cedido	8 142 333	5 894 434	1 477 433	336 543	170 368	34 120	0	16 055 231
Prémios brutos adquiridos	22 195 076	7 381 940	36 659 497	342 345	237 049	1 124 887	4 121 882	72 062 675
Prémios brutos adquiridos de resseguro	8 134 559	5 632 575	1 461 678	330 442	165 758	34 120	0	15 759 132
Resultado dos Investimentos	296 424	67 460	416 382	951	801	18 137	30 205	830 360
Custos com sinistros brutos	15 899 309	3 499 057	25 173 785	55 441	13 700	467 329	3 275 328	48 383 949
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	7 827 724	1 852 791	86 902	37 809	3 489	0	-3 346	9 805 369
Variação de outras provisões técnicas	-2 830	118 993	-106 219	2 199	1 614	0	-312 741	-298 984
Custos e gastos de exploração brutos	4 883 489	2 098 504	10 032 868	73 388	66 287	300 764	135 397	17 590 697
Comissões e participação nos resultados de resseguro	692 801	2 198 161	-6 079	80 114	69 550	-34	0	3 034 513
<b>Resultado técnico</b>	<b>2 097 498</b>	<b>151 223</b>	<b>594 590</b>	<b>-252</b>	<b>63 530</b>	<b>340 777</b>	<b>1 050 757</b>	<b>4 298 123</b>
Outros rendimentos/gastos não técnicos								63 545
<b>Resultado não técnico</b>								<b>63 545</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>								<b>4 361 668</b>
Provisões técnicas de seguro directo	26 782 801	5 024 210	30 245 725	70 957	62 955	1 259 327	2 344 523	65 790 498

### 3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

A) No decorrer do exercício de 2020 foram efetuadas alterações em determinadas normas contabilísticas, nomeadamente:

#### **Alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2020:**

##### ⇒ IAS 1 e IAS 8 – ‘Definição de material’

Estas alterações introduzem uma modificação à definição de material, fazendo parte do projeto mais alargado do ‘*Disclosure Initiative*’ do IASB.

As alterações também clarificam que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo.

São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2019/2104, de 29 de novembro

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

##### ⇒ Estrutura Conceptual - ‘Alterações na referência a outras IFRS’

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo/passivo e de gasto/rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticável.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2019/2104, de 29 de novembro

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

##### ⇒ Alterações à IFRS 3 – ‘Definição do negócio’

Esta alteração constitui uma revisão da definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais.

A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas.

Passam a ser ainda permitidos ‘testes de concentração’ os quais, quando positivos, isentam a entidade de avaliação adicional, sobre se se trata da aquisição de um ativo ou de um negócio.

No âmbito do teste de concentração, se parte significativa do justo valor dos ativos adquiridos corresponder a um único ativo, os ativos adquiridos não constituem um negócio.

A adoção desta alteração é prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (EU) Nº 2020/551, de 21 de abril.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

⇒ Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 ‘Reforma das taxas de juro de referência’

No seguimento da crise financeira, surgiu a necessidade de substituir a taxas de juro de referência, como a EURIBOR e outras taxas de juro interbancárias (IBOR).

Esta alteração proporciona certas isenções temporárias e restritas relacionadas com a contabilidade de cobertura no âmbito da IAS 39 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, sendo o seu efeito prático a não descontinuação da contabilidade de cobertura, nos casos em que a única alteração se referir à alteração da taxa de juro de referência. No entanto, qualquer ineficácia da relação de cobertura em vigor deve continuar a ser registada na demonstração dos resultados.

Esta alteração obriga a divulgações específicas para os instrumentos financeiros derivados, relativamente aos quais foram aplicadas estas isenções, em termos de valor nominal, pressupostos significativos e julgamentos aplicados, assim como a divulgação qualitativa do impacto da alteração das taxas de referência e a forma como a entidade está a gerir esse processo.

A adoção destas alterações é efetuada de forma retrospectiva. A entidade deve aplicar estas alterações retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de relato em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações ou que foram posteriormente designados como de cobertura, e ganho e perda reconhecido em outro rendimento integral existente no início do período de relato em que uma entidade aplica pela primeira vez estas alterações.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (EU) Nº 2020/34, de 15 de janeiro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

**Alterações às normas publicadas pelo IASB já endossadas pela EU:**

⇒ IFRS 16 – ‘Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19’

Perante a pandemia global provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), os locadores têm atribuído benefícios aos locatários, relativamente às rendas de locação, as quais podem assumir diferentes formatos, como a redução, o perdão ou o diferimento das rendas contratualizadas.

Esta alteração à IFRS 16 introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, e exclusivamente estas bonificações, qualificam como modificações às locações.

Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva à redução de pagamento ocorre.

O expediente prático apenas é aplicável quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- A alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos a, ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não existem alterações substantivas a outros termos e condições da locação.

Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2020/1434, de 9 de outubro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020

#### ⇒ IFRS 4 – ‘Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9’

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 - Contratos de Seguro.

Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4, adia de 2021 para 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 com o objetivo de alinhar a data efetiva desta última com a da nova versão da IFRS 17, que foi sujeita a alterações em maio de 2020.

Esta isenção, é opcional, e apenas se aplica às entidades que desenvolvam substancialmente atividade seguradora.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2020/297, de 15 de dezembro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

#### **Alterações às normas publicadas pelo IASB ainda não endossadas pela EU:**

#### ⇒ IAS 1 – ‘Classificação de passivos como correntes ou não correntes’

Clarificação sobre a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato (a norma deixa de fazer referência a direitos incondicionais, uma vez que os empréstimos raramente são incondicionais ao cumprimento de condições específicas).

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um dado “covenant”.

É efetuada uma clarificação adicional relativamente ao significado de ‘liquidação’ de um passivo, que passa a ser definida como a extinção de um passivo através da transferência: a) de caixa ou outros recursos económicos, ou b) de instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023

⇒ IAS 16 – ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’

Esta alteração faz parte das alterações de âmbito específico (“narrow scope amendments”) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Com esta alteração a IAS 16 - ‘Ativos fixos tangíveis’ passa a proibir a dedução dos montantes recebidos como contraprestação por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste aos ativos fixos tangíveis, ao valor contabilístico desses mesmos ativos.

A realização de testes ao funcionamento dos ativos fixos tangíveis antes da sua passagem a firme, podem implicar a produção de “outputs” para os quais existe um mercado, podendo ser comercializados. A contraprestação recebida pela venda dos “outputs” obtidos durante a fase de testes deve ser reconhecida em resultados do exercício, de acordo com os normativos aplicáveis.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

⇒ IAS 37 – ‘Contratos Onerosos - custos de cumprir um contrato’

Esta alteração faz parte das alterações de âmbito específico (“narrow scope amendments”) publicadas pelo IASB em Maio de 2020.

Esta alteração especifica quais são os custos que a entidade deve considerar quando está a avaliar se um contrato é ou não oneroso. Apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites, e estes podem incluir:

- a) Os custos incrementais para cumprir o contrato como a mão-de-obra direta e materiais; e
- b) A alocação de outros gastos que se relacionem diretamente com o cumprimento do contrato, como por exemplo a alocação dos gastos de depreciação de um dado ativo fixo tangível utilizado para realizar o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Qualquer impacto deverá ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado), nessa mesma data.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

#### ⇒ IFRS 3 – ‘Referência à Estrutura conceptual’

Esta alteração faz parte das alterações de âmbito específico (“narrow scope amendments”) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

A alteração também introduz referências aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais.

Esta alteração é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022

#### ⇒ IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - ‘Reforma das taxas de juros de referência – fase 2’

Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a aplicação de isenções como:

- i) Alterações na designação e documentação de cobertura;
- ii) Valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa;
- iii) Avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39;
- iv) Alterações nas relações de cobertura para grupos de itens;



v) Presunção de que uma taxa de referência alternativa designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto;

vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

#### **Ciclo anual das melhorias 2018-2020:**

⇒ IFRS 1 – ‘Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez’

As subsidiárias que se tornem adotantes das IFRS pela primeira vez após a sua empresa-mãe, e que optem por mensurar os seus ativos e passivos com base nos valores contabilísticos expressos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, podem mensurar as diferenças de transposição acumuladas para todas as operações expressas em moeda estrangeira, pelos valores que seriam apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022

⇒ IFRS 9 – ‘Desreconhecimento de passivos financeiros – custos incorridos a incluir no teste dos “10 por cento de variação”

Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deve-se determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

⇒ IFRS 16 – ‘Incentivos de locação’

A melhoria introduzida corresponde à alteração do exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, de forma a eliminar uma inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos atribuídos pelo locador ao locatário.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

⇒ IFRS 41 – ‘Tributação e mensuração de justo valor’

Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais, da mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 - ‘Justo valor’.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

**Novas normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela EU:**

⇒ IFRS 17 – ‘Contratos de seguro (emitida a 18/05/2017, incluindo alterações à IFRS 17 (emitida a 25/06/2020)’

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 - “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004.

A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.

Para os contratos de serviços de taxa fixa, cujo principal objetivo é a prestação de serviços, as entidades têm a opção de contabilizar de acordo com a IFRS 17 ou a IFRS 15. Tal como previsto na IFRS 4, é permitido que os contratos de garantia financeira sejam incluídos no âmbito da IFRS 17, desde que a entidade os tenha explicitamente classificado como contratos de seguro. Os contratos de seguros em que a entidade é a detentora da apólice de seguro não estão no âmbito da IFRS 17 (exceção feita ao resseguro cedido).

A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados, ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa.

Durante o período de implementação e em resposta a algumas das preocupações e desafios inerentes à implementação da IFRS 17, o IASB publicou em 2020, alterações específicas ao texto inicial da IFRS 17, assim como propostas de clarificação, de modo a simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

As alterações efetuadas têm impactos em oito áreas da IFRS 17, tais como:

- i) Âmbito;
- ii) Nível de agregação dos contratos de seguros;
- iii) Reconhecimento;
- iv) Mensuração;
- v) Modificação e desreconhecimento;
- vi) Apresentação da Demonstração da posição financeira;
- vii) Reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e
- viii) Divulgações.

As principais alterações introduzidas à IFRS 17 referem-se a:

- recuperação esperada dos fluxos de caixa de aquisição de ativos por contratos de seguro;
- margem de serviço contratual atribuível aos serviços de investimento;
- exclusão de âmbito de determinados contratos de cartões de crédito (ou similares), assim como alguns contratos de financiamento;
- apresentação de ativos e passivos por contratos de seguro na demonstração da posição financeira em portefólios em vez de grupos;
- aplicabilidade da opção de mitigação de risco, quando se recorre a contratos de resseguro detidos e instrumentos financeiros não derivados ao justo valor através de resultados para mitigar riscos financeiros;
- opção de política contabilística para alterar as estimativas realizadas em períodos intercalares anteriores, quando se aplica a IFRS 17;
- inclusão de pagamentos e recebimentos de imposto sobre o rendimento, especificamente imputáveis ao detentor das apólices segundo os termos do contrato de seguro (quanto ao cumprimento dos fluxos de caixa); e
- expedientes práticos de transição.

A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com isenções previstas para a data de transição.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

#### **B) Base de preparação das demonstrações financeiras:**

As Demonstrações Financeiras da Caravela em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os valores das contas da Demonstração da Posição Financeira e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2020 e 2019 são comparáveis entre si, encontrando-se as Demonstrações Financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, com exceção da IFRS 4-Contratos de Seguro, em que apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos de seguro.

Os custos e os proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor de mercado.

Sendo os prémios de seguro direto reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros registados aquando da participação, são realizadas determinadas especializações de acordo com as políticas contabilísticas a seguir especificadas, e que foram aplicadas de forma consistente para os períodos indicados.

### **3.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem**

Os valores apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa incluem os valores em caixa e as disponibilidades à ordem em bancos, e são facilmente convertíveis em numerário.

### **3.2. Instrumentos Financeiros**

#### **3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda**

A Caravela classifica os seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial e de acordo com a intenção que lhes está subjacente, nomeadamente em “Ativos Financeiros Disponíveis para Venda”, que são ativos que a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado e não classificados como investimentos a deter até à maturidade.

São ativos inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, incluindo os custos de transação, sendo que as variações subsequentes do justo valor são reconhecidas na Reserva de Reavaliação em capital próprio.

O justo valor corresponde ao valor pelo qual estes ativos podem ser transacionados em condições normais de mercados ativos.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros podem encontrar-se valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.

Nível 2 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia distribuem-se pelos Níveis 1 e 3.

No momento da alienação ou do reconhecimento de imparidade, as variações constatadas face ao justo valor são registadas em custos ou proveitos do exercício, por contrapartida de capitais próprios.

A Companhia adota o critério de reconhecimento de imparidades sempre que se registre uma desvalorização continuada de mais de 180 dias ou uma desvalorização de valor significativo, quando superior a 30% da respetiva cotação, no caso dos instrumentos de capital.

Nos instrumentos de dívida é reconhecida imparidade quando existe uma significativa dificuldade financeira do emitente, tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que as mais-valias potenciais que ocorram após o reconhecimento de perdas por imparidades são registadas em Reserva de Reavaliação e quando posteriormente sejam apuradas menos-valias potenciais considera-se que existe imparidade, que serão consideradas em resultados do exercício.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em resultados do exercício e são especializados de acordo com o tempo decorrido até à data do fim do exercício, sendo calculados pelo método da taxa efetiva e registados em Rendimentos, onde igualmente são reconhecidos os dividendos de instrumentos de capital no momento em que é conhecido o direito da Companhia ao recebimento.

### **3.2.2. Empréstimos e Contas a receber**

Compreende ativos financeiros não cotados num mercado ativo, que incluem os depósitos a prazo em instituições de crédito, afetos a contratos de seguro, reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, e os empréstimos concedidos.

O saldo das rubricas Outros Depósitos e Empréstimos Concedidos em 31 de dezembro de 2020, por prazo de vencimento, é o seguinte:

U:Euro

Outros depósitos e Empréstimos Concedidos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
<b>Depósitos a Prazo:</b>				
Millennium BCP	22.11.2020	17.11.2021	360	598 557
Banco Carregosa	19.07.2020	19.07.2021	366	245 276
Bankinter	30.12.2020	30.03.2021	91	2 000 000
				<b>2 843 833</b>
<b>Empréstimos Concedidos:</b>				
Mobility 24				251 541
				<b>251 541</b>
				<b>3 095 374</b>

\* - Inclui juros decorridos

### 3.2.3. Passivos Financeiros

A Companhia classifica um instrumento como passivo financeiro quando exista uma obrigação contratual da sua liquidação.

Os passivos financeiros são constituídos por depósitos recebidos de resseguradores e por operações de locação operacional, nos termos da IFRS 16 que entrou em vigor em 01.01.2019.

Estes passivos são desreconhecidos quando são liquidados ou extintos, e têm a seguinte decomposição, por ano, que é apresentada na página seguinte:

U:Euro

	2020	2019
Depósitos recebidos de Resseguradores		
Prémios	0	0
Sinistros	517 451	816 432
	<b>517 451</b>	<b>816 432</b>
Locação Operacional (IFRS 16)		
Equipamento Transporte	162 886	184 919
Edifícios Arrendados	1 583 962	1 851 461
	<b>1 746 848</b>	<b>2 036 381</b>
<b>Total de balanço</b>	<b>2 264 299</b>	<b>2 852 813</b>

### 3.3. Terrenos e Edifícios

#### 3.3.1. De rendimento

A Companhia mantém no seu ativo o imóvel adquirido no ano de 2016, constituído pelas frações autónomas designadas pelas letras "V", "X", "Z", "AA", "AB", "AC" e "AD", que fazem parte do prédio urbano situado na Praça Conde de Agrolongo, nºs 161 a 183, freguesia de Braga (São José de São



Lázaro e São João do Souto), concelho de Braga, pelo preço global de 1.140.000 euros, e que tem um valor de balanço de 1.231.882 euros.

Este imóvel encontra-se classificado como propriedade de rendimento, valorizado nos termos da IAS 40 e por esse facto não é amortizado.

### 3.4. Outros Ativos Tangíveis e Intangíveis

No momento do reconhecimento inicial destes ativos a Caravela capitaliza o valor de aquisição e os encargos suportados e que sejam necessários para que os bens entrem em funcionamento, de acordo com a IAS 16.

A vida útil dos bens tangíveis varia em função do tempo estimado de obtenção de benefícios económicos futuros, sendo os bens gradualmente amortizados durante esses períodos.

Os custos incorridos com a aquisição dos bens intangíveis (*software*), bem como as despesas com a sua implementação, são igualmente capitalizados, e são amortizados linearmente, durante o período de vida útil estimado de três anos, e pelo período de seis anos para as aquisições ocorridas a partir do exercício de 2015.

Os custos com a manutenção do *software*, quando incorridos, são reconhecidos diretamente em Resultados como custo do exercício.

Todos estes bens são revertidos no momento da alienação, ou no momento em que deixem de produzir benefícios económicos, sendo o ganho ou perda apurados reconhecidos diretamente em Resultados.

A Companhia procedeu à verificação da possível perda por imparidade deste tipo de bens, de acordo com o que estipula a IAS 36 e a IAS 38, tendo concluído que este grupo de ativos está devidamente valorizado à data do encerramento do exercício, continuando a proporcionar os benefícios económicos deles esperados.

A Caravela procedeu ao abate de ativos fixos tangíveis no exercício no montante global de 97.419 euros, dos quais 94.095 euros corresponde à substituição de um servidor da marca IBM.

### 3.5. Imposto sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de IRC à taxa de 21% acrescida de 1,5% de Derrama Municipal, imposto corrente calculado com base no lucro tributável do exercício e após dedução de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores e suscetíveis dessa dedução.

À taxa acumulada de 22,5% de IRC e Derrama Municipal acresce a taxa adicional de 3% correspondente à Derrama Estadual, nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que é a percentagem que corresponde ao escalão do lucro tributável da Caravela (superior a 1.500.000,00€ e inferior a 7.500.000,00€).

Dado que o lucro tributável normalmente difere do resultado contabilístico, são calculados impostos diferidos com impacto no imposto a pagar ou a recuperar nos anos seguintes e que correspondem a diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, entre os valores de balanço e a respetiva base fiscal, e que normalmente são calculados à taxa em vigor à data do balanço.

O imposto diferido na Companhia corresponde a valias potenciais e imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda, bem como a imposto diferido ativo por prejuízos fiscais.

### **3.6. Benefícios dos Empregados**

#### **A) Plano de Pensões de Benefício Definido:**

Neste Plano de Pensões mantém-se apenas um ex-administrador reformado que recebe uma pensão de reforma.

Na nota 19 encontram-se divulgadas informações adicionais.

#### **B) Plano de Pensões de Contribuição Definida:**

O veículo de financiamento afeto a este Plano é o “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” da Zurich Vida, S.A. (Fundo nº 287), que abrange de uma forma homogénea todos os colaboradores da Companhia desde o exercício de 2019.

Este Fundo está constituído nos termos do Acordo de Empresa e, por este facto, os trabalhadores que, anteriormente, não estavam integrados neste Plano, passaram a estar por ele abrangidos desde o dia 1 de janeiro de 2019.

Informações adicionais estão igualmente divulgadas na nota 19.

#### **C) Prémio de Permanência**

De acordo com a cláusula 42ª do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados na cláusula nº. 42 do ACT 2016, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

### **3.7. Provisões Técnicas do Seguro Direto e do Resseguro Cedido**

Nos pontos seguintes descrevem-se as Provisões Técnicas Não Vida.

#### **3.7.1. Provisão para Prémios não Adquiridos do Seguro Direto**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício com vigência após essa data e destina-se a cobrir os riscos assumidos pela Companhia desde o final do exercício até à data de vencimento dos respetivos contratos de seguro, atingindo o

valor total de 25.109.659 euros antes da dedução dos custos de aquisição diferidos (em 2019 o valor desta provisão era de 20.270.373 euros).

A provisão é calculada por aplicação do método *pro-rata temporis*, para cada prémio emitido de cada contrato em vigor e para todos os ramos, deduzida dos custos de aquisição também imputáveis a exercícios seguintes na mesma proporção dos prémios.

### 3.7.2. Provisão para Sinistros do Seguro Direto

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado dos encargos com sinistros decorrentes dos contratos de seguro, quer tenham sido declarados ou não à data do encerramento, e que se encontram por regularizar, incluindo a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos no período e ainda não participados (IBNR), ou já participados mas insuficientemente provisionados (IBNER). Inclui ainda os custos administrativos a incorrer com a regularização futura de sinistros em gestão ou ainda não participados.

Estas provisões são revistas regularmente, à medida que as responsabilidades da Companhia vão sendo liquidadas, de forma a que seja mantido um nível de provisionamento adequado ou seja compatível com as responsabilidades existentes.

O seu valor estimado no exercício foi de 60.521.588 euros, que se comparam com 45.284.732 euros em 2019; neste valor está incluindo o montante de 386.653 euros, 377.659 euros em 2019, de provisão para despesas futuras com a gestão de sinistros já ocorridos.

### 3.7.3. Provisão para Riscos em Curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a possíveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício, que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, pela soma dos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência, subtraindo o rácio de investimentos, deduzida de uma unidade, sendo a provisão para riscos em curso constituída e/ou reforçada sempre que a referida soma dos rácios seja superior a “1”.

Em resultado da aplicação de critérios rigorosos de subscrição do negócio a Companhia voltou a não ter necessidade de registar provisão para riscos em curso no exercício.

No seguimento da publicação da norma regulamentar n.º 2/2021-R de 2 de março, que introduz uma alteração pontual ao regime contabilístico aplicável às seguradoras no âmbito do cálculo da Provisão para Riscos em Curso e cuja aplicação é retroativa ao encerramento do exercício de 2020, a Caravela efetuou uma análise comparativa entre os cálculos da provisão em 2018, em 2019 e em 2020 de modo

a aferir da necessidade de proceder a ajustamentos no cálculo da Provisão para Riscos em Curso (PRC) de 2020 por efeito dos impactos da pandemia Covid-19.

Complementarmente foram realizados três *reverse stress tests* com os seguintes cenários:

- i. diminuição dos prémios em todos os ramos até atingir um nível de necessidade de constituição de PRC;
- ii. aumento da sinistralidade em todos os ramos até atingir um nível de necessidade de constituição de PRC;
- iii. diminuição de 5% nos prémios em todos os ramos e de seguida aumento da sinistralidade em todos os ramos até atingir um nível de necessidade de constituição de PCR.

No caso do cenário um, verifica-se que a perda máxima de prémios sem constituir PRC seria de 11,9 milhões de euros representado descontos ou perdas médias de 16,5% em relação ao verificado em 2020. No caso do cenário dois, o volume de sinistralidade adicional necessário para constituir PRC ascende a 11,9 milhões de euros, ou seja, uma sinistralidade do exercício de 73,9% que compara com cerca de 62% de sinistralidade média observada nos exercícios de 2018 a 2020. Finalmente, no caso do cenário três, fixando a perda de prémios em 5% que representam 4,8 milhões de euros de perda, a sinistralidade necessária para constituir PRC seria de 72,0% equivalentes a um aumento de volume de sinistralidade do exercício de 7,1 milhões de euros para se fixar em 72,0%, valor que ainda se mostra muito desfasado dos observados nos três últimos exercícios.

Deste modo e com base nos resultados dos testes efetuados, ponderado o histórico do cálculo da PRC, que já não apresenta rácios superiores a 1 desde o ano de 2018, podemos concluir que tanto a sinistralidade do exercício como o volume de descontos ou perda de prémios que originam a constituição de PRC em 2020 são de tal forma desfasados dos observados nos três últimos exercícios que a Companhia optou por reportar a Provisão para Riscos em Curso com os valores contabilísticos.

#### **3.7.4. Provisão para Desvios de Sinistralidade**

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de Fenómenos Sísmicos nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja a possibilidade de maiores oscilações – ramos de Incêndio, Multi-Riscos Habitação e Atividades Comerciais e Associativas.

É calculada pela aplicação de um fator de risco, definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

O valor registado para esta provisão no final de 2020 foi de 267.066 euros, que se comparam com 235.393 euros em 2019.

#### **3.7.5. Provisão Matemática**

As provisões matemáticas determinam o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia e são calculadas com base em métodos atuariais, nos termos da legislação em vigor.

### 3.7.6. Provisões Técnicas do Resseguro Cedido

Compreende a Provisão para Sinistros e a Provisão para Prémios não Adquiridos, determinadas pela aplicação dos critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em conta os tipos de tratados de resseguro e as condições neles expressas, como percentagens de cedência e outras cláusulas, e corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia.

## 3.8. Ajustamentos e Especializações

### 3.8.1. Ajustamentos de Recibos por Cobrar

Os ajustamentos efetuados tiveram por objetivo reduzir do montante total dos prémios em cobrança o seu valor estimado de realização.

Os recibos emitidos e não cobrados no final do ano são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto” e o valor do ajustamento é apresentado a deduzir no ativo da demonstração da posição financeira.

O regime do pagamento dos prémios de seguros previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro aprovado pelo D.L. n.º 72/2008 de 16 de abril, alterado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, determina que o não pagamento do prémio inicial na data do vencimento, ou da fração inicial, implica a resolução automática do contrato com efeito à data da sua celebração e que essa falta de pagamento nas anuidades subsequentes impedem a prorrogação desses contratos, daí resultando que contabilisticamente esses prémios sejam anulados no momento em que não foram cobrados.

Neste exercício a Companhia teve em consideração o regime excecional de pagamento de prémios, temporariamente em vigor, por força da pandemia Covid-19, nos termos do DL n.º 20-F/2020, de 12 de maio, concedendo uma moratória de 90 dias aos tomadores de seguros para o pagamento dos recibos de prémio.

Por esse facto, o valor apurado dos ajustamentos do exercício de 2020 foi de 712.050 euros - 133.481 euros em 2019 - equivalente a 0,7% dos prémios brutos emitidos líquidos de estornos e anulações (0,2% em 2019).

### 3.8.2. Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa

O saldo global das rubricas “mediadores de seguros” e “outros devedores” regista uma diminuição de 66.023 euros no exercício, sendo o valor global dos ajustamentos à data das Demonstrações Financeiras de 149.366 euros, comparativamente aos 215.389 euros em 2019.

### 3.8.3. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguros são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos.

À data do encerramento do exercício estes custos atingiram o valor total de 4.742.129 euros (em 2019 eram de 4.395.703 euros).

#### **3.8.4. Remunerações de mediação**

São representadas pelo montante contratualmente atribuído aos mediadores, pela angariação e cobrança de prémios de seguro, sendo registadas como custo no momento do processamento dos respetivos recibos de prémio.

Esta rubrica inclui a especialização das comissões de incentivo comercial a pagar aos mediadores no primeiro trimestre do ano seguinte, após o apuramento final dos resultados por mediador, que é efetuado no início do ano seguinte, e desde que se encontrem atingidos os objetivos comerciais de produção, sinistralidade e cobranças que constam dos protocolos celebrados com os mediadores.

Foi reconhecido no exercício o montante de comissões de incentivo de produção relativas a 2020, a pagar aos mediadores durante o primeiro trimestre de 2021, de 465.361 euros.

#### **3.8.5. Responsabilidade por férias e subsídios de férias**

Incluída na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” do passivo corresponde a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do ano e acrescidos de incrementos previstos, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final do exercício, a regularizar posteriormente, por serviços prestados pelos colaboradores até 31 de dezembro de 2020.

#### **3.8.6. Locações**

A Companhia classifica os contratos de locação como locações financeiras ou locações operacionais de acordo com o ativo que está subjacente e o direito de controlo sobre esse ativo.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios que resultam da propriedade de um ativo foram transferidos para o locatário, sendo os encargos financeiros reconhecidos em resultados, no período a que respeitam, e o montante da amortização deduzido ao passivo, sendo todas as restantes operações de locação consideradas como contratos de locação operacional.

A Caravela celebrou os seguintes contratos de locação financeira:

- Dois contratos no mês de janeiro de 2018 com o Banco BPI, para a aquisição de duas viaturas, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,375%;
- Um contrato no mês de outubro de 2019 com a locadora Mercedes-Benz Financial Services para aquisição de uma viatura, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 3,8404%.
- Um contrato no mês de janeiro de 2020 com o Banco BPI, para a aquisição de uma viatura, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,43%.



Os pagamentos efetuados ao abrigo destes contratos de locação financeira são registados pela Companhia em contas de terceiros, os montantes respeitantes ao reembolso do capital, e em custos os juros do período a que respeitam.

Estes ativos estão sujeitos a depreciação, sendo a política de depreciação destes ativos locados consistente com a de outros ativos depreciáveis que a Companhia possui, sendo a depreciação reconhecida calculada de acordo com a IAS 16.

Com a entrada em vigor da IFRS 16-Locações em 1 de janeiro de 2019 a Companhia passou a ter o direito de uso de um ativo subjacente por contrapartida dum passivo referente aos pagamentos futuros associados ao uso desse ativo.

A IFRS 16 não abrange os contratos de locação com duração inferior a 12 meses nem os ativos subjacentes com valor inferior a USD \$5.000.

Na mensuração inicial o passivo é reconhecido no início do contrato de locação operacional pelo valor presente dos pagamentos futuros, sendo o direito de uso do ativo mensurado ao custo, pelo mesmo valor do passivo.

Nas mensurações subsequentes o passivo é mensurado pelo método da taxa de juro efetiva e reconhecida a depreciação do direito de uso (ativo).

O quadro seguinte reflete o impacto da adoção da IFRS 16-Locações nas contas da Companhia à data de encerramento em 31.12.2020:

	Direito de Uso 31-12-2019	Passivo Financeiro 31-12-2019	Novas Locações 2020	Fim Contrato 2020		Depreciação exercício	Juros suportados	Amortização Passivo Financeiro	Direito de Uso 31-12-2020	Passivo Financeiro 31-12-2020
				Direito Uso	Passivo Financeiro					
Imóveis	1 808 707	1 851 461	87 751	0	0	354 642	17 349	355 251	1 541 816	1 583 962
Viaturas	181 549	184 919	102 577	15 468	15 709	109 754	7 912	108 902	158 904	162 886
	<b>1 990 255</b>	<b>2 036 381</b>	<b>190 328</b>	<b>15 468</b>	<b>15 709</b>	<b>464 396</b>	<b>25 261</b>	<b>464 152</b>	<b>1 700 720</b>	<b>1 746 848</b>

U: Euro

### 3.9. Decomposição de Outras rubricas das Demonstrações Financeiras

#### 3.9.1. Outros devedores por operações de seguro

Esta rubrica apresenta em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a decomposição expressa na página seguinte:

	U:Euro	
	2020	2019
<b>Contas a receber por operações do seguro directo:</b>		
Recibos por cobrar:		
- Acidentes de Trabalho	2 017 269	1 293 844
- Incêndio e Outros Danos	534 509	161 965
- Automóvel	2 966 006	1 269 199
- Outros Ramos	625 808	230 305
	<b>6 143 591</b>	<b>2 955 313</b>
Reembolsos de Sinistros:		
- Acidentes de Trabalho	746 095	596 928
- Incêndio e Outros Danos	23 750	7 911
- Automóvel	2 421 033	2 286 769
- Outros Ramos	106 433	92 479
	<b>3 297 312</b>	<b>2 984 087</b>
Mediadores:		
- Contas correntes	1 424 918	583 267
- Comissões a receber	74 980	30 114
	<b>1 499 898</b>	<b>613 381</b>
Cosseguradores:		
- Contas correntes	15 731	16 151
- Outros saldos	8 221	0
	<b>23 952</b>	<b>16 151</b>
Outros:		
- Outros saldos	82	7 320
	<b>82</b>	<b>7 320</b>
Ajustamentos de recibos por cobrar	-712 050	-133 481
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-107 993	-106 027
	<b>-820 043</b>	<b>-239 509</b>
	<b>10 144 792</b>	<b>6 336 742</b>
<b>Contas a receber por operações do resseguro cedido:</b>		
Contas correntes	306 459	391 510
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	0	-39 444
	<b>306 459</b>	<b>352 066</b>
<b>Contas a receber por outras operações:</b>		
Pessoal	3 867	8 609
Fundo de Acidentes de Trabalho	7 599	2 215
Outros devedores diversos	977 465	322 562
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-41 373	-69 917
	<b>947 557</b>	<b>263 469</b>
<b>Balanço</b>	<b>11 398 809</b>	<b>6 952 277</b>

Os recibos por cobrar apresentaram a seguinte antiguidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	U:Euro	
	2020	2019
Até 30 dias	2 552 841	2 719 160
De 31 a 90 dias	1 673 194	136 582
De 91 a 180 dias	1 440 793	26 133
De 181 a 360 dias	196 212	39 646
Com mais de 360 dias	280 553	33 792
<b>Total</b>	<b>6 143 591</b>	<b>2 955 313</b>

Os recibos em cobrança há mais de 30 dias respeitam a negócios colocados em co-seguro e a contratos de seguros celebrados com organismos públicos e com municípios, que pela sua natureza têm prazos especiais de pagamento, bem como à moratória concedida pela Companhia de acordo com a legislação em vigor, mencionada na nota 3.8.1..

### 3.9.2. Outros credores por operações de seguro

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica regista os seguintes valores:

	<i>U:Euro</i>	
	2020	2019
<b>Contas a pagar por operações do seguro directo:</b>		
Mediadores:		
- Contas correntes	623 059	424 159
- Comissões a pagar	175 568	190 176
	<b>798 627</b>	<b>614 335</b>
Cosseguradores:		
- Contas correntes	55 906	57 130
- Outros saldos	1 414	0
	<b>57 319</b>	<b>57 130</b>
Tomadores de seguro:		
- Estornos a pagar	699 508	299 007
- Prémios recebidos antecipadamente	3 426 547	2 468 309
	<b>4 126 055</b>	<b>2 767 316</b>
Outros (reembolso sinistros):	<b>5 741</b>	<b>0</b>
	<b>4 987 742</b>	<b>3 438 781</b>
<b>Contas a pagar por operações do resseguro cedido:</b>		
Contas correntes	<b>2 006 163</b>	<b>2 271 444</b>
<b>Contas a pagar por outras operações:</b>		
Pessoal	2 831	170
Fornecedores	734 652	378 647
Outros credores diversos	47 644	157 094
	<b>785 127</b>	<b>535 911</b>
<b>Balanço</b>	<b>7 779 032</b>	<b>6 246 136</b>

### 3.9.3. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentaram a seguinte composição em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<i>U:Euro</i>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Gastos Diferidos:</b>		
Seguros	28 515	63 255
Rendas e alugueres	38 265	25 997
Serviços de informática	106 396	100 461
Quotizações da actividade	838	25 051
Outros gastos	173 498	17 345
<b>Total de balanço</b>	<b>347 512</b>	<b>232 110</b>

	<i>U:Euro</i>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Acréscimos de gastos:</b>		
Juros a liquidar	0	0
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio)	640 751	580 850
Encargos sobre remunerações a liquidar	158 421	143 315
Bónus a liquidar ao pessoal	0	0
Comissões a pagar	481 897	316 825
Outros acréscimos	124 322	135 376
<b>Total de balanço</b>	<b>1 405 391</b>	<b>1 176 366</b>

A rubrica de “Comissões a pagar”, no valor de 481.897 euros, respeita a comissões de mediação, no valor de 465.361 euros, e a 16.536 euros de comissões bancárias de investimentos, a pagar em 2021.

A rubrica de “Outros acréscimos”, no valor de 124.322 euros, compreende as especializações do ano, de fornecimentos e serviços externos.

#### **3.9.4. Outros rendimentos/gastos/ajustamentos**

A decomposição de outros rendimentos, outros gastos e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontra-se discriminada no quadro da página seguinte:

U: Euro

	2020	2019
<b>Rendimentos e ganhos não correntes</b>		
Regularização recebimentos antecipados (anos anteriores)	63 139	0
Outros	65 207	59 649
	<b>128 346</b>	<b>59 649</b>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>		
Outros	16 947	15 555
	<b>16 947</b>	<b>15 555</b>
<b>Outros rendimentos não técnicos</b>		
Outros	3 802	45 228
	<b>3 802</b>	<b>45 228</b>
<b>Gastos e perdas não correntes</b>		
Donativos	-500	-12 400
Mecenato	-50 000	-50 000
Multas e penalidades	-214	-200
Quotizações diversas	-1 693	-1 525
Outros		
Rendas inquilinos (Covid-19)	-11 525	0
Perdas ativos tangíveis	-26 524	-1 090
Powerful Caravel	-33 882	0
Diversos	-2 000	0
	<b>-126 337</b>	<b>-65 216</b>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>		
Juros suportados	-17	-55
Outros	0	-5 365
	<b>-17</b>	<b>-5 420</b>
<b>Ajustamentos</b>		
De recibos por cobrar	-578 569	-18 005
De outros devedores	-1 966	31 752
	<b>-580 535</b>	<b>13 747</b>
	<b>-557 795</b>	<b>63 543</b>

### 3.9.5. Gastos financeiros

Nos exercícios de 2020 e 2019 estes gastos tiveram a seguinte decomposição:

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2020			2019		
	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total
<b>Gastos de investimentos:</b>						
Custos imputados	296 736		296 736	272 696		272 696
Outros gastos de investimentos	0		0	0		0
<b>Total</b>	<b>296 736</b>	<b>0</b>	<b>296 736</b>	<b>272 696</b>	<b>0</b>	<b>272 696</b>

## 4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

### 4.1. Quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

#### 4.1.1. Provisão para Sinistros

a) O valor das Provisões para Sinistros, a 31 de dezembro de 2020, foi obtido recorrendo a métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, sem custos imputados à gestão de sinistros e brutas de resseguro.

b) Os valores das provisões foram obtidos de acordo com os seguintes procedimentos:

- Sem deflacionar os montantes das indemnizações já pagas, isto é, sem colocar os seus valores a custos de 2020;
- Não considerando o valor descontado dos pagamentos futuros, nem o seu crescimento por força da força da inflação.

c) Nos ramos de pequena dimensão o provisionamento é feito casuisticamente com base na informação constante na participação do sinistro e nos relatórios de peritagem.

d) No ramo de Acidentes de Trabalho, acresce a provisão matemática que regista a responsabilidade da Companhia por sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Em cumprimento dos critérios de prudência utilizados pela Companhia manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90 no cálculo da Provisão Matemática, com a taxa técnica de juro 2,35% (2,50% em 2019) e 3% de encargos de gestão.

A remição de Pensões de Acidentes de Trabalho é calculada pela tabela de mortalidade TD 88/90, com taxa técnica de juro de 5,25%, conforme Portaria nº 11/2000, de 13 de janeiro, incluindo 1% de encargos de gestão.

A provisão para IBNR, apenas para as pensões, é calculada com base no número de pensões dos próprios sinistrados, excluindo as pensões que ocorram por morte, já que esses sinistros são conhecidos no imediato.

e) Acresce ainda a Provisão para Assistência Vitalícia, calculada recorrendo à tábua de mortalidade TV 88/90 com 3% de encargos e a taxa técnica de juro a 2,35% (2,50% em 2019), sendo acrescentada uma taxa de crescimento de 2% aos custos vitalícios médios para fazer face à inflação futura.



f) A provisão de balanço para sinistros está incrementada da provisão para despesas de gestão com sinistros, onde se aplicam modelos determinísticos aos triângulos de *run off* de montantes pagos com despesas de gestão de sinistros. A repartição dos custos por ano de ocorrência e ano de pagamento é feita através do número de sinistros em gestão no ano.

g) O valor da provisão total para sinistros não declarados (IBNR) foi estimado tomando por base o número de sinistros participados em cada ano e, com base nos mesmos, aplica-se um modelo determinístico para estimar o número total de sinistros esperados, por ano de ocorrência e obtendo assim os sinistros que virão a ser participados referentes a anos de ocorrência já decorridos.

Com base nestes números de situações de IBNR expectáveis e no custo de sinistros total estimado por ano de ocorrência, encontra-se o valor da provisão desejável de IBNR.

h) O valor casuístico da provisão para sinistros declarados no exercício foi incrementado, de forma a fazer face a eventuais insuficiências não previstas casuisticamente (IBNER).

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores a 2020 e dos seus reajustamentos no exercício findo em 31 de dezembro 2020 consta no anexo 2 deste relatório.

A provisão para sinistros (não incluindo os custos de gestão) apresenta a seguinte decomposição nos anos de 2020 e 2019:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2020			2019		
	Declarados	Não Declarados	Total Balanço	Declarados	Não Declarados	Total Balanço
<b>Acidentes de Trabalho:</b>						
- Provisão Matemática	8 746 931	17 898 088	26 645 018	6 750 061	13 401 094	20 151 155
- Provisão para Assistência Vitalícia	581 868	51 371	633 239	596 745	86 760	683 506
- Provisão para Outras Prestações	5 831 149	295 135	6 126 284	4 258 353	342 448	4 600 801
	<b>15 159 948</b>	<b>18 244 594</b>	<b>33 404 542</b>	<b>11 605 160</b>	<b>13 830 302</b>	<b>25 435 462</b>
<b>Outros Seguros:</b>						
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	355 156	12 614	367 769	184 950	15 355	200 305
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	1 792 872	497 382	2 290 254	1 539 887	479 294	2 019 181
Automóvel	20 214 509	1 546 124	21 760 633	14 715 284	1 019 438	15 734 722
Marítimo, Aéreo e Transportes	63 257	2 549	65 806	17 007	2 828	19 834
Mercadorias Transportadas	54 117	10 817	64 935	9 829	4 521	14 350
Responsabilidade Civil Geral	1 065 187	354 139	1 419 327	648 577	236 439	885 016
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	8 171	478	8 649	0	0	0
- Assistência	747 745	5 275	753 020	598 203	0	598 203
	<b>24 301 015</b>	<b>2 429 378</b>	<b>26 730 393</b>	<b>17 713 736</b>	<b>1 757 876</b>	<b>19 471 611</b>
<b>Total</b>	<b>39 460 963</b>	<b>20 673 972</b>	<b>60 134 935</b>	<b>29 318 895</b>	<b>15 588 178</b>	<b>44 907 073</b>

As responsabilidades não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos emitidos

A provisão para sinistros de resseguro cedido e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Var. Ganhos e Perdas	
	2020	2019	2020	2019
Acidentes e Doença	18 201 143	12 894 801	5 306 341	4 340 060
Incêndio e Outros Danos	1 796 741	1 546 235	250 506	-689 695
Automóvel:				
Resp.Civil	2 264 913	1 681 068	583 845	-72 754
Outras Coberturas	2 071 580	89 917	1 981 664	89 917
Marítimo e Transportes	47 314	15 342	31 972	3 866
Mercaçõrias Transportadas	45 454	10 045	35 409	-9 701
Resp.Civil Geral	230 585	215 438	15 147	0
Diversos	0	0	0	-3 346
<b>Total</b>	<b>24 657 731</b>	<b>16 452 845</b>	<b>8 204 885</b>	<b>3 658 346</b>

Os custos com sinistros de seguro direto, com reporte a 31 de dezembro 2020, encontram-se discriminados no anexo 3.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados, da forma que é apresentada no quadro seguinte, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2020			2019		
	Sinistros Pagos	Varição da Provisão	Custo Total	Sinistros Pagos	Varição da Provisão	Custo Total
<b>Seguro Directo:</b>						
Acidentes de Trabalho	10 130 023	7 833 621	17 963 644	10 745 292	4 882 324	15 627 616
Acidentes Pessoais e Pessoas Transporta	179 428	165 137	344 565	237 043	34 650	271 693
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	4 221 962	251 991	4 473 953	4 225 307	-726 250	3 499 057
Automóvel	31 527 607	5 894 790	37 422 397	25 217 168	-43 383	25 173 785
Marítimo, Aéreo e Transportes	70 520	45 970	116 490	52 126	3 316	55 441
Mercaçõrias Transportadas	23 806	63 465	87 271	31 649	-17 949	13 700
Responsabilidade Civil Geral	632 514	514 935	1 147 449	394 220	73 110	467 329
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
<b>Diversos:</b>						
- Protecção Jurídica	20 955	5 647	26 602	5 529	0	5 529
- Assistência	3 550 051	153 817	3 703 868	2 758 440	511 358	3 269 798
	<b>50 356 866</b>	<b>14 929 372</b>	<b>65 286 238</b>	<b>43 666 774</b>	<b>4 717 175</b>	<b>48 383 949</b>
<b>Resseguro Cedido:</b>						
Acidentes de Trabalho	-2 761 156	-5 171 405	-7 932 561	-3 487 489	-4 338 107,93	-7 825 596
Acidentes Pessoais e Pessoas Transporta	-266	-134 937	-135 203	-176	-1 952,13	-2 128
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	-3 026 242	-389 376	-3 415 619	-3 213 063	1 360 272	-1 852 791
Automóvel	-2 378 622	-2 565 509	-4 944 131	-69 740	-17 162	-86 902
Marítimo, Aéreo e Transportes	-48 670	-64 348	-113 018	-36 038	-1 771	-37 809
Mercaçõrias Transportadas	-14 758	-67 159	-81 917	-21 115	17 627	-3 489
Responsabilidade Civil Geral	0	-15 147	-15 147	0	0	0
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
<b>Diversos:</b>						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	0	0	0	0	3 346	3 346
	<b>-8 229 714</b>	<b>-8 407 881</b>	<b>-16 637 595</b>	<b>-6 827 621</b>	<b>-2 977 748</b>	<b>-9 805 369</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>42 127 151</b>	<b>6 521 491</b>	<b>48 648 643</b>	<b>36 839 154</b>	<b>1 739 427</b>	<b>38 578 580</b>

Os custos com sinistros apresentam-se líquidos de reembolsos recebidos/emittidos e incluem os custos de gestão de sinistros imputados.

#### 4.1.2. Provisão para Prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e de resseguro cedido, apresenta a seguinte decomposição:

##### Seguro directo:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2020	Valor de Balanço 2019
Acidentes e Doença	1 108 646	223 167	885 478	764 630
Incêndio e Outros Danos	3 088 518	627 715	2 460 803	2 124 265
Automóvel:				
Resp.Civil	10 782 049	2 039 582	8 742 467	6 703 006
Outras Coberturas	7 306 598	1 535 696	5 770 902	4 545 816
Marítimo e Transportes	60 588	9 746	50 842	42 081
Mercadorias Transportadas	42 144	8 106	34 038	37 701
Resp.Civil Geral	409 193	80 642	328 550	287 378
Diversos	2 311 924	217 474	2 094 450	1 369 793
<b>Total Seguro Directo</b>	<b>25 109 659</b>	<b>4 742 129</b>	<b>20 367 530</b>	<b>15 874 670</b>

##### Resseguro cedido:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2020	Valor de Balanço 2019
Acidentes e Doença	64 968	3 037	61 931	62 470
Incêndio e Outros Danos	2 320 316	748 379	1 571 937	1 394 029
Automóvel:				
Resp.Civil	4 968	0	4 968	5 980
Outras Coberturas	8 707	0	8 707	9 775
Marítimo e Transportes	42 112	14 577	27 535	23 156
Mercadorias Transportadas	29 000	10 149	18 851	21 836
Resp.Civil Geral	0	0	0	0
Diversos	0	0	0	0
<b>Total Resseguro Cedido</b>	<b>2 470 071</b>	<b>776 142</b>	<b>1 693 929</b>	<b>1 517 246</b>

#### 4.1.3. Provisões Técnicas Totais

Nos quadros da página seguinte podem ser verificadas as evoluções das provisões técnicas do seguro direto e do resseguro cedido da Companhia, nos anos em análise:

U:Euro

Provisões Técnicas do Seguro Directo	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Balanço 2020	Balanço 2019	Variação
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>					
Acidentes e Doença	1 108 646	223 167	885 478	764 630	
Incêndio e Outros Danos	3 088 518	627 715	2 460 803	2 124 265	
Automóvel:					
Resp.Civil	10 782 049	2 039 582	8 742 467	6 703 006	
Outras Coberturas	7 306 598	1 535 696	5 770 902	4 545 816	
Marítimo e transportes	60 588	9 746	50 842	42 081	
Mercadorias Transportadas	42 144	8 106	34 038	37 701	
Resp.Civil Geral	409 193	80 642	328 550	287 378	
Diversos	2 311 924	217 474	2 094 450	1 369 793	
Sub-total	25 109 659	4 742 129	20 367 530	15 874 670	4 492 860
<b>Provisão para Desvios Sinistralidade</b>			267 066	235 393	31 673
<b>Provisão para Sinistros</b>					
Acidentes e Doença:					
Provisão Matemática			26 645 018	20 151 155	
Assistência Vitalícia			633 239	683 506	
Outras Prestações			6 711 286	5 006 818	
Incêndio e Outros Danos			2 303 548	2 035 717	
Automóvel:					
Resp.Civil			16 286 383	13 408 105	
Outras Coberturas			5 623 310	2 472 534	
Marítimo e Transportes			65 836	19 865	
Mercadorias Transportadas			65 254	14 516	
Resp.Civil Geral			1 426 046	894 313	
Diversos			761 669	598 203	
Sub-total	0	0	60 521 588	45 284 732	15 236 856
<b>Provisão para Riscos em Curso</b>					
Acidentes e Doença			0	0	
Incêndio e Outros Danos			0	0	
Automóvel:					
Resp.Civil			0	0	
Outras Coberturas			0	0	
Marítimo e Transportes			0	0	
Mercadorias Transportadas			0	0	
Resp.Civil Geral			0	0	
Diversos			0	0	
Sub-total	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>25 109 659</b>	<b>4 742 129</b>	<b>81 156 184</b>	<b>61 394 795</b>	<b>19 761 389</b>

U:Euro

Provisões Técnicas do Resseguro Cedido	2020	2019
Provisão para prémios não adquiridos	1 693 929	1 517 246
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	17 632 340	10 142 103
Sinistros não declarados (ibnr)	7 025 391	6 310 742
	24 657 731	16 452 845
<b>Total das provisões técnicas do resseguro cedido</b>	<b>26 351 660</b>	<b>17 970 091</b>

## 4.2. Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas.

O nível de provisões para sinistros é acompanhado mensalmente, sendo feitas revisões trimestrais a todos os processos de sinistros, estando implementados modelos de avaliação estocásticos, de forma a colmatar alguma insuficiência de provisões.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho e provisão com custos de gestão com sinistros, pode ser analisada de seguida, através dos triângulos de custos com sinistros e respetivos pagamentos dos últimos 10 anos:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Estimativa inicial de custos com sinistros, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas, provisão para custos de gestão, IBNR e IBNER</b>	31 823	26 307	14 091	13 569	14 759	16 900	18 275	24 388	27 887	35 428	44 266
<b>Pagamentos Acumulados</b>											
Um ano depois	15 520	15 646	7 786	7 333	7 473	9 305	11 304	16 286	19 705	25 562	
Dois anos depois	27 446	20 896	10 497	10 240	10 593	14 741	16 958	25 599	30 270		
Três anos depois	28 887	21 713	11 218	11 227	11 592	15 990	18 106	27 015			
Quatro anos depois	30 102	22 469	11 691	11 769	11 889	17 089	18 830				
Cinco anos depois	31 103	23 043	11 759	12 074	12 043	17 319					
Seis anos depois	32 857	23 287	12 158	12 155	12 338						
Sete anos depois	33 235	23 501	12 178	12 175							
Oito anos depois	33 384	23 547	12 224								
Nove anos depois	33 510	23 555									
Dez anos depois	33 594										
<b>Estimativa final de custos com sinistros</b>											
Um ano depois	35 957	24 227	13 179	13 815	14 167	17 801	19 816	27 908	32 369	41 440	
Dois anos depois	36 475	24 027	13 457	13 397	13 391	18 034	19 923	28 522	33 359		
Três anos depois	37 040	23 789	13 375	13 430	13 166	17 877	20 440	28 740			
Quatro anos depois	36 498	23 918	13 019	13 291	13 173	18 048	20 509				
Cinco anos depois	35 059	23 907	12 730	13 244	12 811	18 238					
Seis anos depois	34 502	23 749	12 827	13 261	12 791						
Sete anos depois	34 222	23 607	12 729	13 238							
Oito anos depois	33 986	23 592	12 982								
Nove anos depois	33 967	23 587									
Dez anos depois	34 032										
	-2 210	2 720	1 109	331	1 969	-1 338	-2 234	-4 352	-5 471	-6 012	

A Caravela pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. A estrutura de resseguro em 2020 é constituída por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas e Cobertura Catastrófica), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Doença	Fronting
IOD	Quota-parte
IOD (Catástrofes Naturais)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Marítimo e Transportes	Quota-parte
Mercadorias Transportadas	Quota-parte
RC - Geral	Excesso de perdas (XL)

### 4.3. Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

#### Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.



Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Tipo de emitente (forma jurídica);
- Nível de *rating*;
- Sector de atividade;
- Zona geográfica;
- Concentração por grupo emitente.

### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força da não autorização de investimento em moeda estrangeira expressa na política de investimento. Indiretamente, por via da transparência dos fundos de investimentos detidos, verifica-se uma pequena exposição a moeda estrangeira, sendo o requisito de capital o seguinte:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2020	2019
Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira	3	8

### Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2020	2019
Choque em ações Tipo I	94	97
Choque em ações Tipo II	1 598	725

### Risco de imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. A Companhia está exposta a este risco por via da aquisição de um imóvel de rendimento no decorrer de 2016, pelo que o requisito de capital é descrito como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2020	2019
Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	308	308

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos - obrigações e Depósitos a prazo e os passivos – provisões técnicas, principalmente a provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

O cenário de subida de taxas de juro é, no final de 2020, mais prejudicial para a Companhia, tal como se verificava no final de 2019, como demonstrado no quadro seguinte:

Ativos		(milhares de euros)	
Cenários	Efeito nos ativos		
	2020	2019	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	0	34	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-2 793	-3 102	
<b>Passivos</b>		(milhares de euros)	
Cenários	Efeito nos passivos		
	2020	2019	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	268	377	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-2 218	-1 715	
	$\Delta$ NAV Down	268	343
	$\Delta$ NAV Up	575	1 387
	Mktint	575	1 387

### Risco de spread

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

(milhares de euros)

Rating	2020			2019		
	% de exposição	Duração	Requisito de capital	% de exposição	Duração	Requisito de capital
AAA	2%	3,8	23	2%	4,8	28
AA	21%	5,8	512	23%	6,4	542
A	44%	3,8	980	41%	4,5	955
BBB	33%	2,4	916	34%	2,8	969
BB	0%	0,0	0	0%	0,0	0
B	0%	0,0	0	0%	0,0	0
CCC or lower	0%	0,0	0	0%	0,0	0
Unrated	1%	0,5	7	1%	0,5	8
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>3,7</b>	<b>2 439</b>	<b>100%</b>	<b>4,3</b>	<b>2 502</b>

## Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Atividade	2020			2019		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	3%	2 295	0	4%	2 714	0
Consumo - Cíclico	10%	9 311	0	11%	7 424	0
Consumo - Não Cíclico	5%	4 435	0	5%	3 432	0
Financeiro	18%	15 825	0	20%	13 861	0
Fundos	35%	31 238	0	19%	12 997	0
Governos	15%	13 641	0	25%	17 370	0
Serviços	12%	11 038	0	13%	9 084	0
Outro	3%	2 562	0	4%	2 546	0
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>90 345</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>	<b>69 428</b>	<b>0</b>

O conjunto dos 10 maiores títulos, por grupo emitente, é essencialmente composto por emitentes públicos. Analisando o quadro abaixo verifica-se que a exposição a dívida corporativa se encontra bastante dispersa não ultrapassando os 2% para emitentes com rating A ou superior.

(milhares de euros)

Grupo Emitente	2020			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	4 766	5,1%
Divida Pública Espanhola	OBG	A	3 133	3,4%
Divida Pública Belga	OBG	AA	2 243	2,4%
Banco Bankinter	CPZ	BBB	2 000	2,1%
Simon Intl Finance Sca	OBG	A	1 460	1,6%
Vf Corp.	OBG	A	1 431	1,5%
Divida Pública Irlanda	OBG	A	1 305	1,4%
Schlumberger Finance Bv	OBG	A	1 188	1,3%
Bp Capital Markets Plc	OBG	A	1 160	1,2%
Agence Française Développement	OBG	AA	1 139	1,2%
<b>Total</b>			<b>19 825</b>	<b>21%</b>
<b>Total Carteira investimentos</b>			<b>93 188</b>	<b>100%</b>

(milhares de euros)

Grupo Emitente	2019			
	Tipo Ativo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	8 298	11,5%
Divida Pública Espanhola	OBG	A	3 053	4,2%
Divida Pública Belga	OBG	AA	2 579	3,6%
Banco Santander Central Hispano, Sa	CPZ	BBB	2 002	2,8%
Divida Pública Irlandesa	OBG	A	1 272	1,8%
Agence Française Développement	OBG	AA	1 115	1,5%
Bnp Paribas - Banque National De Paris Sa	OBG	AA	985	1,4%
Procter & Gamble Company	OBG	AA	975	1,3%
Coca-Cola Co/The	OBG	A	965	1,3%
Allianz Finance li B.V.	OBG	AA	947	1,3%
<b>Total</b>			<b>22 191</b>	<b>31%</b>
<b>Total Carteira investimentos</b>			<b>72 279</b>	<b>100%</b>

### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

### Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos resseguradores.

### Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

#### ⇒ Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos top-down da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

#### ⇒ Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos “*risk owners*”.

#### ⇒ Identificação dos KRI<sup>1</sup> e planos de ação

O KRI encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de *stress* no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

#### Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

- Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas,
- Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor,
- Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

---

<sup>1</sup> *Key Risk Indicator*

A Companhia segue a definição e as matrizes de *COSO Report*<sup>2</sup>.

A Caravela entende o termo “controlo interno” como um meio de:

- Controlar os seus processos;
- Otimizar as suas atividades;
- Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;
- Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;
- Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;
- Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;
- E autoavaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- Campanha de autoavaliação;
- Descrição das atividades de controlo;
- Autoavaliação das atividades de controlo;
- Planos de ação, se necessário;
- Testes independentes;
- Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);
- Recomendação, se necessária.

---

<sup>2</sup> *Committee Of Sponsoring Organisation of the Treatway Commission*



#### **4.4. Perdas por imparidade reconhecidas e revertidas relativamente a ativos de resseguro**

No exercício procedeu-se à reversão da perda por imparidade no montante de 39.444 euros, dos anos de 2004 a 2009, do ressegurador Folksam International Insurance, por impossibilidade de recebimento do saldo de conta corrente, tendo sido utilizada a provisão constituída em anos anteriores, não tendo impacto no resultado líquido do exercício.

#### **4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e das provisões**

São periodicamente desenvolvidas análises aos rácios de sinistralidade e rentabilidade da carteira, segmentada por diversas variáveis, bem como outros estudos atuariais com vista a avaliar a adequação das tarifas praticadas.

É calculado, designadamente, o rácio agregado (divisão de todos os custos constantes da Conta Técnica pela totalidade das receitas detalhadas na mesma), relativamente a cada ramo. A suficiência ou insuficiência tarifária é aferida consoante este rácio seja inferior ou superior a 100%, completando-se o critério pela análise da constituição da Provisão para Riscos em Curso.

São igualmente desenvolvidas análises de sensibilidade à tarifa, bem como estudos comparativos com as práticas do mercado.

A análise de adequação das provisões técnicas é periodicamente efetuada, através de métodos determinísticos e estocásticos, para além de auditorias periódicas, designadamente pela análise casuística de processos de sinistro.

#### **4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem redução do resseguro cedido**

A provisão para sinistros no final do exercício é de 60.521.588 euros que se compara com 45.284.732 euros em 2019.

O rácio de sinistralidade global da Companhia em 2020, calculado sobre os prémios brutos emitidos e antes de imputação de custos, foi de 62,1% (60,5% em 2019) e 64,8% após imputações (em 2019 foi de 63,3%):

Rádios de sinistralidade (por ramos)	2020	2019
Acidentes Trabalho	73,9%	73,6%
Acidentes Pessoais	41,9%	36,1%
Doença	0,0%	0,0%
<b>Acidentes / Doença</b>	<b>70,2%</b>	<b>71,3%</b>
Incêndio / Outros Danos	51,6%	45,2%
Automóvel	64,2%	62,8%
Restantes Ramos	66,3%	57,3%
<b>Rácio de Sinistralidade (1)</b>	<b>64,8%</b>	<b>63,3%</b>

(1) - Incluindo Custos Imputados à função Sinistros

O rácio combinado (incluindo resseguro) apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Análise aos resultados	2020	2019
Custos e gastos de exploração / Prémios adquiridos	26,3%	26,0%
Custos com sinistros / Prémios adquiridos	67,8%	68,5%
<b>Rácio Combinado</b>	<b>94,1%</b>	<b>94,5%</b>

#### 4.7. Montantes recuperáveis relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados)

O valor referente a reembolsos de sinistros apresentava a seguinte decomposição no último dia dos anos de 2020 e 2019:

U:Euro

Tipo de reembolso	Valor a recuperar ano 2020	Valor a recuperar ano 2019
Inventários/Salvados	0	0
Out.Tomadores/Reembolsos de Sinistros	3 291 571	2 984 087
Out.Dev.Credores/Reembolsos de Sinistros	0	0

A Companhia considera que os valores de reembolsos são recuperáveis, pelo que concluiu não existir imparidade neste exercício, não tendo sido registada nenhuma perda.

#### 5. Instrumentos financeiros (não inclui contratos de investimento)

O Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2020 é apresentado no Anexo 1, e do qual se apresenta o seguinte resumo:

U:Euro

Instrumento financeiro	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	
de emissores públicos	13 742 653
de outros emissores	44 613 984
Acções	493 767
Outros títulos de rendimento variável	31 237 683
<b>Total</b>	<b>90 088 087</b>

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros detidos pela Caravela são admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados e encontram-se mensurados ao seu justo valor, com exceção dos títulos Prodis Thema Fund e Lehman, que se encontram mensurados por 0,00€ e 10,00€, respetivamente, tendo para estes ativos sido reconhecidas imparidades por incumprimento dos emitentes, nos anos de 2010 e 2011.

No momento da aquisição, os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor (preço de aquisição) adicionado dos custos de transação.

Nas mensurações subsequentes esses ativos continuam a ser registados ao seu justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas no capital próprio, em “reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

No exercício de 2020 a Companhia reconheceu em capital próprio uma variação positiva de 950.498 euros (em 2019 o valor foi igualmente positivo de 707.393 euros) no justo valor das carteiras de investimentos, a qual se encontra registada na reserva de reavaliação.

### Segmentação por classes

A política de investimentos da Companhia, detalhada no ponto 4 tem em conta o cumprimento das regras e dos limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a diversificação prudencial dos investimentos, visando a sua adequação às responsabilidades da Caravela, numa ótica de otimização do binómio risco/rentabilidade.

A estratégia e os critérios para gestão dos investimentos são anualmente estabelecidos pela Administração, procedendo-se à monitorização mensal do seu cumprimento bem como da *performance*

assim alcançada, com vista à adequação, a cada momento, da carteira de investimentos aos objetivos definidos.

As ações desenvolvidas durante o ano de 2020 adequaram a carteira de ativos financeiros à estrutura de reforçada prudência, em cumprimento do objetivo previamente delineado.

A composição dos instrumentos financeiros por classes é a seguinte:

U:Euro

Instrumento financeiro	Justo Valor 2020	%	Justo Valor 2019	%
Participações em filiais e associadas	5 000	0%	0	0%
Acções, unidades participação e fundos investimento	31 731 450	34%	13 491 160	6%
Títulos de rendimento fixo	54 263 018	58%	51 347 612	93%
Títulos de rendimento variável	4 093 619	4%	4 142 440	93%
Instrumentos derivados	0	0%	0	0%
Depósitos em instituições de crédito	2 989 957	3%	2 959 429	1%
Outros empréstimos	251 541	0%	451 557	0%
<b>Total</b>	<b>93 334 585</b>	<b>100%</b>	<b>72 392 198</b>	<b>100%</b>

De acordo com as regras estabelecidas, os ativos financeiros da Caravela continuaram a ser maioritariamente investidos na Zona Euro, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

U:Euro

Carteira títulos	Justo Valor 2020	%	Justo Valor 2019	%
<b>Zona Euro</b>	<b>77 437 533</b>	<b>86%</b>	<b>58 232 470</b>	<b>84%</b>
Portugal	7 782 861	9%	9 897 785	14%
Alemanha	3 798 639	4%	2 888 420	4%
Austria	933 462	1%	899 620	1%
Bélgica	2 243 068	2%	3 015 445	4%
Espanha	6 110 800	7%	7 273 618	10%
França	43 025 370	48%	26 724 807	38%
Irlanda	1 629 585	2%	1 591 241	2%
Itália	623 649	1%	937 208	1%
Luxemburgo	2 112 404	2%	250 202	0%
Países Baixos	5 034 014	6%	1 071 744	2%
Noruega	629 300	1%	997 956	1%
Reino Unido	2 888 480	3%	2 075 307	3%
Suécia	625 901	1%	609 117	1%
<b>Fora Zona Euro</b>	<b>12 907 095</b>	<b>14%</b>	<b>11 200 299</b>	<b>16%</b>
<b>Total</b>	<b>90 344 628</b>	<b>100%</b>	<b>69 432 769</b>	<b>100%</b>

O risco de liquidez em que a Companhia pode incorrer pelo facto de poder não dispor de todos os seus ativos financeiros no momento em que tenha de satisfazer os seus compromissos decorrentes dos contratos de seguro, é indicado nos quadros seguintes, referentes aos 2 últimos anos e relativos a investimentos no mercado obrigacionista:

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2020					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	416 090	2 045 451	3 201 056	377 797	7 702 258	13 742 653
Obrigações a taxa fixa	102 203	1 524 676	13 596 674	13 713 860	15 676 572	44 613 984
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>518 292</b>	<b>3 570 127</b>	<b>16 797 730</b>	<b>14 091 657</b>	<b>23 378 830</b>	<b>58 356 637</b>

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2019					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	0	416 812	5 117 347	639 208	11 297 656	17 471 022
Obrigações a taxa fixa	1 451 762	581 335	7 046 229	12 642 259	16 297 445	38 019 030
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 451 762</b>	<b>998 147</b>	<b>12 163 576</b>	<b>13 281 467</b>	<b>27 595 100</b>	<b>55 490 052</b>

O quadro seguinte evidencia a qualidade creditícia dos emitentes das obrigações, de acordo com os *ratings* definidos por entidades externas à data desta análise:

U:Euro

Obrigações por notação de rating	2020	%	2019	%
AAA	1 051 648	2%	1 056 031	2%
AA +	933 462	2%	899 620	2%
AA	3 036 659	5%	3 002 648	5%
AA -	8 937 357	15%	9 265 534	17%
A +	3 873 042	7%	5 234 416	9%
A	8 113 528	14%	6 519 510	12%
A -	11 754 372	20%	9 977 857	18%
BBB +	7 956 314	14%	4 703 290	8%
BBB	9 420 743	16%	0	0%
BB	0	0%	13 055 989	24%
BB +	476 632	1%	0	0%
BBB -	2 802 870	5%	1 775 145	3%
BB -	0	0%	0	0%
B +	0	0%	0	0%
CC	0	0%	0	0%
CCC	0	0%	0	0%
Não Cotados	10	0%	10	0%
<b>Total</b>	<b>58 356 637</b>	<b>100%</b>	<b>55 490 052</b>	<b>100%</b>

A Companhia não efetuou operações em contratos de derivados nem utilizou operações de reporte nem de empréstimo de valores durante o ano.

O critério seguido pela Companhia para reconhecer títulos em imparidade, enunciado na nota 3.2.1., manteve-se o mesmo durante o presente exercício, sendo o seguinte:

- Para instrumentos de capital a Companhia considera uma desvalorização continuada quando esta se verificar por mais de 180 dias, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 30% na respetiva cotação à data de balanço;
- Para instrumentos de dívida a Companhia reconhece imparidade quando existe significativa dificuldade financeira do emitente tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

No encerramento do exercício de 2020 a segregação pelas respetivas categorias em 2020 e 2019 apresentou-se como segue:

2020  
U:Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-558 534	-141 403
<b>Total</b>	<b>792 387</b>	<b>10</b>	<b>-558 534</b>	<b>-233 844</b>

2019  
U:Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-407 973	-291 964
<b>Total</b>	<b>792 387</b>	<b>10</b>	<b>-407 973</b>	<b>-384 404</b>

Os ativos financeiros disponíveis para venda tinham a seguinte composição no final de cada um dos anos em comparação:

2020  
U:Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
<b>Instrumentos de dívida</b>								
De dívida pública								
De emissores nacionais	4 702 552	24 287	4 726 840		4 726 840		39 540	4 766 379,36
De emissores estrangeiros								
Espanha	3 520 943	24 987	3 545 930		3 545 930		106 278	3 652 207,89
França	504 453	3 193	507 646		507 646		17 787	525 433,15
Alemanha	307 039	7 152	314 191		314 191		2 891	317 081,64
Bélgica	2 132 949	9 468	2 142 417		2 142 417		100 651	2 243 068,49
Irlanda	1 230 110	12 567	1 242 677		1 242 677		62 344	1 305 020,74
Austria	900 362	432	900 794		900 794		32 668	933 461,51
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0
De outros emissores								
De emissores nacionais	99 924	1 556	101 480		101 480		4 366	105 846
De emissores estrangeiros	43 070 325	234 486	43 304 811	-92 441	43 212 371		1 295 767	44 508 138
	<b>56 468 657</b>	<b>318 128</b>	<b>56 786 785</b>	<b>-92 441</b>	<b>56 694 344</b>	<b>0</b>	<b>1 662 292</b>	<b>58 356 637</b>
<b>Instrumentos de capital</b>								
De emissores nacionais	3 571	0	3 571		3 571			3 571
De emissores estrangeiros	490 196	0	490 196		490 196		0	490 196
	<b>493 767</b>	<b>0</b>	<b>493 767</b>	<b>0</b>	<b>493 767</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>493 767</b>
<b>Outros instrumentos</b>								
Unidades de participação								
De residentes	2 334 808	0	2 334 808		2 334 808		-9 405	2 325 403
De não residentes	29 067 468	0	29 067 468	-141 403	28 926 065	0	-13 785	28 912 280
	<b>31 402 276</b>	<b>0</b>	<b>31 402 276</b>	<b>-141 403</b>	<b>31 260 873</b>	<b>0</b>	<b>-23 190</b>	<b>31 237 683</b>
<b>Total</b>	<b>88 364 700</b>	<b>318 128</b>	<b>88 682 828</b>	<b>-233 844</b>	<b>88 448 985</b>	<b>0</b>	<b>1 639 102</b>	<b>90 088 087</b>



2019  
U:Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
<b>Instrumentos de dívida</b>								
De dívida pública								
De emissores nacionais	8 191 355	49 833	8 241 188		8 241 188		56 877	8 298 065,11
De emissores estrangeiros								
Espanha	3 562 854	24 919	3 587 772		3 587 772		-19 811	3 567 961,60
França	406 872	3 046	409 918		409 918		17 308	427 226,45
Alemanha	313 748	7 151	320 899		320 899		4 372	325 270,68
Bélgica	2 659 427	13 440	2 672 867		2 672 867		7 993	2 680 859,61
Irlanda	1 245 159	12 532	1 257 691		1 257 691		14 327	1 272 018,41
Austria	900 404	430	900 834		900 834		-1 214	899 620,33
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0
De outros emissores								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	37 264 791	228 059	37 492 850	-92 441	37 400 410		618 620	38 019 030
	<b>54 544 609</b>	<b>339 411</b>	<b>54 884 020</b>	<b>-92 441</b>	<b>54 791 580</b>	<b>0</b>	<b>698 473</b>	<b>55 490 052</b>
<b>Instrumentos de capital</b>								
De emissores nacionais	3 571	0	3 571		3 571			3 571
De emissores estrangeiros	490 196	0	490 196		490 196		0	490 196
	<b>493 767</b>	<b>0</b>	<b>493 767</b>	<b>0</b>	<b>493 767</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>493 767</b>
<b>Outros instrumentos</b>								
Unidades de participação								
De residentes	223 180	0	223 180		223 180			223 180
De não residentes	13 076 045	0	13 076 045	-291 964	12 784 081	0	-9 869	12 774 213
	<b>13 299 225</b>	<b>0</b>	<b>13 299 225</b>	<b>-291 964</b>	<b>13 007 261</b>	<b>0</b>	<b>-9 869</b>	<b>12 997 393</b>
<b>Total</b>	<b>68 337 601</b>	<b>339 411</b>	<b>68 677 012</b>	<b>-384 404</b>	<b>68 292 608</b>	<b>0</b>	<b>688 604</b>	<b>68 981 212</b>

## 6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Os valores em Caixa e em Depósitos à Ordem registados no balanço são em moeda corrente de euro e destinam-se a fazer face a pagamentos de tesouraria de curto prazo.

Todos os saldos de Caixa e seus equivalentes, bem como os Depósitos à Ordem em instituições de crédito estão disponíveis para uso da Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica da demonstração da posição financeira apresenta a seguinte composição:

U:Euro

	2020	2019
Caixa e seus equivalentes		
Sede	200	200
Dependências	600	600
	800	800
Depósitos à ordem	5 201 433	2 266 911
	<b>5 202 233</b>	<b>2 267 711</b>

A reconciliação dos montantes apurados na Demonstração de Fluxos de Caixa com os *items* equivalentes relatados na Demonstração da Posição Financeira apresenta a seguinte configuração:

	U:Euro	
	2020	2019
Numerário	800	800
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	5 201 433	2 266 911
Outros depósitos bancários imediatos mobilizáveis	2 843 833	2 850 907
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem - Demonstração Posição Financeira</b>	<b>8 046 066</b>	<b>5 118 617</b>
Juro decorrido (a deduzir)		2 349
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período - Demonstração Fluxos Caixa</b>	<b>8 046 066</b>	<b>5 116 268</b>

No ano de 2019 foi considerado o montante do juro decorrido na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## 7. Terrenos e edifícios

Conforme descrito na nota 3.3.1., a Companhia detém a propriedade do seguinte imóvel de rendimento, valorizado ao justo valor, nos termos da IAS 40:

	Un: EUR				
Imóvel	Valor Aquisição	Ano aquisição	Ano Venda	Valor Venda	Valor Líquido de Balanço
De rendimento					
Campo Vinha Braga	1 231 882	2016			1 231 882
<b>Total</b>	<b>1 231 882</b>			<b>0</b>	<b>1 231 882</b>

A Companhia considera que o valor deste imóvel se encontra ao justo valor de mercado à data do encerramento das contas do exercício de 2020.

## 8. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os custos de reparação e manutenção não são capitalizados, sendo reconhecidos diretamente em resultados, quando incorridos.

As depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens.

Os movimentos registados nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

2020  
 U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>Activos Tangíveis</b>									
Equipamento administrativo	243 797	243 797	4 382	0	51	0	4 382	51	0
Máquinas e ferramentas	228 493	217 279	6 946	0	0	0	6 763	0	11 397
Equipamento informático	432 998	339 583	269 141	0	94 095	0	116 282	70 572	222 751
Instalações interiores	2 989	1 336	0	0	0	0	413	0	1 240
Material de transporte	257 123	99 523	121 800	0	0	40 000	71 567	20 000	187 833
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	94 460	44 914	12 045	0	0	0	11 915	0	49 676
Locação Operacional	1 990 255	0	190 328	0	3 273	0	476 591	0	1 700 719
<b>TOTAL</b>	<b>3 250 116</b>	<b>946 432</b>	<b>604 642</b>	<b>0</b>	<b>97 419</b>	<b>40 000</b>	<b>687 913</b>	<b>90 622</b>	<b>2 173 616</b>

 2019  
 U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>Activos Tangíveis</b>									
Equipamento administrativo	244 293	244 293	4 599	0	5 094	0	4 599	5 094	0
Máquinas e ferramentas	221 407	210 246	7 180	0	94	0	7 127	94	11 214
Equipamento informático	370 477	280 674	76 539	0	14 018	0	71 836	12 928	93 415
Instalações interiores	0	0	2 989	0	0	0	1 336	0	1 653
Material de transporte	208 282	43 656	48 842	0	0	0	55 867	0	157 600
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	80 220	33 913	14 241	0	0	0	11 001	0	49 546
Locação Operacional	0	0	1 990 255	0	0	0	0	0	1 990 255
<b>TOTAL</b>	<b>1 124 679</b>	<b>812 783</b>	<b>2 144 644</b>	<b>0</b>	<b>19 207</b>	<b>0</b>	<b>151 766</b>	<b>18 117</b>	<b>2 303 684</b>

## 9. Afetação dos investimentos e outros ativos

A Companhia afetou os seus investimentos e outros ativos unicamente a contratos de seguro, nos anos de 2020 e 2019 da forma que segue:

 2020  
 U:Euro

INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS	Total
Caixa e equivalentes	5 202 233
Terrenos e edifícios	1 231 882
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5 000
Activos financeiros detidos para negociação	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Activos financeiros disponíveis para venda	90 088 087
Empréstimos e contas a receber	3 095 374
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros activos tangíveis	2 173 616
Outros activos intangíveis	2 288 547
<b>TOTAL</b>	<b>104 084 740</b>

2019  
 U:Euro

INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS	Total
Caixa e equivalentes	2 267 711
Terrenos e edifícios	1 231 882
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	
Activos financeiros detidos para negociação	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Activos financeiros disponíveis para venda	68 981 212
Empréstimos e contas a receber	3 297 448
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros activos tangíveis	2 303 684
Outros activos intangíveis	2 179 835
<b>TOTAL</b>	<b>80 261 771</b>

## 10. Ativos Intangíveis

Esta rubrica integra o investimento em *software*, que é amortizado em 3 anos pelo método das quotas constantes, bem como os direitos de concessão por 10 anos das marcas nacionais “Netagentes”, “Protegemos o Seu Futuro”, “Caravela Seguros” e “Caravela”, no valor global de 4.414 euros, incluído na rubrica de outros ativos intangíveis.

Para as aquisições de *software* ocorridas a partir do exercício de 2015, foi estabelecida a utilização do método de amortização pelo período máximo de vida útil de 6 anos.

Estes ativos estão valorizados ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas e dentro dos limites das taxas em vigor, sendo que os custos incorridos com a manutenção posterior do *software* são reconhecidos em resultados, não sendo por isso capitalizados.

Os movimentos registados em 2020 e 2019 foram os seguintes:

 2020  
 U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>Activos Intangíveis</b>									
Despesas de desenvolvimento	0	0	937 755	0	0	0	312 582	0	625 173
Despesas com aplic. informáticas	1 420 988	1 261 978	1 056 010	0	0	0	236 081	0	978 938
Activos Intangíveis em curso	2 018 405	0	671 487	0	2 007 485	0	0	0	682 406
Outros	4 414	1 993	0	0	0	0	391	0	2 030
<b>TOTAL</b>	<b>3 443 807</b>	<b>1 263 971</b>	<b>2 665 251</b>	<b>0</b>	<b>2 007 485</b>	<b>0</b>	<b>549 054</b>	<b>0</b>	<b>2 288 547</b>

 2019  
 U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>Activos Intangíveis</b>									
Despesas de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas com aplic. informáticas	1 327 261	1 197 826	93 727	0	0	0	64 152	0	159 010
Activos Intangíveis em curso	1 290 515	0	771 555	0	43 665	0	0	0	2 018 405
Outros	4 414	1 603	0	0	0	0	391	0	2 421
<b>TOTAL</b>	<b>2 622 190</b>	<b>1 199 428</b>	<b>865 282</b>	<b>0</b>	<b>43 665</b>	<b>0</b>	<b>64 543</b>	<b>0</b>	<b>2 179 835</b>

A rubrica “ativos intangíveis em curso”, no montante de 682.406 euros, é referente a pagamentos efetuados até à data, respeitantes ao desenvolvimento de novas aplicações informáticas, nomeadamente:

- Projeto de Automatização das Cobranças, iniciado em 2019 e com data prevista de conclusão em 2021, no valor de 133.762 euros;
- Projeto de Gestão de Pagamentos com data prevista de conclusão em 2021, no valor de 15.928 euros;
- Projetos desenvolvidos no âmbito da evolução de produtos, desenvolvimento do ambiente de produção e de suporte aplicacional no valor de 159.131 euros;
- Projeto de Implementação da IFRS 17 no valor de 310.397 euros, com início de desenvolvimento em 2020 e com data prevista de conclusão em 2023;
- Projeto Douro 2024 no valor de 29.252 euros.

O Projeto Digital 2020, uma vez implementado neste exercício, deixou de fazer parte do ativo intangível em curso e foi transferido para o ativo da Companhia, incluído nas rubricas de projeto de desenvolvimento, ativo fixo tangível e ativo intangível, pelo valor total de 1.918.046 euros.

A amortização/depreciação deste projeto irá ocorrer no período temporal de 3 a 6 anos, consoante a natureza do ativo, seguindo a política de amortização/depreciação da Companhia.

## 11. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respetivas sub-contas:

U: Euro

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<u>Ajustamentos de Recibos por Cobrar</u>				
Outros Tomadores de seguros				
- Acidentes de Trabalho	38 299	235 457	43 663	230 093
- Acid.Pessoais e P.Transportadas	10 003	36 251	8 680	37 575
- Incêndio e Outros Danos	4 074	34 761	4 078	34 757
- Automóvel	64 781	341 748	69 865	336 664
- Marítimo e Transportes	1	2 531	114	2 417
- Mercadorias Transportadas	2 311	11 114	2 238	11 188
- Responsabilidade Civil Geral	4 995	27 780	15 942	16 833
- Protecção Jurídica	346	1 633	353	1 626
- Assistência	8 670	41 075	8 847	40 898
<b>Sub-total</b>	<b>133 481</b>	<b>732 349</b>	<b>153 780</b>	<b>712 050</b>
<u>Ajustam. de Créditos de Cobr Duvidosa</u>				
Mediadores de Seguros	106 027	8 077	6 111	107 993
Resseguradores	39 444	0	39 444	0
Outros Devedores	69 917	0	28 544	41 373
<b>Sub-total</b>	<b>215 389</b>	<b>8 077</b>	<b>74 100</b>	<b>149 367</b>
<b>Total</b>	<b>348 870</b>	<b>740 427</b>	<b>227 880</b>	<b>861 417</b>

## 12. Prémios de contratos de seguro

A composição dos prémios reconhecidos no exercício resultantes de contratos de seguro, e de outros valores consta do anexo 4.

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

U:Euro

	2020	2019	Variação 2020/2019
Prémios brutos emitidos	100 718 896	76 436 663	31,8%
Prémios de resseguro cedido	-24 434 961	-16 055 231	
Variação da provisão para prémios não adquiridos brutos	-4 839 286	-4 373 988	
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro	263 005	296 099	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>71 707 654</b>	<b>56 303 543</b>	<b>27,4%</b>

## 13. Rendimentos/réditos de investimentos

O rendimento das ações é contabilizado na rubrica de “rendimentos de investimentos” no momento do recebimento dos dividendos atribuídos.

Relativamente aos juros das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, são igualmente reconhecidos nas rubricas de “rendimentos de investimentos”, procedendo-se à sua especialização no final do exercício com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período correspondente (juro decorrido).

Os rendimentos reconhecidos no ano e no ano anterior, por categoria de investimentos, foram os seguintes:

U:Euro

Categoria de Investimento	Rendimentos em 2020		Rendimentos em 2019	
		%		%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Acções e outros títulos de rendimento variável	4 453	1%	7 112	2%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	385 937	80%	348 908	79%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	76 200	16%	76 200	17%
Empréstimos concedidos	12 500	3%	8 480	0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	1 703	0%	3 471	1%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	0	0%	0	0%
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>480 793</b>	<b>100%</b>	<b>444 170</b>	<b>100%</b>

## 14. Ganhos e perdas em investimentos

O resultado dos ganhos e perdas financeiras reconhecidos no exercício e no exercício anterior foram os seguintes:



2020  
U:Euro

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	0	-94 078	-94 078
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	268 265	-4 092	264 173
<b>Total</b>	<b>268 265</b>	<b>-98 169</b>	<b>170 095</b>

2019  
U:Euro

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	1 810	-24 286	-22 476
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	722 403	-41 040	681 362
<b>Total</b>	<b>724 213</b>	<b>-65 326</b>	<b>658 886</b>

## 15. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

A Companhia reconheceu no exercício uma reversão de imparidade no montante de 150.561 euros, em resultado do pagamento efetuado pelo Prodis Thema Fund.

## 16. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Não foi reconhecido qualquer ganho/perda de valor em 2020 dado que os investimentos financeiros da Companhia são expressos em moeda “euro”, na sua totalidade.

## 17. Gastos diversos por função e natureza

A Companhia suportou nos anos de 2020 e 2019 os seguintes custos e gastos de exploração para aquisição de contratos de seguro:

U:Euro

Custos e Gastos de Exploração	Remunerações de mediação		Imputação		Total		Var.Total 2020/2019	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	Valor	%
Custos de aquisição	11 021 814	8 825 597	8 228 694	6 836 903	19 250 507	15 662 500	3 588 007	22,91%
Gastos administrativos	1 283 268	1 054 533	2 107 656	1 792 406	3 390 925	2 846 940	543 985	19,11%
Variação dos custos de aquisição diferidos	-346 426	-918 743			-346 426	-918 743	572 317	-62,29%
<b>Total</b>	<b>11 958 656</b>	<b>8 961 387</b>	<b>10 336 350</b>	<b>8 629 310</b>	<b>22 295 005</b>	<b>17 590 697</b>	<b>4 704 308</b>	<b>26,74%</b>

Os gastos são inicialmente registados por natureza e, posteriormente, imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas e os critérios de imputação em vigor na Companhia, respetivamente em função do número de sinistros, do montante dos prémios brutos respeitantes à nova produção registada no ano, dos prémios brutos emitidos líquidos de anulações e estornos e dos custos com investimentos afetos às provisões técnicas, bem como das pessoas afetas a cada função.

Os custos e gastos por natureza imputados nos exercícios de 2020 e 2019 às diversas funções foram os seguintes:

2020  
U: Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	6 691 355	1 150 913	4 362 763	1 117 456	60 222	6 691 355
Fornecimentos e serviços externos	4 173 255	854 479	2 613 336	669 367	36 074	4 173 255
Impostos e taxas	971 052	492 476	376 849	96 524	5 202	971 052
Depreciações e amortizações do exercício	1 236 967	212 758	806 502	206 573	11 133	1 236 967
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	29 261	5 033	19 078	4 887	263	29 261
Comissões	260 089	13 234	50 165	12 849	183 842	260 089
<b>Total</b>	<b>13 361 979</b>	<b>2 728 893</b>	<b>8 228 694</b>	<b>2 107 656</b>	<b>296 736</b>	<b>13 361 979</b>
		20%	62%	16%	2%	100%

2019  
U: Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	5 992 443	1 114 594	3 817 186	1 000 738	59 924	5 992 443
Fornecimentos e serviços externos	3 563 195	662 754	2 269 755	595 054	35 632	3 563 195
Impostos e taxas	589 901	234 028	278 490	73 011	4 372	589 901
Depreciações e amortizações do exercício	651 948	121 262	415 291	108 875	6 519	651 948
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	29 147	5 421	18 566	4 868	291	29 147
Comissões	224 415	10 983	37 614	9 861	165 957	224 415
<b>Total</b>	<b>11 051 050</b>	<b>2 149 044</b>	<b>6 836 903</b>	<b>1 792 406</b>	<b>272 696</b>	<b>11 051 050</b>
		19%	62%	16%	2%	100%

Na página seguinte encontra-se a variação, entre 2020 e 2019 da rubrica “Fornecimentos e serviços externos”:

U:Euro

Rubrica	2020	%	2019	%	2020/ 2019
Electricidade	22 869	0,5%	26 713	0,7%	-14,4%
Combustíveis	75 738	1,8%	98 462	2,8%	-23,1%
Água	3 302	0,1%	4 117	0,1%	-19,8%
Impressos	47 227	1,1%	50 690	1,4%	-6,8%
Material de escritório	22 362	0,5%	20 133	0,6%	11,1%
Livros e documentação técnica	1 765	0,0%	3 672	0,1%	-51,9%
Artigos para oferta	77 210	1,9%	59 149	1,7%	30,5%
Conservação e reparação	75 590	1,8%	78 662	2,2%	-3,9%
Rendas e alugueres	107 622	2,6%	89 711	2,5%	20,0%
Despesas de representação	51 215	1,2%	128 556	3,6%	-60,2%
Comunicação	673 540	16,1%	472 787	13,3%	42,5%
Deslocações e estadas	91 769	2,2%	131 100	3,7%	-30,0%
Seguros	74 036	1,8%	57 520	1,6%	28,7%
Gastos com trabalho independente	187 753	4,5%	245 689	6,9%	-23,6%
Publicidade e propaganda	461 110	11,0%	387 997	10,9%	18,8%
Limpeza, higiene e conforto	38 672	0,9%	35 509	1,0%	8,9%
Contencioso e notariado	3 536	0,1%	1 180	0,0%	199,6%
Trabalhos especializados	1 711 135	41,0%	1 377 469	38,7%	24,2%
Quotizações (da actividade)	83 546	2,0%	57 674	1,6%	44,9%
Refeições no local de trabalho	3 265	0,1%	6 173	0,2%	-47,1%
Gastos com cobrança de prémios	244 840	5,9%	139 566	3,9%	75,4%
Outros fornecimentos e serviços	115 153	2,8%	90 663	2,5%	27,0%
<b>Total</b>	<b>4 173 255</b>	<b>100%</b>	<b>3 563 195</b>	<b>100%</b>	<b>17,1%</b>

Algumas rubricas de fornecimento de serviços refletem o abrandamento do ritmo de atividade do país, causado pelo atual estado de pandemia em que vivemos, nomeadamente o fornecimento de consumíveis, de despesas de representação e de deslocações e estadas.

O aumento de 19% em gastos com publicidade resulta do aumento da divulgação e comunicação na imprensa, e em merchandising, para a promoção da Caravela, e em publicidade exterior com a presença de outdoors em locais estratégicos do país.

Na comunicação, a variação de 42% é resultante essencialmente do recurso ao aumento dos serviços de internet e dados e dos serviços de correio.

O crescente número de projetos de desenvolvimento das plataformas informáticas e digitais justifica o aumento de 24% de trabalhos especializados no exercício.

O aumento de 75% em gastos com a cobrança de prémios, estando diretamente relacionado com o aumento da produção e da cobrança, reflete igualmente o custo com a implementação do sistema de REALTIME da SIBS nas cobranças por multibanco, cujo benefício em termos de rapidez de cobrança e disponibilização de documentos aos nossos clientes é significativo (fatura/recibo e certificado de seguro automóvel).

## 18. Gastos com pessoal

Número médio de trabalhadores ventilado por categorias profissionais:

O número médio de Colaboradores por categorias profissionais, conforme os níveis do Acordo de Empresa (AE) ao serviço da Caravela durante o exercício de 2020 foi de 127, que compara com 117 em 2019, sendo de 129 o número absoluto em 31 de dezembro de 2020, mais nove Colaboradores do que no ano de 2019, que eram 120:

MÉDIA ANO		TOTAL ANO	
ACORDO DE EMPRESA		ACORDO DE EMPRESA	
Diretor	1	Diretor	1
Gestor Técnico	12	Gestor Técnico	12
Gestor Comercial	4	Gestor Comercial	4
Gestor Operacional	2	Gestor Operacional	2
Técnico	11	Técnico	13
Coordenador Operacional	23	Coordenador Operacional	24
Especialista Operacional	71	Especialista Operacional	70
Auxiliar Geral	2	Auxiliar Geral	1
Assistente Operacional	1	Assistente Operacional	2
<b>MÉDIA ANO</b>	<b>127</b>	<b>TOTAL ANO</b>	<b>129</b>

Despesas com o pessoal referentes ao exercício:

Os custos com pessoal totalizaram 6.691.355 euros no exercício, que se comparam com 5.992.443 euros em 2019, correspondendo a um aumento de 11,7% em relação ao ano anterior, e incluem a contabilização no exercício do montante de 17.117 euros, correspondente ao encargo com o pagamento do prémio de permanência, nos termos enunciados na nota 3.6.

De referir a contribuição adicional do exercício, efetuada para o Plano Individual de Reforma (P.I.R.), no montante de 63.186 euros, que em 2019 havia sido de 70.230 euros, conforme mencionado no ponto seguinte.

Estas despesas tinham a seguinte composição em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

		U: Euro		
Contas	Rubricas	2020	2019	2020/2019
Gastos com Pessoal				
6800	Remunerações dos órgãos sociais	882 412	786 413	12,21%
6801	Remunerações do pessoal	4 267 680	3 782 468	12,83%
6802	Encargos sobre remunerações	1 159 053	1 041 551	11,28%
6803	Benefícios pós-emprego	63 186	70 230	-10,03%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	17 117	31 284	-45,28%
6806	Seguros obrigatórios	150 035	135 042	11,10%
6807	Gastos de acção social	79 272	73 328	8,11%
6808	Outros gastos com o pessoal	72 599	72 127	0,66%
<b>TOTAL</b>		<b>6 691 355</b>	<b>5 992 443</b>	<b>11,66%</b>

Em complemento da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e de Fiscalização, não se registam quaisquer outros compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados, para além de um ex-administrador que, está abrangido pelo “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas/Plano de Pensões de Benefício Definido” referido na nota seguinte.

## 19. Obrigações com benefícios dos empregados

### Plano de Pensões de Benefício Definido:

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que então não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir é definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformarem na atividade seguradora.

Este plano abrange apenas um participante (ex-administrador reformado por velhice), conforme quadro seguinte:

POPULAÇÃO REFORMADA	
Número de beneficiários	1
Idade Média	75
Pensão/ Prestação Média Anual (€)	3.763

### Plano de Pensões de Contribuição Definida:

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) que teve início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas no Anexo V do Acordo de Empresa, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, tendo a contribuição no ano de 2020 sido no montante de 63.186 euros.

O valor das contribuições está garantido à data da liquidação do benefício.

As responsabilidades da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

PRESSUPOSTOS	
Tábua de mortalidade	GRF95
Taxa Técnica	1,0%
Encargos	0,5%

POPULAÇÃO ATIVA	
Número de participantes	96
Idade Média	45,6
Salário Médio Anual (€)	18 875
Antiguidade Média Empresa (anos)	16,8
	U:Euro
RESULTADOS	
Valor das Responsabilidades em 31.12.2020	296 357
Valor total das Contribuições (PIR)	296 357
Valor do Fundo em 31.12.2020	342 539
Rácio de Financiamento	115,58%

## 20. Imposto sobre o rendimento

### Imposto corrente

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declarações de autoliquidação da Companhia, elaboradas em conformidade com as normas fiscais vigentes, ficando sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Tributária durante o período de doze anos aos exercícios de 2014 a 2016 e a cinco anos aos exercícios de 2017 e seguintes.

Não se verificou qualquer inspeção da Autoridade Tributária durante o exercício de 2020.

### Imposto diferido

Os impostos diferidos são calculados tendo por base as diferenças temporárias que existem entre alguns valores ativos e passivos e a respetiva base fiscal.

Apresentam-se nos quadros abaixo os ativos e passivos por impostos correntes e diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:



	U:Euro	
	2020	2019
<b>Activos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o Rendimento (entregas por conta)	230 829	187 035
Imposto sobre o Rendimento (retenções efetuadas por terceiros)	16 455	19 367
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a favor Companhia)	0	4 981
Imposto de Selo (processado)	16	8 730
Retenção de Impostos na Fonte	102	0
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil (processado)	0	5 125
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho (processado)	35 404	51 739
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel (processado)	0	7 506
Contribuições para a Segurança Social (a favor Companhia)	28 147	24 371
	<b>310 953</b>	<b>308 854</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o Rendimento a Pagar	-134 861	-141 701
Retenção de Impostos na Fonte	-116 794	-102 180
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-10 001	-20 709
Imposto de Selo	-928 901	-639 876
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil	-62 109	-49 818
Taxa para o Instituto Nacional de Emergência Médica	-259 606	-175 468
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho	-1 167 417	-781 517
Taxa para o Instituto de Seguros Portugal	-126 587	-94 894
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel	-264 105	-187 004
Cartas Verdes	-29 262	-21 492
Contribuições para a Segurança Social	-127 146	-114 492
Tributos das Autarquias	-1 973	-1 934
	<b>-3 228 761</b>	<b>-2 331 084</b>
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	52 615	86 491
Por prejuízos fiscais	803 226	803 226
	<b>855 840</b>	<b>889 717</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	-368 792	-154 936
	<b>-368 792</b>	<b>-154 936</b>
<b>Total</b>	<b>-2 430 759</b>	<b>-1 287 450</b>

Nos termos do artigo 21º do DL nº. 441/1991 e do DL nº. 534/1980, a Companhia apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

## 21. Capital

O capital social subscrito da Caravela era, em 31 de dezembro de 2020, de 44.388.315 euros, estando representado por 79.056.677 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se disperso por diversos acionistas, pessoas singulares e coletivas.

Tal com mencionado na nota 1, teve lugar neste exercício de 2020 a realização da segunda prestação do aumento de capital no montante de 10.000.000 euros, no dia 23 de dezembro de 2020, sendo que

a realização dos restantes 10.000.000 euros irá ocorrer no mês de dezembro de 2021, de acordo com a decisão da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019.

Nos termos do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), o montante de 10.000.000 euros de capital não realizado foi deduzido ao capital próprio, não constando como ativo da Companhia na Posição da Demonstração Financeira em 31 de dezembro de 2020.

A composição do capital social subscrito era, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a seguinte:

NOME	BENEFICIÁRIO EFETIVO	N.º AÇÕES 2020	% CAPITAL SOCIAL 2020	N.º AÇÕES 2019	% CAPITAL SOCIAL 2019
TPIF Douro BidCo, S.à R.L.	Martin Brian Hughes	37 947 205	48,00%	37 947 205	48,00%
VALENS PRIVATE EQUITY, UNIPessoal LDA.	Mário Nuno dos Santos Ferreira	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
NELSON QUINTAS PATRIMÓNIO LDA	Jorge Nelson Ferreira de Aguiar Quintas	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
VIOLAS SGPS SA	Manuel Soares de Oliveira Violas Rita Celeste Soares Violas e Sá	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
ANCORAS DE JUPITER UNIPessoal, LDA	Luís Filipe Sampaio Cervantes	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
IBG - HOLDING, LTD	Isabel Maria Araujo Rodrigues de Sá	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
MONSEUL UNIPessoal LDA	Francisco Miguel Cubelo Faria Vasconcelos Machado	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
SUSTENTÁVELEXITO, UNIPessoal, LDA	Fernando José Lopes de Araújo	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
DAXA PARTICIPAÇÕES, SGPS, UNIPessoal LDA	António Ferreira da Silva	2 055 475	2,60%	2 055 475	2,60%
BLUE WAVE SGPS SA	António Manuel Nestor Ribeiro	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
FEMACOSA, UNIPessoal LDA	Fernando Manuel Fernandes da Costa Santos	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
TLCI 2 - SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	António Jorge Pereira Martins João Pedro de Freitas Pereira Martins Guilherme Pereira Martins	1 233 286	1,56%	1 233 286	1,56%
GOL HEALTH, LDA	Antonio Miguel Gouveia de Brito Pinheiro Pereira Carlos Manuel Ribeiro de Sousa Carlos Alberto Fernandes Barbosa	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
IMOMINIUS	José Manuel Capa Pereira	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
IMPACTO MAGNÉTICO, UNIPessoal, LDA	Inácio da Silva Sousa	1 233 257	1,56%	1 233 257	1,56%
Manuel Salgueiro Rodrigues	O próprio	822 190	1,04%	822 190	1,04%
Gilberto Almeida Romeiro	O próprio	770 803	0,98%	770 803	0,98%
DIVAD LDA	Maria Filomena de Brito Vargas Lopes David Mário Henrique de Almeida Santos David	411 095	0,52%	411 095	0,52%
Francisco José Pereira Gonçalves	O próprio	411 095	0,52%	411 095	0,52%
GOBGEST LDA.	Jorge Filipe Araújo Pontes	411 095	0,52%	411 095	0,52%
José António Carvalho Pereira	O próprio	308 321	0,39%	308 321	0,39%
Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró	O próprio	205 547	0,26%	205 547	0,26%
TCO INVESTIMENTOS - SGPS LDA	Carlos Alberto da Cunha Oliveira	205 547	0,26%	205 547	0,26%
		<b>79 056 677</b>	<b>100,00%</b>	<b>79 056 677</b>	<b>100,00%</b>

No quadro seguinte pode-se analisar a composição do capital próprio da Caravela no final dos exercícios em análise - 2020 e 2019:

U: Euro

Capital Próprio	2020	2019
Capital Social	34 388 315	24 388 315
Reservas de Reavaliação	1 639 102	688 604
Reserva por impostos diferidos	-368 792	-154 936
Outras Reservas		
Reserva Legal	2 021 549	1 599 553
Reservas Livres	4 502 775	704 806
Resultados Transitados	940 793	940 793
Resultado do Exercício	3 959 651	4 219 965
	<b>47 083 394</b>	<b>32 387 100</b>

O capital social que foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF de 17 de dezembro desse ano, para 44.388.315,20 euros, e que teve

em 27 de dezembro de 2019 a realização da 1ª prestação no valor de 10.000.000,00 euros, registou neste exercício de 2020 a realização da 2ª prestação de igual montante, em 23 de dezembro.

Assim, a situação em 31 de dezembro de 2020 é a que se segue:

- Capital social subscrito: 44.388.315,20 euros;
- Capital social realizado: 34.388.315,20 euros;
- Capital social a realizar em dezembro de 2021: 10.000.000,00 euros.

Analisa-se abaixo a rubrica de “Resultados transitados”:

		2020	
		U: Euro	
Resultados Transitados	Débito	Crédito	
<b>Balço em 31-12-2019</b>			<b>940 793</b>
Resultado Líquido do Exercício de 2019			4 219 965
Transferência para Reserva Legal	421 996		
Transferência para Reservas Livres	3 797 969		
	<b>4 219 965</b>		<b>5 160 759</b>
<b>Balço em 31-12-2020</b>			<b>940 793</b>

		2019	
		U: Euro	
Resultados Transitados	Débito	Crédito	
<b>Balço em 31-12-2018</b>		<b>5 843 616</b>	
Resultado Líquido do Exercício de 2018			3 063 529
Transferência para Reserva Legal	306 353		
Redução Capital Social			5 843 616
Distribuição de dividendos	1 500 000		
Reversão Imp.Diferido Prej.Fiscal 2013	274 379		
Adoção da IFRS 16 (data de transição)	42 004		
	<b>7 966 352</b>		<b>8 907 145</b>
<b>Balço em 31-12-2019</b>			<b>940 793</b>

## 22. Reservas

Os movimentos das diversas reservas registadas no capital próprio em 2020 foram os que se apresentam na seguinte Demonstração de Variações no Capital Próprio:

U: Euro

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
<b>Demonstração da Posição Financeira a 31-12-2019</b>	24 388 315	688 604	0	-154 936	1 599 553	704 806	940 793	4 219 965	32 387 100
Aumentos/reduções de capital	10 000 000								10 000 000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		950 498							950 498
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-213 856					-213 856
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					421 997	3 797 969	-4 219 965		0
Distribuição de lucros									0
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							4 219 965	-4 219 965	0
<b>Total das variações do capital próprio</b>	10 000 000	950 498	0	-213 856	421 997	3 797 969	0	-4 219 965	10 736 642
Resultado líquido do período								3 959 651	3 959 651
<b>Demonstração da Posição Financeira a 31-12-2020</b>	34 388 315	1 639 102	0	-368 792	2 021 549	4 502 775	940 793	3 959 651	47 083 394

### Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores, não tendo relevância em ganhos e perdas até ao momento da alienação dos bens, em que o respetivo saldo é reconhecido em resultados, ou diretamente em capital próprio.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2020 e 2019 era a que se segue:

 2020  
 U: Euro

	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Activos disponíveis para venda	90 088 087	-233 844	91 493 346	1 639 102
				<b>1 639 102</b>

 2019  
 U: Euro

	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Activos disponíveis para venda	68 981 214	-384 404	69 285 414	688 604
				<b>688 604</b>

### Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social.

Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 421.996 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

### Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo registou um aumento de 3.797.969 euros no exercício, correspondente ao remanescente de valor após a dotação da Reserva Legal.

### Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto se estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Analisa-se de seguida a variação desta reserva no encerramento dos exercícios de 2020 e 2019:

2020				
U: Euro				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-154 936	0	-213 856	-368 792
	<b>-154 936</b>	<b>0</b>	<b>-213 856</b>	<b>-368 792</b>
2019				
U: Euro				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	4 228	0	-159 163	-154 936
	<b>4 228</b>	<b>0</b>	<b>-159 163</b>	<b>-154 936</b>

## 23. Transações entre partes relacionadas

No exercício de 2020 foram faturados pela Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., os honorários seguintes:

Descrição dos Honorários MAZARS	Valor	U: Euro
		Valor
Solvência II		18 450
Revisão Oficial Contas		
	ano 2019	36 900
	ano 2020	24 600
		61 500
<b>TOTAL</b>		<b>79 950</b>

## 24. Demonstração de fluxos de caixa

Esta demonstração foi elaborada pelo método direto e é apresentada no Relatório e Contas, conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

## 25. Compromissos

A Caravela detém contratos de locação operacional e de locação financeira referentes a equipamentos de transporte e informático.

O detalhe em 31 de dezembro de 2020, por anos de vencimento dos contratos de locação operacional, é referido no quadro seguinte:

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor máximo a pagar (€)
2021	12	28 059
2022	17	112 287
2023	8	89 193
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>229 538</b>

O detalhe em 31 de dezembro de 2020 relativo a contratos de locação financeira era como segue:

*U: Euro*

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Nº Equipamentos (IBM)	Nº de Contrato	Valor a pagar Juros	Valor a pagar Capital
2023	-	1	PT6PBQTD5N	5 605	95 491
2023	1	-	1860027000	736	36 691
2023	1	-	1860023400	734	36 578
2023	1	-	141337	3 469	40 207
2025	1	-	2060004900	2 418	68 086
<b>Total</b>				<b>12 962</b>	<b>277 054</b>

## 26. Provisões e Passivos contingentes

A Companhia não considerou necessário a constituição de provisões para fazer face a pagamentos futuros, na medida em que não considera provável que tal venha a acontecer.

Não existem passivos contingentes a divulgar, à data das Demonstrações Financeiras.

## 27. Acontecimentos após a data do Balanço não descritos em pontos anteriores

Não se verificaram acontecimentos relevantes a registar após a data do Balanço.

Lisboa, 01 de março de 2021

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



**ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

U: Euro

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Valor em Euro nominal	% do valor nominal	Risco médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Balancete	Total
<b>1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS</b>								
	total	0				0,00		0,00
<b>2 - OUTROS</b>								
<b>2.1 - Títulos Nacionais</b>								
<b>2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação</b>								
<b>2.1.1.1 - Acções</b>								
	MOBILITY 24	3 571	3 571	100,00%	1,00	3 571	1,00	3 571
	sub-total	3 571	3 571			3 571		3 571
<b>2.1.1.2 - Títulos de participação</b>								
	sub-total	0				0,00		0,00
<b>2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento</b>								
PTAPPAIM0000	EAST WEST VC - FUNDO CAP.RISCO	346	346 180	100,00%	1,00	346 180	1,00	346 180
PTCRVRIM0009	CAPITAL CRIATIVO IV	10	488 628	100,00%	1,00	488 628	0,98	479 223
PTCRVAIM0016	CAPITAL CRIATIVO V	10	500 000	100,00%	1,00	500 000	1,00	500 000
PTGWTDIM0008	GROWTH INOV, FCR	20	1 000 000	100,00%	1,00	1 000 000	1,00	1 000 000
	sub-total	386	2 334 808			2 334 808		2 325 403
<b>2.1.2 - Títulos de dívida</b>								
<b>2.1.2.1 - De dívida pública</b>								
PTOTEYOE0007	PORTUGAL GOVT 3.85% /15-04-2021	400	400 000	112,38%	1,12	449 528	1,04	416 090
PTOTEAOE0021	PORTUGAL GOVT 4.95% /25-10-2023	220	220 000	122,67%	1,23	269 863	1,17	256 671
PTOTVLOE0001	ETAT PORTUGAL EUR6M+110 2022/12/05	2 000	2 000 000	103,34%	1,03	2 066 800	1,02	2 048 167
PTOTVIOE0006	ETAT PORTUGAL EUR6M+200 2021/11/30	1 000	1 000 000	105,40%	1,05	1 054 000	1,02	1 022 022
PTOTVHOE0007	ETAT PORTUGAL EUR6M+205 2021/08/12	1 000	1 000 000	105,65%	1,06	1 056 500	1,02	1 023 429
	sub-total	4 620	4 620 000			4 896 691		4 766 379
<b>2.1.2.2 - De outros emissores públicos</b>								
	sub-total	0				0,00		0,00
<b>2.1.2.3 - De outros emissores</b>								
PTBSSJOM0014	BRISA 2% / 22-03-2023	100	100 000	99,77%	1,00	99 774	1 078,66	105 846
	sub-total	100	100 000			99 774		105 846
	total	5 109	7 058 379			7 334 844		7 201 200
<b>2.2 - Títulos estrangeiros</b>								
<b>2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação</b>								
<b>2.2.1.1 - Acções</b>								
	CA Life	451	450 759	100,00%	1,00	490 196	1,09	490 196
	sub-total	451	450 759			490 196		490 196
<b>2.2.1.2 - Títulos de participação</b>								
	sub-total	0				0,00		0,00
<b>2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento</b>								
IE0030487957	PRODIS THEMA FUND	4 382	4 382		32,27	141 403	0	0
LU1274528147	SSP M - (PNI) EURO EQUITY CLASS O	21	21		11 355,22	238 460	11 545,92	242 464
FR0011381227	OFI RS MONETAIRE IC	286	286		100 306,31	28 687 605	100 244,11	28 669 815
	sub-total	4 689	4 689			29 067 468		28 912 280
<b>2.2.1.4 - Outros</b>								
	sub-total	0				0,00		0,00
<b>2.2.2 - Títulos de dívida</b>								
<b>2.2.2.1 - De dívida pública</b>								
XS2024602240	AUTOBAHN SCHNELL 0.1% / 09-07-2029	900	900 000	100,05%	1,00	900 423	1 037,18	933 462
BE0000347568	ETAT BELGIQUE 0.9% / 22-06-2029	2 000	2 000 000	107,83%	1,08	2 156 500	1 121,53	2 243 068
ES0000012888	ETAT ESPAGNE 1.4% / 30-07-2028	2 000	2 000 000	109,43%	1,09	2 188 520,00	1 126,61	2 253 214
ES00000123X3	ETAT ESPAGNE 4.4% / 31/10/2023	130	130 000	126,81%	1,27	164 853,00	1 148,95	149 364
IE00B83SQ895	ETAT IRLANDE 1.1% / 15-05-2029	1 000	1 000 000	108,61%	1,09	1 086 090	1 136,13	1 136 132
IE00B4TV0D44	ETAT IRLANDE 5.4% / 13-03-2025	130	130 000	142,40%	1,42	185 120	1 299,15	168 889
DE000A1K0UG6	KFW 2.5% /17-01-2022	300	300 000	113,52%	1,14	340 545	1 056,94	317 082
	sub-total	6 460	6 460 000			7 022 051		7 201 210
<b>2.2.2.2 - De outros emissores públicos</b>								
XS1623360028	DEXIA CREDIT LOCAL FRANCE 0.25% / 02-06-2	100	100 000	99,69%	1,00	99 688	1 012,65	101 265
FR0013183167	ILE DE FRANCE 0.5% / 14-06-2025	200	200 000	97,54%	0,98	195 086	1 044,54	208 908
FR0011512193	ILE DE FRANCE 2.25% / 10-06-2023	200	200 000	110,91%	1,11	221 810	1 076,30	215 260
ES00000101693	MADRID 1.189% / 08-05-2022	110	110 000	104,05%	1,04	114 455,00	1 029,52	113 247
ES00000101818	MADRID 2.146% / 34-04-2027	350	350 000	115,19%	1,15	403 179,00	1 160,80	406 282
ES00000106619	PAYS BASQUE 1.450% / 30-04-2028	650	650 000	111,41%	1,11	724 132,50	1 123,23	730 101
	sub-total	1 610	1 610 000			1 798 351		1 775 063

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
2.2.2.3 - De outros emissores								
XS1136406342	3M 1.5%/ 09-11-2026	500	500 000	109,29%	1,09	546 435	1 098,64	549 318
XS2180510732	ABN AMRO BANK 1.250%/ 28-05-2025	500	500 000	99,86%	1,00	499 300	1 060,43	530 216
ES0200002022	ADIF AV 0.8%/ 05-07-2023	200	200 000	99,74%	1,00	199 488	1 033,02	206 605
ES0200002048	ADIF AV 0.950%/ 30-04-2027	200	200 000	99,85%	1,00	199 692	1 075,78	215 155
ES0200002014	ADIF AV 1.875%/ 22-09-2022	100	100 000	103,35%	1,03	103 350	1 044,14	104 414
FR0013302197	ADP 1%/ 13-12-2027	700	700 000	106,68%	1,07	746 782	1 067,59	747 315
XS1529854793	AEGON 1%/ 08-12-2023	200	200 000	100,45%	1,00	200 900	1 036,73	207 346
FR0013431137	AFD 0.25%/ 29-06-2029	600	600 000	100,63%	1,01	603 780	1 039,37	623 620
XS0745896000	AFD 3.75%/ 15-02-2027	400	400 000	126,57%	1,27	506 272	1 287,29	514 915
FR0013505559	AIR LIQUIDE FIN 1%/ 02-04-2025	300	300 000	99,89%	1,00	299 679	1 056,58	316 974
XS2152795709	AIRBUS 1.625%/ 07-04-2025	500	500 000	99,55%	1,00	497 745	1 075,53	537 766
DE000A19S4V6	ALLIANZ FIN II 0.875%/ 06-12-2027	900	900 000	105,84%	1,06	952 560	1 073,60	966 239
XS1878191052	AMADEUS IT 0.875%/ 18-09-2023	400	400 000	99,90%	1,00	399 592	1 022,49	408 997
XS1288342659	AMERICAN HONDA FIN 1.375%/ 10-11-2022	400	400 000	104,30%	1,04	417 200	1 031,92	412 768
FR0013251170	ASF 1.125%/20-04-2026	100	100 000	99,71%	1,00	99 711	1 078,56	107 856
XS1907118894	AT AND T 1.05%/ 05-09-2023	300	300 000	99,75%	1,00	299 250	1 032,87	309 860
XS2051361264	AT T 0.25%/ 04-03-2026	400	400 000	94,66%	0,95	378 640	1 010,17	404 067
FR0013378445	ATOS 0.75% 07/05/2022	200	200 000	99,75%	1,00	199 508	1 017,49	203 498
FR0011372622	AUCHAN 2.375%/ 12-12-2022	300	300 000	109,65%	1,10	328 950	1 052,84	315 851
XS1557268221	BANCO SANTANDER 1.375%/ 09-02-2022	100	100 000	100,88%	1,01	100 880	1 030,45	103 045
XS1107731702	BANK OF AMERICA 1.375%/ 10-09-2021	300	300 000	103,82%	1,04	311 445	1 016,82	305 046
XS1079726334	BANK OF AMERICA 2.375%/ 19-06-2024	100	100 000	109,03%	1,09	109 030	1 096,69	109 669
XS1678372472	BBVA 0.75% /11-09-2022	400	400 000	99,42%	0,99	397 680	1 018,18	407 272
XS1069549761	BFCM 3%/ 21-05-2024	400	400 000	109,76%	1,10	439 024	1 114,01	445 604
XS0821096418	BK NED GEMEENTEN BNG 2.25% / 30-08-2022	200	200 000	111,48%	1,11	222 950	1 054,28	210 856
XS1589881785	BMW FIN 0.875%/ 03-04-2025	150	150 000	99,48%	0,99	149 217	1 049,02	157 353
XS1910245676	BMW FIN 1%/ 14-11-2024	200	200 000	99,28%	0,99	198 568	1 044,29	208 858
XS1873143645	BMW FINANCE 1%/ 29-08-2025	400	400 000	99,86%	1,00	399 436	1 055,40	422 159
XS1419646317	BNP 1.5%/ 25-05-2028	900	900 000	109,53%	1,10	985 770	1 116,14	1 004 527
XS1114473579	BP CAPITAL MARKETS PLC 2.213%/ 25-09-2026	200	200 000	110,35%	1,10	220 700	1 131,08	226 216
XS1851277969	BP CAPITAL MARKETS 0.9%/ 03-07-24	500	500 000	100,35%	1,00	501 760	1 038,96	519 482
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1.526%/ 26-09-2022	400	400 000	105,47%	1,05	421 880	1 035,81	414 325
FR0013204476	BPCE 0.375%/ 05-10-2023	100	100 000	96,10%	0,96	96 102	1 018,09	101 809
FR0013455540	BPCE 0.5%/ 24-02-2027	400	400 000	99,07%	0,99	396 284	1 023,25	409 299
FR0013403862	BPCE SFH 0.625%/ 22-09-2027	300	300 000	101,74%	1,02	305 220	1 070,51	321 154
FR0011781764	BPCEGP 2.125%/ 17-03-2021	100	100 000	105,79%	1,06	105 785	1 021,93	102 193
FR0013244415	BPIFRANCE 0.75%/ 25-11-2024	400	400 000	102,90%	1,03	411 600	1 047,14	418 856
FR0013256369	BPIFRANCE 1%/ 25-05-2027	300	300 000	103,17%	1,03	309 504	1 090,13	327 038
XS1377681272	BRITISH TELECOM 1.125% /10-03-2023	300	300 000	101,69%	1,02	305 059	1 036,72	311 017
XS1401331753	CARREFOUR 0.75%/ 26-04-2024	100	100 000	99,21%	0,99	99 214	1 031,52	103 152
FR0013256427	CFF 0.2%/ 16-06-2022	200	200 000	99,86%	1,00	199 714	1 012,78	202 556
XS1107727007	CITIGROUP 2.125%/ 10-09-2026	500	500 000	108,18%	1,08	540 875	1 117,32	558 660
FR0013213832	CNP ASSURANCES 1.875%/ 20-10-2022	600	600 000	102,30%	1,02	613 790	1 036,80	622 079
XS1197833053	COCA COLA 1.125%/ 09-03-2027	900	900 000	106,63%	1,07	959 694	1 081,85	973 669
ES0224261042	CORES 1.5%/ 27-11-2022	100	100 000	101,40%	1,01	101 400	1 036,40	103 640
FR0011625482	CREDIT AGRICOLE 3.15%/ 23-12-2023	400	400 000	114,65%	1,15	458 600	1 095,80	438 320
FR0011659366	CREDIT AGRICOLE SA 3.030 / 21-02-2024	250	250 000	114,12%	1,14	285 300	1 096,78	274 196
DE000A289XH6	DAIMLER 1.625%/ 22-08-2023	500	500 000	99,83%	1,00	499 150	1 050,13	525 066
DE000A194DD9	DAIMLER FIN 0.875%/ 09/04/2024	300	300 000	99,52%	1,00	298 554	1 032,88	309 863
XS2147994995	DANAHER 1.7%/ 30-03-2024	500	500 000	99,93%	1,00	499 655	1 070,65	535 327
XS1309518998	DEUTSCHE BAHN FIN 1.25% /23-10-2025	100	100 000	99,00%	0,99	98 996	1 073,86	107 386
XS2009152591	EASYJET 0.875%/ 11-06-2025	300	300 000	98,45%	0,98	295 347	959,47	287 840
XS1505884723	EASYJET 1.125%/ 18-10-2023	100	100 000	99,38%	0,99	99 384	982,28	98 228
XS1558083652	EDP FINANCE 1.875%/ 29-09-2023	100	100 000	99,66%	1,00	99 657	1 058,48	105 848
XS1222590488	EDP FINANCE 2%/ 22-04-2025	200	200 000	103,98%	1,04	207 950	1 096,36	219 273
XS1684269332	ENI 1%/ 14-03-2025	100	100 000	99,67%	1,00	99 671	1 053,00	105 300
XS1515222385	EQUINOR 0.75%/ 09-11-2026	300	300 000	104,47%	1,04	313 419	1 048,77	314 631
XS1382385471	FLUOR 1.75%/ 21-03-2023	500	500 000	104,50%	1,05	522 510	953,26	476 632
XS1378895954	FOMENTO ECONOMICO 1.75% /20/03/2023	135	135 000	105,25%	1,05	142 088	1 052,21	142 049
FR0012346856	FONCIERE LYONNAISE 1.875 %/ 26-11-2021	100	100 000	107,80%	1,08	107 800	1 014,80	101 480
XS1396767854	GAS NATURAL FIN 1.25%/ 19-04-2026	300	300 000	100,90%	1,01	302 700	1 068,77	320 630
XS1529684695	GAS NETWORKS 1.375%/ 05-12-2026	300	300 000	103,35%	1,03	310 050	1 081,88	324 564
FR0012790327	GECINA 2% /17-06-2024	100	100 000	101,15%	1,01	101 150	1 082,69	108 269
XS1612542669	GENERAL ELECTRIC 0.375%/ 17-05-2022	200	200 000	99,54%	1,00	199 082	1 008,54	201 708
XS1147605791	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL 1.375%/ 02-12-2024	200	200 000	104,35%	1,04	208 700	1 061,49	212 298
XS1488494987	HEMSO 1%/ 09-09-2026	400	400 000	97,13%	0,97	388 500	1 059,20	423 678

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
XS1366026679	HONEYWELL INTL 1.3%/ 22-02-2023	400	400 000	104,40%	1,04	417 600	1 043,22	417 287
FR0013444304	HSBC FRANCE 0.1%/ 03-09-2027	300	300 000	99,85%	1,00	299 547	1 004,93	301 478
XS1485597329	HSBC HLDG 0.875%/ 06-09-2024	200	200 000	98,20%	0,98	196 400	1 038,68	207 736
XS1375955678	IBM 1.75% 07-03-2028	600	600 000	113,11%	1,13	678 660	1 133,84	680 301
FR0013218393	ICADE 1.125%/ 17-11-2025	600	600 000	98,98%	0,99	593 888	1 050,86	630 514
XS1882544627	ING GROUP 1%/ 20/09/2023	200	200 000	99,32%	0,99	198 647	1 035,19	207 039
XS1319817323	INTL FLAVOR FRAGRANCES 1.75%/ 14-03-2024	100	100 000	99,82%	1,00	99 822	1 068,20	106 820
XS1578294081	ITALGAS 1.125%/ 14-03-2024	100	100 000	99,71%	1,00	99 706	1 047,80	104 780
XS1683495136	JOHN DEERE CASH MANAG. 0.5%/ 15-09-2023	400	400 000	99,86%	1,00	399 434	1 025,67	410 266
XS1110449458	JP MORGAN 1.375%/ 16-09-2021	200	200 000	103,95%	1,04	207 900	1 017,09	203 419
XS1402921412	JP MORGAN 1.5%/ 29-10-2026	100	100 000	99,30%	0,99	99 301	1 091,19	109 119
FR0012758985	LA POSTE 1.125%/04-06-2025	200	200 000	101,75%	1,02	203 500	1 060,17	212 035
FR0013286846	LEGRAND 0.5%/ 09-10-2023	200	200 000	99,47%	0,99	198 942	1 019,04	203 807
FR0013266830	LEGRAND 0.75%/ 06-07-2024	200	200 000	99,59%	1,00	199 186	1 039,26	207 852
XS0257022714	LEHMAN 0% /12-06-2013	100	100 000	92,45%	0,92	92 451	0,10	10
XS1839680680	MANPOWERGROUP 1.750%/ 22-06-2026	600	600 000	101,61%	1,02	609 648	1 083,11	649 863
XS1403264374	MCDONALDS 1%/ 15-11-2023	300	300 000	100,94%	1,01	302 822	1 035,26	310 578
FR0012332203	MERCIALYS 1.787% /31-03-2023	100	100 000	103,30%	1,03	103 300	1 041,26	104 126
XS1398336351	MERLIN PROP.2.225%/ 25-04-2023	400	400 000	105,16%	1,05	420 630	1 058,64	423 456
XS1675764945	MINITSUBISHI UFJ FIN GR 0.872%/ 07-09-2024	400	400 000	100,00%	1,00	400 000	1 036,45	414 579
XS1685481332	NATIONAL AUSTRALIA BK 0.625%/ 18-09-2024	800	800 000	99,50%	1,00	796 024	1 031,98	825 585
XS2148372696	NESTLÉ FIN INTL 1.125%/ 01/04/2026	200	200 000	99,42%	0,99	198 838	1 075,95	215 189
XS1640493372	NORDEA BANK 0.3%/ 30-06-2022	200	200 000	99,89%	1,00	199 772	1 011,11	202 222
XS1691349796	NORTEGAS 0.918%/ 28-09-2022	300	300 000	100,00%	1,00	300 000	1 013,36	304 009
XS2149368529	PHILIPS 1.375%/ 30-03-2025	200	200 000	99,55%	1,00	199 100	1 070,00	213 999
XS1577747782	PRICELINE 0.8% / 10-03-2022	200	200 000	100,61%	1,01	201 226	1 016,69	203 338
XS1325825211	PRICELINE 2.15% / 25-11-2022	100	100 000	100,06%	1,00	100 060	1 039,02	103 902
XS1900752814	PROCTER AND GAMBLE 1.2%/ 30-10-2028	900	900 000	108,76%	1,09	978 840	1 101,84	991 655
XS1382784509	RABOBANK 1.250%/ 23-03-2026	100	100 000	103,67%	1,04	103 672	1 079,69	107 969
XS0826634874	RABOBANK 4.125%/ 14-09-2022	300	300 000	117,14%	1,17	351 414	1 083,51	325 052
FR0013183431	RATP 0.375% 15-06-2024	500	500 000	100,55%	1,01	502 740	1 029,14	514 572
FR0013241361	RCI BANQUE 1.375% 08-03-2024	40	40 000	99,78%	1,00	39 910	1 034,33	41 373
FR0013393774	RCI BANQUE 2%/ 11-07-2024	200	200 000	99,63%	1,00	199 260	1 056,68	211 336
XS1613140489	REPSOL INTL FIN 0.5%/ 23-05-2022	300	300 000	100,02%	1,00	300 072	1 013,34	304 002
FR0012199065	RESEAU DE TRANSPORT 1.625% /08-10-2024	200	200 000	106,20%	1,06	212 400	1 069,24	213 848
FR0013214137	SAGESS 0.625%/ 20-10-2028	100	100 000	98,65%	0,99	98 650	1 061,03	106 103
FR0013053329	SANEF 1.875% /16-03-2026	100	100 000	102,12%	1,02	102 120	1 086,60	108 660
FR0013305104	SANOFI 1%/01-04-2025	200	200 000	99,72%	1,00	199 446	1 058,36	211 672
XS1690133811	SANTANDER CONS FIN 0.5%/04-10-2021	100	100 000	99,90%	1,00	99 897	1 008,01	100 801
XS1956025651	SANTANDER CONS FIN 1%/ 27-02-2024	100	100 000	99,56%	1,00	99 555	1 042,02	104 202
XS2166754957	SCHLUMBERGER FINANCE 1.375% 28-10-2026	1 100	1 100 000	103,20%	1,03	1 135 240	1 080,01	1 188 012
XS1412281534	SIMON INTL FIN 1.250%/ 13-05-2025	1 000	1 000 000	98,25%	0,98	982 500	1 049,75	1 049 745
XS1232098001	SIMON INTL FIN 1.375%/ 18-11-2022	400	400 000	103,67%	1,04	414 680	1 024,82	409 928
XS1318709497	SNAM 1.375%/ 19-11-2023	200	200 000	103,41%	1,03	206 820	1 047,48	209 496
XS0867612466	SOCIETE GENERALE 4%/ 07-06-2023	300	300 000	114,95%	1,15	344 850	1 113,28	333 985
FR0013016631	TDF INFRASTRUCTURE 2.875%/ 19-10-2022	200	200 000	103,45%	1,03	206 900	1 046,55	209 310
XS2001737324	TELENOR 0.75%/ 31-05-2026	300	300 000	99,82%	1,00	299 451	1 048,90	314 669
XS0903136736	TELSTRA CORP 2.5%/ 15-09-2023	500	500 000	111,39%	1,11	556 930	1 080,03	504 014
XS1178105851	TERNA 0.875%/ 02-02-2022	200	200 000	102,03%	1,02	204 058	1 020,36	204 072
FR0013311347	THALES 0.75%/ 23-01-2025	800	800 000	101,89%	1,02	815 104	1 035,43	828 343
XS2004381674	TOTAL CAP INTL 0.696%/ 31-05-2028	900	900 000	103,81%	1,04	934 245	1 056,68	951 013
FR0011075043	TOTAL INFR.GAZ 4.339% /07-07-2021	100	100 000	115,90%	1,16	115 900	1 043,24	104 324
XS2156236296	TOYOTA FINANCE AUSTRALIA 2.004%/ 21-10-2024	300	300 000	100,00%	1,00	300 000	1 085,90	325 769
XS1107890763	TOYOTA MOTOR CR 1%/ 10-09-2021	300	300 000	103,07%	1,03	309 210	1 011,97	303 591
FR0013332988	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 15-09-2025	300	300 000	99,77%	1,00	299 313	1 033,50	310 049
XS1401196958	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 28-04-2027	600	600 000	105,53%	1,06	633 162	1 033,31	619 988
XS1492446460	VF CORP 0.625%/ 20-09-2023	1 400	1 400 000	99,54%	1,00	1 393 550	1 022,25	1 431 145
FR0013367620	VINCI 1%/ 26-09-2025	200	200 000	99,48%	0,99	198 954	1 061,13	212 226
FR0013282571	VIVENDI 0.875%/ 18-09-2024	400	400 000	99,37%	0,99	397 468	1 037,19	414 877
XS1972548231	VOLKSWAGEN FIN SVCS 1.5%/ 01-10-2024	200	200 000	99,54%	1,00	199 076	1 051,64	210 328
XS1642590480	VOLKSWAGEN LEASING 1.375%/ 20-01-2025	200	200 000	98,95%	0,99	197 896	1 058,90	211 780
XS1130067140	WELLS FARGO 1.125%/ 29-10-2021	400	400 000	103,67%	1,04	414 676	1 015,04	406 017
sub-total		42 275	42 275 000			43 584 040		44 508 138
2.3 - Derivados de negociação		50 800	50 800 418			81 922 105		82 806 887
sub-total		0				0,00		0,00
2.4 - Derivados de cobertura								
sub-total		0				0,00		0,00
total		95 524				89 256 950		90 088 087
3 - TOTAL GERAL		59 524				89 256 950		90 088 087

\* Inclui o valor dos juros decorridos



**ANEXO 2 - DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS**
*U: Euro*

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2019 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2020 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	0	0	0	0
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	25 841 478	5 223 232	26 252 626	5 634 379
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	2 035 717	2 051 062	518 502	533 846
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	13 408 105	9 481 091	6 528 350	2 601 335
-OUTRAS COBERTURAS	2 472 534	3 029 140	186 145	742 750
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	34 382	26 172	13 732	5 522
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	894 313	441 416	1 016 608	563 711
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	18 925	4 775	23 701
ASSISTÊNCIA	598 203	778 247	63 954	243 998
DIVERSOS	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>45 284 732</b>	<b>21 049 284</b>	<b>34 584 692</b>	<b>10 349 243</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>45 284 732</b>	<b>21 049 284</b>	<b>34 584 692</b>	<b>10 349 243</b>

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano 2019 e anteriores

**ANEXO 3 - DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS**

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)={1}+{2}+{3}
<b>SEGURO DIRECTO</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	8 960 992	1 348 459	7 998 758	18 308 209
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	4 004 009	217 953	251 991	4 473 953
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	18 696 493	782 187	2 619 139	22 097 820
- OUTRAS COBERTURAS	11 699 391	349 535	3 275 650	15 324 577
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	90 611	3 715	109 435	203 761
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	605 470	27 045	514 935	1 147 449
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	20 955	0	5 647	26 602
ASSISTÊNCIA	3 550 051	0	153 817	3 703 868
DIVERSOS	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>47 627 973</b>	<b>2 728 893</b>	<b>14 929 372</b>	<b>65 286 238</b>
<b>RESSEGURO ACEITE</b>	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>50 356 866</b>	<b>2 728 893</b>	<b>14 929 372</b>	<b>65 286 238</b>

**ANEXO 4 - DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS**
*U:Euro*

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
<b>SEGURO DIRECTO NÃO VIDA</b>					
Acidentes e Doença	26 097 628	25 930 306	18 308 209	5 698 218	-97 016
Incêndio e Outros Danos	8 676 000	8 340 581	4 473 953	2 263 654	733 674
Automóvel:					
Responsabilidade Civil	33 617 358	31 313 383	22 097 820	7 537 987	2 027 212
Outras Coberturas	24 666 955	23 247 370	15 324 577	5 925 774	1 444 725
Marítimo e Transportes	193 670	184 174	116 490	42 064	-77 268
Mercadorias Transportadas	259 789	266 084	87 271	65 851	31 868
Resp.Civil Geral	1 306 001	1 261 822	1 147 449	329 105	22 029
Protecção Jurídica	223 815	202 431	26 602	16 039	0
Assistência	5 677 679	5 133 459	3 703 868	416 313	0
<b>TOTAL</b>	<b>100 718 896</b>	<b>95 879 618</b>	<b>65 286 238</b>	<b>22 295 005</b>	<b>4 085 225</b>

(\*) Sem dedução da parte dos resseguradores



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

RELATÓRIO E  
PARECER DO  
CONSELHO FISCAL



## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Senhores Acionistas da  
CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A.

### **1. RELATÓRIO**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2020 e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia, a evolução da sua atividade, tendo registado com muito agrado o desenvolvimento da sua atividade bem como a continuação da implementação do projeto DIGITAL 2020. Registou, ainda, o bom desempenho da Companhia no presente exercício.

O Conselho Fiscal promoveu com regularidade reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões, tendo em consideração a atual situação do País em consequência da pandemia COVID-19 provocada pelo SARS-CoV-2, decorreram por vídeo conferência. Contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração. Mantivemos, igualmente, contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou, ainda, o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e demais documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e os correspondentes, elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu, ainda, à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços da empresa e do Revisor Oficial de Contas.

## 2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

## 3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245.º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declaram ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 24 de Março de 2021

O Conselho Fiscal

Presidente:

\_\_\_\_\_  
(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal:

\_\_\_\_\_  
(Humberto Manuel Martins Carneiro)

Vogal:

\_\_\_\_\_  
(José Elísio da Silva Quintas)



# RELATÓRIO E CONTAS 2020

CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE  
CONTAS

## Certificação legal das contas

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. (a «Companhia»), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 143 435 983 euros e um total de capital próprio de 47 083 394 euros, incluindo um resultado líquido de 3 959 651 euros), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



## Provisões Técnicas

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado nas Notas 3.7, 4.1, 4.2, 4.5 e 4.6 do Anexo às Demonstrações financeiras, a avaliação do Órgão de gestão sobre as Provisões para a regularização dos sinistros futuros envolve julgamentos complexos e subjetivos sobre eventos futuros, internos e externos à Companhia, e pequenas alterações nos pressupostos considerados podem resultar em impactos materiais na valorização destas responsabilidades.</p> <p>A Provisão para sinistros, a qual integra a Provisão de prestações, IBNR, IBNER e o Custo de Gestão de Sinistros, representa o custo estimado do total das obrigações pendentes da seguradora resultante dos sinistros ocorridos em data anterior à data de encerramento do exercício. Esta é uma área complexa e sujeita a julgamento profissional em resultado da incerteza inerente ao cálculo da estimativa das provisões para sinistros. No cálculo destas provisões são utilizados métodos estatísticos tanto estocásticos como determinísticos, sendo ambos os métodos complexos com inúmeras hipóteses sujeitas a validação/revisão.</p> <p>Especificamente no que respeita a linha de negócios de acidentes do trabalho, o normativo Português regula as tábuas de mortalidade e as taxas de desconto. Contudo, as mesmas poderão não ser as mais indicadas à carteira da Companhia, pelo que carecem de revisão detalhada.</p> <p>Uma das incertezas mais significativas está relacionada com o cálculo de gastos a incorrer com sinistros graves que envolvam acidentes pessoais corporais (decorrentes da linha de negócio do Auto) e a determinação do valor atual das rendas que venham a ser definidas, assim como a eventual insuficiência das provisões para cobrir os riscos associados aos sinistros futuros.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A identificação, avaliação e teste à efetividade dos controlos-chave relacionados com o registo de apólices e o circuito do reporte e registo de sinistros, bem como a avaliação do desenho e implementação dos controlos associados ao reconhecimento e controlo das provisões técnicas;</li> <li>• A execução de procedimentos substantivos através da realização de testes com o objetivo de validar a coerência do nível de provisões registadas. Par tal procedemos à identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pela Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e</li> <li>• Revisão das metodologias utilizadas, incluindo os triângulos de sinistros pagos e ocorridos e o custo médio por sinistro, validando pontos críticos de julgamento como, a frequência de ocorrência, os fatores de desenvolvimento, a incorporação de melhorias nas tendências na projeção das provisões, e o benchmarking dos critérios-chave nas estimativas face ao conhecimento do setor.</li> </ul> <p>Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente às provisões técnicas, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>



Valorização de Instrumentos Financeiros e de Terrenos e edifícios

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado nas Notas 3.2, 3.3 e 5, do Anexo às Demonstrações financeiras ("Instrumentos Financeiros" e "Terrenos e edifícios"), as metodologias de valorização dos instrumentos financeiros e dos terrenos e edifícios requerem a utilização de pressupostos e julgamentos na determinação do seu justo valor.</p> <p>Os instrumentos financeiros e os terrenos e edifícios apresentados na demonstração da posição financeira como ativos disponíveis para venda e de terrenos e edifícios, no montante global de 91 320 milhares de euros, representam 64% do total do ativo da Companhia, em 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave implementados na Companhia, relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;</li> <li>• Verificação dos preços provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Companhia e sua comparação com os preços utilizados, analisando quaisquer diferenças significativas, e</li> <li>• Para posições menos líquidas, revisão, em base de amostragem, dos modelos e principais pressupostos (quando aplicável) e dos suportes adequados para a valorização adotada pela Companhia.</li> </ul> <p>No que respeita aos terrenos e edifícios, dos procedimentos de auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do relatório de avaliação, efetuada por perito independente, de forma a entender a sua objetividade, abordagem e os seus resultados; e</li> <li>• Análise dos pressupostos significativos, áreas críticas de julgamento e ainda da sua adequacidade com as condições de mercado.</li> </ul> <p>Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas pela Companhia, no Anexo às demonstrações financeiras, relativamente aos Instrumentos Financeiros e aos Terrenos e Edifícios, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>



Outros ativos tangíveis e outros passivos financeiros (IFRS 16 - Locações)

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado nas Notas 3.2.3 e 3.8.6, do Anexo às Demonstrações financeiras apresentam as bases de mensuração e divulgação relacionadas com a Norma IFRS 16 aos contratos de locação (considerados em âmbito).</p> <p>Conforme referido na nota 3.8.6, do Anexo às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece os ativos detidos sob um locação financeira na sua demonstração da posição financeira pelo custo de aquisição dos bens locados, equivalentes ao valor atual das rendas de locação vincendas, os quais são apresentados no ativo e no passivo, na rubrica “Outros ativos tangíveis” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente, com recurso a taxa de desconto e definição de período de locação, que envolve julgamento por parte da gestão. O valor pelo qual o ativo e o passivo se encontram registados nas demonstrações financeiras, encontra-se dependente da concretização futura dos pressupostos utilizados na determinação desse valor.</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de Auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente aos pressupostos utilizados, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreensão da metodologia e pressupostos utilizados pelo Órgão de Gestão;</li> <li>• Identificação e análise a todos os contratos de locação (imóveis e veículos) em vigor;</li> <li>• Identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pela Companhia na avaliação da adequação dos impactos decorrentes da aplicação da IFRS 16;</li> <li>• Execução de procedimentos substantivos comparando os respetivos resultados com os obtidos pela Companhia; e</li> <li>• Revisão do registo contabilístico decorrente do apuramento do valor do direito de uso e do passivo financeiro dos diversos bens em locação.</li> </ul> <p>Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas pela Companhia, no Anexo às demonstrações financeiras, relativamente à IFRS 16, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

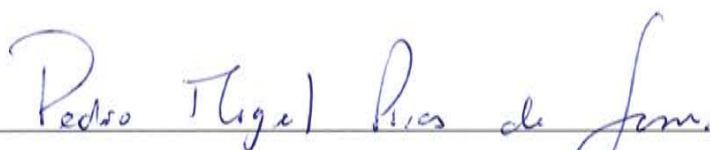
- Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2014 para um mandato compreendido entre 2013 e 2016, tendo este sido renovado em 20 de outubro de 2017 para o quadriénio 2017-2020. Em 9 de julho de 2019 fomos nomeados para um novo mandato compreendido entre 2019-2022, tendo sido obtida autorização expressa por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso



trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Companhia em 29 de março de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de março de 2021



---

**Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930)